

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VITÓRIA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA

**“Quais histórias acontecem ali, na luz acesa daquele apartamento?": Experiências e
lutas de trabalhadores migrantes do bairro de Cidade Tiradentes (1970 – 2015)**

UBERLÂNDIA

2023

VITÓRIA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA

“Quais histórias acontecem ali, na luz acesa daquele apartamento?”: Experiências e lutas de trabalhadores migrantes do bairro de Cidade Tiradentes (1970 – 2015)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória à obtenção do título de Mestra em História.

Área de Concentração: História, Cultura e Poder

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

UBERLÂNDIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

N935q
2023 NOVAIS, Vitória Maria, 1996-
“Quais histórias acontecem ali, na luz acesa daquele apartamento?”
[recurso eletrônico] : experiências e lutas de trabalhadores migrantes do
bairro de Cidade Tiradentes (1970 – 2015) / Vitória Maria Novais. -
2023.

Orientador: Sérgio Paulo Morais.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.8035>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Morais, Sérgio Paulo, 1972-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 13, PPGHI				
Data:	Quatorze de fevereiro de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:20
Matrícula do Discente:	12112HIS016				
Nome do Discente:	Vitória Maria Novais de Oliveira				
Título do Trabalho:	"Quais histórias acontecem ali, na luz acesa daquele apartamento?": Experiências e lutas de trabalhadores migrantes do bairro de Cidade Tiradentes (1970 – 2015)				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Práticas Sociais e Relações de Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professor e Professoras Doutores: Maria Andréa Angelotti Carmo - INHIS/UFU; Denise Nunes de Sordi - COC/FIOCRUZ - FFLCH/USP; Antônia Terra de Calazans Fernandes - FFLCH/USP; Sérgio Paulo Morais orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Sérgio Paulo Morais, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestra**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Paulo Morais, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/02/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andrea Angelotti Carmo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/02/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Nunes De Sordi, Usuário Externo**, em 14/02/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonia Terra de Calazans Fernandes, Usuário Externo**, em 15/02/2023, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4161617** e o código CRC **7BFE7051**.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Defesa da dissertação de mestrado de **Vitória Maria Novais de Oliveira**, intitulada: **“Quais histórias acontecem ali, na luz acesa daquele apartamento?”: Experiências e lutas de trabalhadores migrantes do bairro de Cidade Tiradentes (1970 – 2015)**, orientada pelo Prof. Dr. **Sérgio Paulo Morais**, apresentada à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, em 14 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

Instituição: INHIS/UFU

Julgamento: Não votante

Profª. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo

Instituição: INHIS/UFU

Julgamento: Aprovada

Profª. Dra. Denise de Sordi

Instituição: COC/FIOCRUZ - FFLCH/USP

Julgamento: Aprovada

Profª. Dra. Antônia Terra de Calazans Fernandes

Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: Aprovada

*Às mulheres e homens que transformaram o bairro
de Cidade Tiradentes em lar digno e habitável.
Às mulheres e homens que na vida caminham junto
de mim, e que ao dividirem comigo seus passos
sustentam também o meu caminhar.*

AGRADECIMENTOS

Início estes agradecimentos com o compromisso particular de não perder de vista, no meio do caminho, a inspiração poética, o encanto e a sensibilidade. Isto porque os recebi em abundância em todos os lugares onde estive, com todas as pessoas com quem troquei, desde bate-papos rápidos até as mais longas entrevistas, durante todo o processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Neste sentido, tento ofertar em retribuição, principalmente nesta primeira parada do texto, proporcional delicadeza e apreço às pessoas e grupos que me acompanharam e acolheram nesta empreitada.

Em primeiro lugar, querendo transformar em tradição, agradeço às pessoas que dispuseram de tempo e paciência para receber esta jovem pesquisadora, no primeiro momento uma estranha curiosa, e comigo compartilharam suas histórias de vida: por vezes o mais íntimo de sua existência, e invariavelmente a força e bravura com que perseguiram e buscaram transformar em realidade os sonhos coletivos de uma sociedade menos injusta e mais colorida, nos sentidos mais amplos do termo. Adriano Mauriz, Anaide Andrade, Georgina Carvalho, Marcelo Palmares, Maria Auxiliadora, Oscar Soares, Pedro Carvalho e Pedro Monteiro, sou grata pelas conversas, risadas, lágrimas, pelos cafés e bolos quentinhos, pela confiança, convívio, pelo vínculo e o todo humano partilhado durante a execução desta pesquisa. Esta última se finda, mas permanecerão os bons amigos que pude fazer no percurso.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, que especialmente no primeiro ano do mestrado compartilharam ideias, apresentaram caminhos teóricos possíveis e leram os trabalhos de toda a turma com os olhos atentos de quem guia com ânimo seus aprendizes, sem, contudo, privá-los da liberdade de fazer suas próprias escolhas.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Sérgio Paulo Morais. Professor afetuoso e orientador comprometido, me emprestou calma e coragem para efetuar operações práticas e intelectuais. Sou grata pelo incentivo, por confiar e estimular minha autonomia enquanto pesquisadora, por demonstrar tanto entusiasmo quanto eu mesma em todas as etapas do processo desta investigação e enfim, pelo esforço em se fazer presente e ativo na missão de orientar este trabalho.

Ao *Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás*, um núcleo de pesquisadoras e pesquisadores periféricos com os quais tenho tido a imensa alegria e honra de pensar, aprender e construir possibilidades de registro, salvaguarda de patrimônio, memória e difusão dos saberes e vivências da classe trabalhadora do extremo leste da cidade de São Paulo.

Em especial, à pessoa de Adriano Sousa, pesquisador e professor que em muito me inspira, e quem em 2019 me apresentou o trabalho desenvolvido pelo coletivo, em um encontro tão inesperado, quanto frutífero, na ANPUH Nacional, em Recife. Àquela época eu lançava as primeiras indagações acadêmicas ao bairro de Cidade Tiradentes através do projeto de iniciação científica que se transformaria em tudo isso. Nosso reencontro em 2022 e a acolhida pelo *CPDOC* me fazem lembrar do *porquê* e *para quem* afinal escrevo e produzo.

Os últimos dois anos foram desafiadores para toda a população mundial. Os brasileiros, particularmente, além de enfrentarem as consequências da ameaça biológica do Covid-19, tiveram que lidar ainda com as reviravoltas e irresponsabilidades de um governo federal pouco preocupado com a vida, em especial a vida dos trabalhadores, dos mais pobres e vulneráveis. Diante de todas as inseguranças e adversidades específicas do momento histórico atípico, pude, no entanto, me manter materialmente estável graças ao apoio da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais*, que financiou integralmente a execução desta pesquisa.

Apesar do distanciamento obrigatório imposto pela pandemia, a turma da pós-graduação que ingressou em março de 2021 no PPGHI deu conta de festejar, chorar pitangas, fofocar e reunir forças para continuar os trabalhos de pesquisa. A existência de *Webnários* implicou na elaboração de *Webotecos*: foi ótimo criar e nutrir um espaço de encontros descontraídos em um momento tão cheio de medos. Agradeço aos colegas do mestrado por todas as trocas, tanto acadêmicas quanto afetivas. Em especial, Izabella Leles, Giulia Simões e Paula Goulart, que equipe bonita – em todos os sentidos – de representação discente, que delícia conspirar com vocês! Beatriz Oliveira e Elisa Oliveira, as Oliveiras do mestrado, sorte a minha poder dar continuidade às amizade que nasceram na graduação! Luiza Severo, Joalison Toscano e Marco Túlio, bolsistas dedicados e pesquisadores incríveis, os admiro e agradeço pelas trocas!

Não sei ao certo se é possível, mas o atrevimento me permitirá inaugurar a categoria de agradecimentos retroativos. Renata Basto Santos, que poderosa trajetória temos tecido juntas! A você, que desde 2019 me guia por travessias psíquicas, me assiste no eclodir de pequenas e grandiosas revoluções e me instiga a caminhar pelas trilhas da consciência e presença plenas, faltará sempre linguagem humana que possa exprimir a importância, significado e potência de nosso encontro. Aqui, no entanto, eu devo agradecer por me ajudar a organizar ideias, digerir entrevistas, planejar a escrita e enfrentar as inseguranças mil da vida acadêmica, que me inquietam desde o processo da monografia até agora, na conclusão desta dissertação.

Às amigas que me mantiveram e me mantém nos eixos das saudáveis trocas de carinho, de planos possíveis e impossíveis, de genuína admiração, das confissões e ansiedades da vida

adulta, da qual a esta altura não podemos mais fugir. Jess, Mari, Mi e Rafa, agradeço por permanecerem comigo e por me permitirem participar de suas histórias. Como é bom atravessar esta vida na companhia de mulheres incríveis!

Duas mulheres, em especial, foram nestes últimos dois anos verdadeiras companheiras. Danielle Novais, cuja existência é sinônimo de alegria, amor e cuidado desde a época em que eu nem entendia muito bem o significado destas palavras. Dani foi sempre uma espécie de irmã mais velha: referência maior a seguir, apoiadora das minhas escolhas e quem mais brigou comigo e por mim neste último ano. Obrigada por tudo! Ana Chicó, com quem a vida é mais calma e cheia de luz, de longe e de perto compartilhamos as aflições, encantamentos, descobertas, inseguranças e também as certezas da rotina de pesquisa; além da troca recíproca de amor, confiança e admiração. *Você é turow, minhamiga!*

Ao companheiro que sonha e intervém no mundo junto comigo. Rafael é o meu maior incentivador, fã número um de tudo o que me proponho a fazer, parceiro para tudo. Eu agradeço por ser mais uma vez, e sempre, o ouvido que me acolheu por horas a fio nos momentos de maior tensão dos processos de pesquisa e escrita, e por outro lado, quem mais comemorou e vibrou comigo as pequenas e grandes conquistas desta jornada. Sua alegria, generosidade, profissionalismo e ânimo de viver me inspiram. Sou grata por dividir com você o caminhar e os projetos de uma vida.

À minha mãe, Marineide Gomes Novais, por fim, para quem os agradecimentos em qualquer trabalho acadêmico serão sempre insuficientes. Insistirei mesmo assim. Eu agradeço por me ensinar na prática que o amor é antes de tudo uma ação; por me proteger, me acalmar, me incentivar a agir de maneira ética e digna com o mundo e comigo mesma. Sou grata por ter me ensinado a sonhar e principalmente por me ensinar diariamente a enfrentar os medos de realizar sonhos. Mãe, você é o meu maior exemplo de força, independência e coragem. Todas as minhas conquistas são suas também!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo examinar a articulação de trabalhadoras e trabalhadores que encabeçaram as lutas por infraestrutura e melhorias urbanas dentro do bairro de Cidade Tiradentes, tornando-se assim agentes centrais no processo de desenvolvimento do território. A vultosa presença de migrantes de todo o país, e de maneira mais intensa àqueles oriundos da região Nordeste, é entendida aqui enquanto elemento fundamental para a análise que se busca empreender. A partir, principalmente, do relato de residentes do bairro, nossa intenção é compreender a atuação e vivência destes sujeitos diante do contexto de debilidades estruturais e funcionais, quando da fundação dos conjuntos habitacionais planejados e erguidos pelo Estado. Buscamos ainda discutir as relações entre uma memória oficial e àquela cultivada no interior do bairro, pelos indivíduos que experienciaram as transformações do espaço. Jornais de bairro, a chamada grande imprensa e os acervos documentais de moradores do bairro constituem ainda o corpus documental desta pesquisa.

Palavras-chave: Cidade Tiradentes; Histórias das Periferias; Conjuntos Habitacionais; Migração Nordestina; História Oral.

ABSTRACT

This work aims to examine the articulation of male and female workers who led the struggles for infrastructure and urban improvements within the neighborhood of Cidade Tiradentes, thus becoming central agents in the process of development of the territory. The large presence of migrants from all over the country, and more intensely those from the Northeast region, is understood here as a fundamental element for the analysis that we seek to undertake. Based mainly on the report of residents of the neighborhood, it is intended to understand the performance and experience of these subjects in the context of structural and functional weaknesses, when the foundation of housing complexes planned and built by the State. We also seek to discuss the relationships between an official memory and that cultivated inside the neighborhood, by individuals who experienced the transformations of space. Local newspapers, the so-called mainstream press and the documentary collections of neighborhood's residents still constitute the documentary corpus of this research.

Keywords: Cidade Tiradentes; History of the Suburbs; Housing Estates; Northeastern Migration; Oral History.

LISTA DE IMAGENS

Fotografia 1: Chegada de moradores. Cidade Tiradentes, sem data.

Fotografia 2: Avenida Leandro, setembro de 2022.

Fotografia 3: “Conjuntos Multicoloridos”, setembro de 2022.

Imagem 1: Mapa informativo, OESP.

Imagens 2 e 3: Convites produzidos pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas para divulgação dos Eventos Café Memória.

Fotografia 4: Café Memória no Centro Cultural Arte em Construção, sem data.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Distribuição percentual da população brasileira entre urbana e rural.

Tabela 1.2 Residentes Não Naturais nos anos de Recenseamento Geral - Município de São Paulo, 1960 a 2000.

Tabela 1. 3 Residentes Não-naturais segundo Local de Nascimento - Município de São Paulo entre 1970 a 2000.

ÍNDICE

Introdução	14
Capítulo I - Cargas de melancias em direção a Machu Picchu: Migração interna e soluções habitacionais na São Paulo das décadas de 1970 e 1980	25
1.1 São Paulo, a metrópole nacional de recepção migratória: descompassos entre a chegada e a fixação	27
1.2 A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo e a fundação do bairro de Cidade Tiradentes: “O lugar do não tem”	40
Capítulo II - “O nosso fôlego é longo”: Organização social e movimentos populares	53
2.1 Panfleto, jornal e voz: rastros da organização coletiva	54
2.2 Sacolão do Trabalhador: um projeto de abastecimento e economia comunitários	77
2.3 Educação na São Paulo de 1990: um jogo de batata quente	83
2.4 “Isso aqui foi a duras penas!”: saneamento básico, habitação e saúde.....	86
Capítulo III - Um bolo, um café e algumas incursões pela memória: Embates narrativos e identidades possíveis.....	94
3.1 O bairro de Cidade Tiradentes nas pautas jornalísticas	95
3.2 “O Pombas Urbanas sempre foi essa ave que voa. Nosso sonho era voar!”	103
3.3 “Vou dizer, vou falar, o Café Memória é pro povo relembrar as histórias lindas que passou neste lugar”	115
3.4 “Adeus velho sertão que deixou a gente e viva a atual Cidade Tiradentes”	119
3.5 “Eu gostaria de ter nascido dentro dos movimentos sociais”	121
Considerações Finais	128
Bibliografia.....	132
Anexo I.....	140

INTRODUÇÃO

Na borda leste da metrópole paulistana, o maior conjunto habitacional da América Latina se ergue em prédios multicoloridos de apartamentos padronizados: dois quartos, sala, cozinha, um banheiro, ao todo aproximadamente 45m² de moradia. Nos apartamentos quase idênticos construídos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) residem pessoas, trabalhadores das mais diversas áreas e ocupações, migrantes nordestinos, mineiros e mais recentemente haitianos. À revelia da paisagem por vezes constante, é a inconstância e diversidade das histórias destas pessoas que nos chama a atenção.

A principal proposta desta pesquisa é acompanhar atuação dos movimentos populares no processo de formação e desenvolvimento do bairro de Cidade Tiradentes, localizado no extremo leste da cidade de São Paulo. Ao perscrutar, principalmente, os relatos de moradores do bairro, interessa-nos investigar como viveram e teceram relações os moradores de Cidade Tiradentes, considerando a origem migrante da maioria de seus residentes enquanto possível fator organizador das ações e memórias protagonizadas por estes sujeitos.

O ano de 1984 figura como marco institucional de fundação do bairro, em referência ao ano de conclusão das obras de construção dos conjuntos habitacionais de Santa Etelvina em Cidade Tiradentes. Composto por quatorze conjuntos de habitação e 42.369 moradias financiadas e erguidas pela COHAB-SP, o empreendimento – que representa também a maior intervenção habitacional da companhia – surge na década de 1970 para atender a população de trabalhadores de baixa renda, na época estimada em 210 mil pessoas.¹ Embora a ocupação do território que hoje abriga a Cidade Tiradentes remonte a aquisição de terrenos e sequente construção dos primeiros conjuntos pela COHAB-SP em 1975, é com a crescente chegada de moradores atraídos pela possibilidade de aquisição da casa própria por meio do financiamento de apartamento, terreno ou, mais tarde, através da autoconstrução que o bairro se estrutura e desenvolve.

A Zona Leste de São Paulo desponta na literatura, principalmente a partir dos anos 2000, enquanto um dos mais importantes polos de estabelecimento da população migrante de origem nordestina da cidade.² Em decorrência do alto custo de moradia no perímetro central no período

¹CASTILHO, Edmilson Peres. *A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 15.

²Ver: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e

de industrialização da cidade que se tornaria a maior metrópole do país, um contingente expressivo de migrantes e trabalhadores de baixa renda se desloca para a região em função do acesso à moradia. A formação de redes de migrantes que contribuiriam para o fortalecimento de comunidades em diferentes bairros da região Leste é um aspecto comum de debate nestes trabalhos. Rigamonte (2001) registra um bom exemplo do que seriam estas redes ao citar os periódicos encontros de migrantes nordestinos na Praça Silvio Romero, localizada no bairro do Tatuapé, para receber encomendas trazidas de diversos estados da região Nordeste do país.

Neste mesmo sentido, o bairro de Cidade Tiradentes, assim como outros bairros da mesma região – e com algumas especificidades que buscaremos compreender a partir deste trabalho – pode ser observado enquanto espaço oportuno para a análise do assentamento da população trabalhadora, de maioria migrante, na periferia da cidade de São Paulo. As interações, o caldo formado pelo binômio precariedade e lutas sociais, por meio da organização destes sujeitos, é um aspecto que nos interessa.

Um breve recuo ao processo de urbanização, industrialização e transformação da cidade de São Paulo no atual centro urbano nos ajudará a compreender o processo de ocupação da região Leste da cidade, nos períodos que antecedem o recorte temporal deste trabalho.³

Até a década de 1920 o crescimento urbano da cidade de São Paulo não havia ultrapassado o centro da cidade e a ocupação urbana mais distante no sentido leste alcançava o atual distrito da Penha, que está a nove quilômetros de distância do marco zero, na Sé. Em 1930 a população da cidade atingiu o primeiro milhão de habitantes, década que marca o início da transição econômica de base agroexportadora para a estrutura produtiva urbano industrial. Nos decênios seguintes observou-se a crescente estruturação do parque industrial paulistano que se consolidou em 1950, período em que se intensifica a expansão urbana em todas as direções.⁴

O intenso processo de industrialização registrado na cidade antes e durante o período de ditadura militar exigiu um número cada vez mais crescente de trabalhadores de todas as áreas para atuar na promissora terra da garoa. Assim, a história da expansão urbana paulistana é também a história da chegada de trabalhadores migrantes de todo o país que buscavam mais e melhores possibilidades e condições de existência nos novos centros industriais. As décadas de

Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002; MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste. Visões Sobre A História Oral*. São Paulo: Letra e Voz; RIGAMONTE, Cristina Rosani. *Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Fapesp, 2001.

³ Uma análise mais acurada deste processo pode ser vista em CASTILHO, 2015. Dados sobre a cidade de São Paulo estão sistematizados de maneira mais completa no capítulo “O padrão periférico de crescimento urbano: rumo à região leste da cidade de São Paulo” em sua Tese de Doutorado, citada acima.

⁴ Idem.

1950 e 1960, consideradas como período de maior expansão urbana da periferia paulistana são igualmente as décadas em que se começa a registrar o aumento da chegada de imigrantes.⁵

Afastada, pouco povoada (até a década de 1970) e por isso mesmo acessível em termos de custo, a região leste da cidade tornou-se então um dos principais destinos para a população de baixa renda. O território do atual bairro de Cidade Tiradentes, que mesmo antes da atuação da COHAB-SP já apresentava taxas elevadas de crescimento em comparação ao restante do município⁶, passa a receber estes trabalhadores de forma mais intensa após a construção dos conjuntos habitacionais durante a década 1980.

Dados do ano de 1996 coletados na pesquisa de Slomiansky informam que 73,23% dos chefes de famílias residentes no *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes* tinham origem nordestina, enquanto a média para o município de São Paulo no mesmo ano era de 50,75%.⁷ A partir destes dados, é possível compreender as razões pelas quais encontramos atualmente na Zona Leste da cidade de São Paulo, especificamente no bairro de Cidade Tiradentes, um espaço privilegiado de acesso às histórias destes trabalhadores.

São profundas as relações existentes entre a chegada de migrantes no geral, e em especial de migrantes oriundos da região Nordeste do país, o crescimento populacional e desenvolvimento do bairro de Cidade Tiradentes. Como afirma Castilho: “Assim como ocorreu em diversos distritos da periferia de São Paulo, o crescimento populacional de Cidade Tiradentes está diretamente relacionado à chegada de migrantes da região Nordeste que se deslocaram para lá em busca da casa própria.” (CASTILHO, 2015, p. 185).

Cabe-nos indagar: quais memórias estes sujeitos podem revelar sobre a formação e desenvolvimento do bairro de Cidade de Tiradentes? Quais saberes esses sujeitos manipulam em suas experiências diárias? Em grupo, como interviam nos processos de estruturação do bairro?

A paulatina adoção de políticas e intervenções públicas voltadas à resolução do problema da habitação, este observado na cidade de São Paulo desde o fim do século XIX, pressupôs o reconhecimento comum, por parte do aparato público institucional, de que a provisão habitacional é uma responsabilidade do Estado, e deste modo, exige sua regulação para que se conduza de maneira adequada. Este é o argumento proposto por Nabil Bonduki em

⁵CASTILHO, Edmilson Peres. “*A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*”. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 98.

⁶Idem. p. 181.

⁷SLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

trabalho que marca a produção acadêmica acerca do tema. O autor afirma que, embora intervenções estatais a exemplo da Lei do Inquilinato (1942), e a criação de órgãos federais ou regionais de produção de habitação, tais como as Carteiras Prediais dos IAPs (1938), a Fundação da Casa Popular (1946) e o Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal, tenham ocorrido durante o mesmo período, nada indica que tenham sido adotadas como parte de uma política deliberada e planejada, se aproximando de uma ampla política habitacional para o país. Bonduki defende, no entanto, que a adesão de medidas como estas fez parte da compreensão geral da questão da habitação enquanto uma *questão de cunho social*.⁸

O autor localiza a década de 1880 como o período em que as habitações precárias da cidade de São Paulo – que há muito existiam – passaram a ser vistas como uma fonte de transtornos para as autoridades locais, a partir desse momento o *problema da habitação*, assim alcunhado, se tornaria pauta recorrente, presente nos discursos jornalísticos e políticos da época – e que respeitados os processos e contextos históricos, revolveriam à arena das intervenções públicas no século seguinte. Naquele momento, a expansão do mercado de trabalho associado à produção cafeeira estimulou as atividades urbanas desenvolvidas no entorno de fazendas e pequenos centros comerciais, fatores que por sua vez figuraram como causas diretamente ligadas a aglomeração de trabalhadores mal alojados nas proximidades de seus locais de trabalho. A preocupação do Estado, que naquela ocasião buscou justificar intervenções pelo possível risco à saúde pública, surge nesta conjuntura:

A deterioração das condições de vida na cidade, provocada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados, pela falta de habitações populares e pela expansão descontrolada da malha urbana obrigou o poder público a intervir para tentar controlar a produção e o consumo das habitações.⁹

Bonduki infere que embora o governo exercido durante a Primeira República (1883-1930) tenha pautado sua gestão sob a ótica de uma atuação liberal, que relutava em interferir nas esferas privadas, foi levado a agir de maneira mais vigorosa no âmbito da habitação. O autor elenca os aspectos que fizeram com que o controle da produção do espaço urbano fosse aceito, como reivindicado pela sociedade geral, ainda que de modo geral predominasse a preferência por concepções liberais entre a cúpula do governo federal: a irracionalidade da produção

⁸ Por habitação social, compreendemos, a partir da definição elaborada por Bonduki, não apenas a habitação produzida e financiada por órgãos estatais e destinada à população de baixa renda, mas em sentido amplo, a inclusão dos processos de “regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema do Estado, da falta de infraestrutura urbana gerada pelo loteamento privado.”

⁹ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. 6ª ed. São Paulo: FAPESP/ Estação Liberdade, 2013. p. 27.

capitalista de edifícios; o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, uma vez que somados, estes elementos poderiam constituir séria ameaça à saúde pública, segundo o argumento da parcela higienista dos políticos que ocupavam os cargos da administração municipal à época.

Ainda, de acordo com Bonduki, a partir de uma abordagem marcadamente higienista, o poder público investiu, naquele contexto, em três principais frentes para resolução do problema. Foram elas: o controle sanitário das moradias, a aplicação de legislação e códigos sociais de posturas, e a participação direta em obras de saneamento das baixadas, urbanização da área central e implantação das redes de água e esgoto. O objetivo era extirpar da cidade e das habitações possíveis causadores de doenças através da regulamentação do espaço urbano e do comportamento de seus moradores. Estas ações são interpretadas por Bonduki como importantes instrumentos de controle social e manutenção da ordem, uma vez que a expulsão de moradores e demolição de habitações consideradas irregulares foram os principais recursos utilizados pelo Estado naquele momento para fazer valer as diretivas implementadas por lei no sentido de sanear as regiões centrais.

Esta breve retomada cronológica, que chega inclusive a extrapolar em pouco mais de um século o recorte temporal deste trabalho, justifica-se na medida em que nos ajuda a compreender os sentidos amplos da dinâmica das intervenções estatais na cidade de São Paulo. Isto porque registra os meandros da primeira grande crise habitacional da cidade de que se tem notícias, e elucida a virada de chave contida na percepção do Estado dos fatores que passariam a ser entendidos e associados ao, assim chamado, *problema da habitação*, bem como os meios eleitos para tentar solucioná-lo.

O ponto de contato entre as intenções da pesquisa e a temática reside, principalmente, na reunião e análise dos relatos destes indivíduos: através deles poderemos acessar as perspectivas material e subjetiva da experiência migratória em permanente diálogo com a própria história de fundação e desenvolvimento do bairro de Cidade Tiradentes, compreendendo-a enquanto como parte do quebra-cabeça mais amplo para o entendimento da história da cidade de São Paulo.

Durante a graduação, desenvolvemos uma pesquisa inicial sobre tema correlato, que derivada de uma iniciação científica, resultou em um trabalho de conclusão de curso.¹⁰ Nesta análise inicial realizamos, desde meados do ano de 2018, entrevistas com um grupo de quatro

¹⁰ OLIVEIRA, Vitória Maria Novais de. “*Vou pegar o asador e daqui ribar*”: *Experiências e expectativas de retorno de migrantes nordestinos do bairro de Cidade Tiradentes – São Paulo (1980-2020)*. Monografia (Graduação em História) – Uberlândia, 2020.

trabalhadores, três mulheres e um homem. Este primeiro trabalho foi fundamental para que se fosse possível ter noção da potencialidade do uso da fonte oral enquanto documentação útil para o estudo do tema.

Para a execução deste trabalho ampliamos o grupo de colaboradores. Foram, ao todo, nove pessoas entrevistadas, totalizando onze entrevistas. Cada entrevista durou em média duas horas. Além disso, os Censos Demográficos produzidos pelo IBGE; bancos de dados eletrônicos como os da Fundação SEADE, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as publicações em jornais de bairro e a chamada grande imprensa fazem parte do corpus documental da pesquisa. Durante a pesquisa, nos deparamos ainda com o riquíssimo acervo pessoal de uma moradora do bairro. Georgina de Carvalho, migrante, trabalhadora aposentada e militante, nos concedeu acesso a um material múltiplo: jornais do bairro, fotografias, panfletos, abaixo-assinados, cartas escritas à prefeitura e às secretarias municipais, atas de reuniões, e enfim, uma fantástica variedade documental. Todo o material já foi fotografado e catalogado; parte dele foi analisada e utilizada para a escrita da dissertação. Para citar Paul Thompson, devemos enfatizar que tal descoberta foi viabilizada graças ao trabalho realizado por meio da história oral, método sem o qual tais documentos não teriam sido localizados.¹¹

Quanto à realização das entrevistas, devemos pontuar que foram conduzidas de modo majoritariamente livre. Frequentemente as perguntas iniciais, elaboradas previamente, se desdobraram, levando-nos a assuntos conhecidos, esperados, e por vezes a caminhos surpreendentes e inusitados. Da mesma maneira, o grupo de pessoas entrevistadas multiplicava-se a cada nova entrevista realizada, e isto porque em História Oral uma fonte leva a outra: e aí é onde reside a beleza do método! Pedro conhecia Georgina, que conhecia Anaide e assim por diante. Tal como uma bola de neve, fomos colecionando possíveis e futuros entrevistados ao longo da pesquisa.

A partir da reunião e cruzamento dos dados recolhidos nessas fontes buscamos identificar em que medida e de que maneira as condições materiais de existência, as relações tecidas e experiências vividas no ambiente da cidade por trabalhadores e trabalhadoras migrantes podem ter influenciado na construção de redes de sociabilidade e de uma possível identidade do bairro de Cidade Tiradentes, compartilhada tanto pela necessidade de reelaboração dos modos de viver e trabalhar de uma população de maioria migrante no seio da sociedade receptora, quanto pelo enfretamento às variadas formas de discriminação vivenciadas

¹¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

por estes sujeitos no que diz respeito tanto ao local de origem quanto de moradia, uma vez que o bairro se situa na periferia da cidade de São Paulo.

Neste sentido, buscamos compreender as experiências compartilhadas pelo contexto vivenciado no espaço do bairro de Cidade Tiradentes nos termos colocados por Edward Palmer Thompson, que considera esta dimensão enquanto “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”¹², ou seja, categoria que informa não apenas o vivido, mas o sentido atribuído a esta vivência pelos sujeitos, e que quando apreendidas por meio do relato oral podem nos contar “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”¹³, conforme Portelli, atribuindo desta forma aos fenômenos amplamente conhecidos aspectos ainda desconhecidos.

No que se refere ao fenômeno migratório, e em específico à chegada de migrantes nordestinos ao estado e cidade de São Paulo, o trabalho de Fontes representa para nós importante norteador teórico. O autor buscou através de seu trabalho enfatizar a agência dos migrantes, valorizando a experiência e a memória destes sujeitos, compreendendo-os como agentes do seu próprio movimento, que sob estratégias diversas deram contorno aos processos migratórios.¹⁴

Uma dimensão utópica do processo migratório e a repercussão da experiência da migração sobre as identidades do migrante, ambas propostas no prelo por Bosi e Köln, figuram ainda enquanto chaves analíticas úteis para a investigação histórica do processo de desenvolvimento do bairro de Cidade Tiradentes em sua estreita relação com a chegada de migrantes nordestinos.¹⁵

¹² THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p 15.

¹³ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997. p. 31.

¹⁴ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)”. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002. p. 66. Nesta obra, ao buscar problematizar a heterogeneidade dos trabalhadores e rebatendo as críticas feitas ao trabalho de Thompson nas décadas de 1970 e 1980, o autor esgarça seu horizonte de análise para perceber a formação do operariado paulista para além do “mundo do trabalho” e enxerga nas relações étnicas e de gênero, nas experiências urbanas e na cultura operária, possíveis articulações entre os processos de formação de classe e de sua ação coletiva.

¹⁵ Tal debate ainda não possui publicação definitiva, ambas as noções tem feito parte das discussões em grupo realizadas pelo projeto “Trabalho e Imigração: história comparada de imigrantes no Brasil, Estados Unidos e Portugal coordenado pelo prof. Michael Merrill, vinculado ao Acordo de Cooperação entre o Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e o “Labor Studies and Employment Relations of School of Management and Labor Relations, RUTGERS - The State University of New Jersey”.

Quanto ao uso da fonte oral, os trabalhos desenvolvidos no interior do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO)¹⁶ e do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM)¹⁷, representam importantes referências para este trabalho. A partir do relato oral de homens e mulheres residentes do bairro, buscamos compreender a marcha de fundação e desenvolvimento de Cidade Tiradentes, esta que por sua vez se encontra diretamente atrelada às trajetórias de militância dos trabalhadores e trabalhadoras que reunidos em torno dos mais diversos grupos que ajustaram demandas coletivas em prol do atendimento de suas necessidades.

Enquanto metodologia aliada à elaboração de uma memória democrática do passado, enxergamos a história oral como ferramenta que possibilita a escrita de novas versões da história, uma vez que permite ressoar vozes múltiplas, de personagens e narradores distintos. Além disso, sua dimensão humana, enquanto método, guiou os processos de escuta, transcrição, e escrita deste trabalho:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação. **Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.** [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. [...] E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época.¹⁸ [grifos nossos].

A história oral permite ainda uma mudança de enfoque, neste aspecto “o historiador social pode passar dos burocratas e políticos para o mundo dos pobres”¹⁹. Este é o movimento que buscamos empreender no segundo e terceiro capítulos deste trabalho. Se no primeiro capítulo, em virtude do processo atípico de fundação do bairro – uma vez que planejado e construído pelo Estado – lidamos principalmente com uma perspectiva macro e observamos as políticas públicas que marcam a criação da COHAB-SP e sua atuação na capital paulista, intentamos nos capítulos seguintes inverter a perspectiva e analisar o processo de desenvolvimento do bairro a partir das experiências e visões de mundo dos próprios moradores do bairro de Cidade Tiradentes.

¹⁶ O NEHO-USP surgiu na Universidade de São Paulo, no Departamento de História, e sempre está presente em eventos acadêmicos, sendo uma de suas premissas a história pública e, neste sentido, as linhas de investigação do grupo abrem-se para várias alternativas de trabalhos com vários nichos sociais que não se situam exclusivamente nos espaços das academias. Museus locais, centro de registros de histórias de grupos, famílias e entidades sindicais, são setores que se valem de procedimentos desenvolvidos pelo NEHO-USP.

¹⁷ Fundado em 2009, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, o GEPHOM – Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória é um espaço de pesquisa e reflexão sobre questões teóricas e metodológicas que circundam a proposição e execução de estudos em história oral e memória.

¹⁸ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 44.

¹⁹ *Ibidem*, p. 26.

Nos estudos sobre migração no Brasil, Magalhães e Santhiago (2015) afirmam ser a entrevista um dos principais recursos metodológicos, usada tanto como fonte principal, quanto como fonte complementar, sendo utilizadas por meio de diferentes técnicas e sob variadas orientações metodológicas. Os relatos, associados ou não a fontes heterogêneas, partem de diferentes vertentes em se tratando de história oral, de acordo com a filiação a grupos específicos de pesquisa. Sobre o uso da história oral nas pesquisas sobre migração no Brasil, os autores afirmam ainda: “[...] método e tema correm em uma via de mão dupla: não só as entrevistas são uma das fontes mais importantes para se estudar os movimentos migratórios, como a imigração tem sido um dos temas mais privilegiados no campo da história oral.”²⁰

Por fim, a utilização da fonte oral nas pesquisas sobre migração interna, e especificamente sobre a migração de nordestinos para São Paulo, tem aparecido também enquanto objeto de estudo de variados grupos, como o Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (Gephom/USP), por exemplo, que interessado em compreender como as entrevistas são utilizadas nestas pesquisas, busca avaliar os usos das entrevistas nos estudos migratórios. Debates e propostas como estas corroboram a percepção do uso da fonte oral enquanto material capaz de proporcionar frutuosa pesquisa no âmbito dos estudos sobre migração, além de dar fôlego e ampliar as possibilidades do uso e tratamento dos relatos de migrantes.

Fundamentada, enfim, sobre este prisma de concepções, a pesquisa então desenvolvida se enquadra ainda no movimento mais recente, observado nos últimos anos, de ampliação não apenas dos campos, mas da própria interpretação e debate históricos produzidos a respeito da cidade de São Paulo. Enxergar a periferia e os sujeitos periféricos enquanto produtores e atuantes da dinâmica mais ampla da metrópole paulistana é uma escolha deliberadamente política, e pessoalmente afetiva.

Inserida na esteira dos trabalhos recentes das diversas áreas do conhecimento que têm buscado se debruçar sobre os processos de formação das periferias paulistanas,²¹ a investigação que se desenvolverá está ancorada no ímpeto e na possibilidade de escrita de uma história sobre cidade de São Paulo *a partir* da periferia e dos sujeitos que nela residem.

Se o polo privilegiado da centralidade material – de provisão de serviços urbanos, oferta de equipamentos públicos –, discursiva e epistemológica – de produção acadêmica, intelectual – é historicamente representado pelas zonas centrais, que se consolidou a partir da década de

²⁰ MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral e migrações: Método, Memória, experiências*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 8.

²¹ Ver: CASTILHO (2007); D’ANDREA (2013); SOUSA (2022).

1940 concentrando os grupos mais abastados da cidade, entendemos que é momento de pensar as dinâmicas da outra face da cidade dual proposta por Maricato (2000).

Em termos historiográficos, de maneira geral, o tema das periferias é pouco explorado. Não podemos deixar de ressaltar os trabalhos realizados por Azevedo (1945) e Lemos e França (1999), mas ainda assim, ao contrário da grande quantidade de literatura acadêmica produzida sobre a história e formação da cidade de São Paulo, carecemos de uma gama mais ampla de publicações acerca da formação socioespacial da Zona Leste da cidade, e em especial dos bairros mais periféricos.

Neste sentido é que buscamos, através desta pesquisa, contribuir para a construção de uma interpretação histórica mais plural da cidade de São Paulo, levando-se em conta a presença, o legado, os saberes e as lutas protagonizadas pela população periférica, e desta maneira fazer ecoar as vozes e as histórias da cidade que existe para muito além do Pátio do Colégio.

Cabe mencionar ainda minha filiação ao CPDOC Guaianás, um coletivo multidisciplinar de pesquisadores periféricos que nasce enquanto organização no ano de 2012, vinculado ao Movimento Cultural dos Guaianases, com o intuito de se estabelecer enquanto um “espaço de referência da memória social e de valorização à pesquisa e registro dos bens culturais (material e imaterial), e assim preservar os casos, imagens e histórias presentes sobre sua ocupação urbana e manifestação cultural”²² da periferia da cidade, atuando mais especificamente em três bairros da Zona Leste: Guaianazes, São Mateus e Cidade Tiradentes.

Os trabalhos e atividades produzidos pelo CPDOC enquanto coletivo e pelos pesquisadores congregados em torno do grupo representam importantes referências para nós.²³ Compartilhamos o objetivo comum de registrar e difundir memórias e narrativas históricas, sociais e culturais de trabalhadoras e trabalhadores, de maneira tal que possam se reconhecer enquanto sujeitos históricos, personagens centrais dos processos de transformação e construção de seus territórios.

No primeiro capítulo traçamos o panorama geral dos movimentos migratórios registrados entre as décadas de 1970 e 2010. As trocas populacionais entre as diferentes regiões do país são evocadas para pensar o percurso realizado pelos trabalhadores que chegaram ao Sudeste, e especificamente à cidade de São Paulo. No limiar entre a chegada e a fixação, o objetivo do capítulo é delimitar e historicizar condicionantes socioeconômicos da partida inicial

²² Disponível em: CPDOC Guaianás – Quem Somos (cpdocguaianas.com.br). Último acesso em: 06/08/2022.

²³ É válido citar o trabalho do historiador Adriano José de Sousa, recentemente finalizado: *Cotidiano e lutas sociais na periferia de São Paulo: Agentes históricos da urbanização de São Mateus*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. 2022.

de migrantes que se deslocaram em direção à São Paulo, e sua profunda relação com o histórico de fundação do bairro de Cidade Tiradentes. Além disso, buscamos compreender, em âmbito nacional, a atuação das COHABs. Observamos a intervenção da COHAB-SP na cidade de São Paulo, relacionando-a ao contexto amplo de desenvolvimento da recém-nascida metrópole e a fundação do bairro.

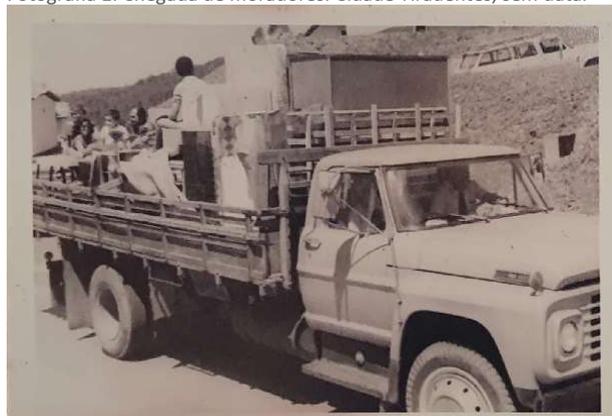
No segundo capítulo nossa intenção é identificar marcos de articulações entre os moradores, para além do marco institucional de fundação do bairro. Afinal, se a Cidade Tiradentes nasce oficialmente no ano de 1984, quando se torna possível rastrear o florescimento de um sentido de comunidade compartilhado pelos sujeitos que residem no interior do complexo habitacional? Observamos, nesta parte do texto, a atuação das associações de bairro, a organização dos moradores e as lutas sociais por melhorias no entorno, bem como os embates com os poderes públicos pelo acesso aos equipamentos coletivos: saúde, educação, transporte e abastecimento surgem como grandes e importante áreas de demandas da população periférica da cidade.

Por fim, no terceiro e último capítulo, nosso objetivo é examinar, a partir dos registros dos eventos *Café Memória* realizados pelo Grupo de teatro Pombas Urbanas, como se deu a reivindicação de produção de uma certa memória a respeito do bairro Cidade Tiradentes, e como de maneira geral se dá para os seus moradores a construção de memórias do território. Quais personagens e fatos são evocados no trabalho de enquadramento da memória sobre o bairro empreendido pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas? Como as diferentes linguagens atuam para a fundamentação e atribuição da memória e da identidade vinculadas ao bairro e aos moradores de Cidade Tiradentes? Neste capítulo tentamos confrontar diretamente a chamada memória oficial, produzida pela grande mídia, e a memória mais ou menos organizadas pela própria população residente.

CAPÍTULO I

Cargas de melancias em direção a Machu Picchu: migração interna e soluções habitacionais na São Paulo das décadas de 1970 e 1980

Fotografia 1: Chegada de moradores. Cidade Tiradentes, sem data.



Acervo CPDOC Guaianás

Até a década de 1920 o estado de São Paulo costumava receber anualmente menos de 10 mil migrantes nacionais – estes advindos de outros estados da Federação –, cifra que parece irrisória em comparação ao que se observaria nas décadas seguintes. Este cenário sofre alteração drástica quando do arrefecimento dos fluxos da migração internacional até então observados, somado aos processos de industrialização experimentados principalmente na região Sudeste do país: a partir de 1935 os números aumentaram consideravelmente, até centuplicar. Entre os anos de 1951 e 1952, por exemplo, estima-se que aproximadamente 250 mil pessoas passaram a chegar anualmente ao estado de São Paulo.¹

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e, especificamente, a capital surgem como grandes áreas de destino destas pessoas, especialmente após a década de 1950 com a intensificação do processo de industrialização da região. Na década de 1970 havia na capital paulista cerca de 1,4 milhões de residentes não naturais da unidade de federação. Isso significa que a cada três de seus habitantes do município, um nascera em outro estado do Brasil. Minas Gerais e Bahia lideravam neste período o ranking de origem, representando 31% e 22% do total, respectivamente.² A gradativa e crescente preponderância na cidade de São Paulo de residentes

¹ SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *São Paulo Outrora e Agora: Informações sobre a população paulista do século XIX ao XXI*. São Paulo: 2004. p. 26-27. Todos os dados referentes à população destacados nos parágrafos desta sessão foram retirados desta publicação. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spoutragora/sp_outrora_agora.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

² Ibidem. Ver: Anexo I.

não naturais, advindos particularmente dos estados da região Nordeste do país, ganha notoriedade na análise de dados dos anos que se seguem. O êxodo de trabalhadores migrantes oriundos desta região é considerado pela literatura o principal movimento migratório interno do século XX.

Em 1980 o número de pessoas residentes da cidade de São Paulo natural de outros estados quase duplicou, passando a representar 35,6% do total da população. Entre os anos 1980 e 1991 este indicador permaneceu quase inalterado, e voltou a aumentar entre os anos 1991 e 2000, chegando a quase 3 milhões na capital paulista.

Em decorrência destes processos, se agigantava a desordenada e desigual metrópole paulistana. O crescimento turbulento, irrefreado e muitas vezes aclamado pelos discursos vigentes do período, no entanto, não ocorreu somente na cidade de São Paulo, grandes capitais do país enfrentaram processos análogos. Como tentativa de controle deste caos urbano e de resolução do, assim eleito, *problema da habitação* – que desde o fim do século XIX mobilizou o Estado e o mercado rentista entorno da busca por soluções habitacionais, neste período que é chamado por Bonduki de *primórdios da intervenção estatal*³ – foi criada em 1965 a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, a COHAB-SP.

Em São Paulo, a COHAB-SP construiu, desde a data da sua criação até o início dos anos 2000, o total de 130.574 unidades habitacionais, estas distribuídas em 55 conjuntos destinados à denominada *faixa de interesse social*. A maior parte da produção da COHAB-SP se localiza dentro dos limites do município de São Paulo: ao todo foram erguidos 52 conjuntos habitacionais, o que representa 85% de sua produção total. Do montante destes conjuntos, 67,9% está localizado na Região Leste da cidade, onde a Companhia edificou 28 conjuntos habitacionais, totalizando 88.660 unidades habitacionais.⁴

Neste capítulo, intentamos inicialmente historicizar condicionantes socioeconômicos da partida inicial de migrantes da região Nordeste, observados entre as décadas de 1970 e 2000 e o consequente estabelecimento deste expressivo contingente de pessoas na cidade de São Paulo e especificamente no bairro de Cidade Tiradentes. Além disso, buscaremos compreender, em âmbito nacional, os sentidos da fundação e atuação da COHAB, e em específico da COHAB-SP, relacionando-a com o contexto mais amplo de desenvolvimento da cidade e a fundação do bairro de Cidade Tiradentes.

³ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. p. 15.

⁴ SLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. p. 63.

1.1 São Paulo, a metrópole nacional de recepção migratória: descompassos entre a chegada e a fixação

O Brasil se tornou, a partir da década de 1960, uma nação predominantemente urbana, isto é, com a maior parcela de sua população vivendo no ambiente da cidade, chegando a contar com uma das mais altas taxas de crescimento urbano da América Latina. Neste sentido, o contexto do processo de urbanização brasileiro passou a representar um quadro fecundo para os estudos e análises sobre o tema. De acordo com Schuh e Whitaker, o ano de 1963 figurou como marco expressivo, verdadeiro divisor de águas no que se refere aos índices relativos ao êxodo rural, este observado em todo o território nacional durante toda a década de 1960, no geral: naquele período um em cada cinco brasileiros saiu do campo em direção às cidades.⁵ As projeções feitas em meados dos anos 1970 eram de que, em um intervalo de 40 anos – entre 1940 e 1980 – a proporção da população rural versus urbana se invertesse, de um terço da população vivendo nas cidades em 1940, para dois terços em 1980.

As previsões tanto se confirmaram, como continuaram a expandir (Tabela 1.1). No período entre 1970 e 1980 o êxodo rural transferiu para o meio urbano o equivalente a 30,0% do total da população rural existente em 1970; neste mesmo ano, migraram para as áreas consideradas urbanas cerca de 12,5 milhões de pessoas.⁶ Em resumo, se na década de 1940, aproximadamente 31% da população brasileira residia nos espaços urbanos, no ano de 1996 essa proporção mais que duplica, atingindo 78%. A população residente nas áreas rurais e em localidades com menos de 20 mil habitantes encolheu de 80,5% em 1940, para 34% em 1996. No mesmo período, em contraposição, a parcela da população vivendo em cidades com mais de 500 mil habitantes passou de 10,8% para 35,7%. Aproximadamente 17% da população brasileira vivia no ano de 1996 concentrada em apenas duas cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. Em contrapartida, a porcentagem de pessoas vivendo nas áreas rurais decresceu de 68,8% para 22,0% neste período.⁷

⁵ SCHUH, G. Edward; WHITAKER, Morris. *Migration, mobility and some problems of the labor market in Brazil* Apud PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 31.

⁶ ALVES, Eliseu; MARRA, Renner; SOUZA e, Geraldo Silva. *Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010*. Revista de Política Agrícola. Ano XX – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2011. p. 81.

⁷ BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia. *Distribuição espacial da população brasileira: Mudanças na segunda metade deste século*. IPEA, 2000.

Tabela 1.1 Distribuição percentual da população brasileira entre urbana e rural

	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2011
Urbana	31,1	36,2	45,4	55,9	67,7	74,8	85
Rural	68,8	62,8	54,6	44,1	32,4	24,5	15

IBGE. *Censos Demográficos: 1980, 1990, 2000 e 2010.*

A constatação dos estudos desenvolvidos durante fins da década de 1960 e início de 1970 era de que nenhuma das grandes cidades dos chamados países em desenvolvimento estivessem conseguindo oferecer no referido período oportunidades de emprego, serviços urbanos, infraestrutura, acomodações e capacidade administrativa proporcionais ao crescimento populacional observado, ou seja, a capacidade de absorção dos centros urbanos não parecia acompanhar o incremento populacional observado naquele momento. Neste sentido, argumentou-se que tal disparidade fez com que a urbanização se processasse mais rapidamente que a industrialização e a criação de instituições urbanas compatíveis às necessidades que se colocavam. Este fenômeno recebeu o nome de *superurbanização* ou *hiperurbanização*.⁸

A participação e o papel desempenhado pelo migrante nacional no incremento populacional das metrópoles que se formavam foi interpretada de diversas maneiras. Janice Perlman produziu um estudo primoroso, no qual analisou três escolas de pensamento que versaram sobre a sorte dos migrantes na cidade: “uma negativa, uma positiva e a outra cinicamente condescendente”⁹. Comentaremos brevemente o conjunto destas principais vias, minuciosamente trabalhadas pela autora em seu trabalho.

A primeira, compreendeu o fenômeno da *superurbanização* como um desastre, que ao transferir a pobreza do meio rural para a cidade acabava por criar no sistema social urbano um setor parasita e “difícil de modernizar”. Miséria, desordem, violência e desespero são, para alguns dos estudiosos desta linha, o resultado mais aparente da chegada de migrantes pobres e sem qualificação na cidade. Para Perlman, a essência dos argumentos postulados por esta

⁸ FRIEDMANN, John; Lackington, Thomas. *Hyperurbanization and national development in Chile: some hypotheses*. Urban affairs quarterly 2, n° 4, June 1967. *Apud* PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. De acordo com PERLMAN, “estes autores definiriam a *hiperurbanização* como uma relação de desequilíbrio entre os níveis de urbanização e desenvolvimento econômico de um país... uma concentração de trabalhadores na cidade superior ao emprego regular remunerativo no setor moderno da economia.” p. 328.

⁹ PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 35.

interpretação é que “a frustração das esperanças do migrante o conduz à desmoralização e à radicalização”.

Em contraposição, os estudiosos pertencentes à corrente positiva, compreenderam a urbanização acelerada como uma espécie de benção, e mais, consideraram os notáveis influxos migratórios em direção aos centros urbanos, e caracterizados pelo esvaziamento da área rural, como uma condição indispensável à expansão das economias nacionais, o melhor e mais evidente sinal do progresso econômico. Sjoberg (*apud* PERLMAN, 1977, p. 36), argumenta por exemplo que “os moradores das cidades nos países em vias de modernização gozam de muito mais vantagens econômicas, educacionais e sociais do que os homens do campo”, sendo a concentração e visibilidade da pobreza da cidade aspectos que “enganavam” cientistas sociais. A ideia de que a urbanização acelerada produziria a “modernização” das atitudes também foi tema debatido por esta perspectiva. Perlman cita um relatório da Comissão Econômica para a América Latina, definido pela autora como “típico dos anos intermediários dos anos 1960” em que era possível concluir que a rápida aceleração da América Latina “aparentemente era uma circunstância auspiciosa”, afinal, “a cidade grande não é exatamente... o veículo da modernização?”

Por fim, a terceira e última escola de pensamento citada por Perlman é descrita pela autora como “mais condescendente que do que a negativa, e mais resignada do que a positiva”. Embora indesejáveis, os pobres e os grupos minoritários constituíam para os defensores desta linha, de qualquer forma, parte *natural* e *inevitável* do quadro da urbanidade. O processo desenvolvimentista, em metáfora elaborada pela autora, assim como a jardinagem, deveria levar em conta também as ervas daninhas.

A tônica de elogio à urbanização e a aspiração à modernização – através principalmente do processo de industrialização – são aspectos comuns, presentes nas três interpretações relativas ao crescimento das cidades. A compreensão do meio urbano como baluarte do progresso social e humano é característica compartilhada pelas escolas de pensamento concebidas entre as décadas de 1960 e 1970, e largamente analisadas por Janice Perlman. As principais particularidades que as diferem giram em torno do entendimento que buscam elaborar a partir das controvérsias e contradições expostas a olho a nu no perímetro das cidades que se avolumavam, bem como das soluções possíveis para os problemas que se apresentavam. A presença ao mesmo tempo indigesta e necessária da população migrante, se acumulando muitas vezes de forma considerada *irregular* no espaço que deveria atender às expectativas de

avanços técnicos, tecnológicos e transformações comportamentais também são dimensões levantadas de diferentes modos por cada uma das três abordagens.¹⁰

Para citar ainda o contexto mais amplo das cidades latino-americanas, cabe mencionar a elaboração de maciços programas de remoção de favelas e construção de moradias como método de enfrentamento às ameaças trazidas com as “levas de migrantes em contínua expansão”¹¹. Perlman cita o que afirma ser o exemplo mais famoso, os *superbloques* de Pérez Jiménez, na Venezuela. A intervenção estatal nestes casos surgiu como meio de controle urbano e esforço para solucionar os problemas habitacionais – tanto a falta de moradias, quanto a propagação dos assentamentos considerados irregulares –, diretamente ligados ao processo de desenvolvimento das cidades de um lado, e a chegada de trabalhadores migrantes do outro, como duas faces do mesmo movimento.

Até aqui nossa intenção foi fornecer ao leitor os quadros conjunturais do panorama observado no Sul Global e, portanto, no Brasil, entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970. As discussões formuladas durante este período evidenciaram os assuntos considerados imprescindíveis para a tarefa de tentar compreender o contexto atravessado pelas grandes cidades que se desenvolviam ao redor da América Latina. Êxodo rural, migração interna, superlotação das cidades e suas implicações experienciadas pelo conjunto da sociedade construíram-se temas-chave para as análises empreendidas no decurso deste intervalo de tempo.

Ao encarar a imigração como um *fato social total*, Sayad argumenta que deve ser prerrogativa dos estudos migratórios a adoção de uma postura crítica e cuidadosa para que não sejam suprimidas deste complexo objeto de pesquisa partes a ele constitutivas, e neste caso especificamente a parte relativa à emigração.¹² No momento em que o autor formula sua tese as discussões relativas ao tema da imigração argelina na França concentravam esforços em avaliar os efeitos da chegada de migrantes àquele país, desconsiderando assim o movimento que antecede a imigração. Neste sentido é que figura naquele contexto como inovador e torna-se referência o exame feito por Sayad, que interessado na experiência e na trajetória social do indivíduo, complexifica o sujeito migrante ao compreender que todo imigrante é também emigrante de algum lugar, duas faces da mesma moeda.

¹⁰ A seu modo, cada uma destas vertentes contribuiu para a construção e perpetuação da ideia de *marginalidade*, noção sobre a qual a Janice E. Perlman se debruça e busca esmiuçar ao longo de sua obra. Diretamente associada ao local de moradia, a autora demonstra quão equivocadas são as imagens mentais associadas às populações residentes das favelas do Rio de Janeiro entre os anos 1960 e 70.

¹¹ *Idem, ibidem*. p. 137.

¹² SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Edusp, 1998. p. 18.

Então, sob a máxima de que “o imigrante antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante” de sua terra natal¹³, Sayad demonstra a importância de observar condições sociais e causas que determinam a partida, ao invés de centrar-se a partir do ponto de vista etnocêntrico da sociedade receptora, que se interessa pelo fenômeno da migração à medida em que o sujeito, ao atravessar suas fronteiras, torna-se um “problema” ou uma “questão” a ser resolvida. Neste sentido, consideramos imprescindível explorar condicionantes sociais que motivaram a partida inicial do expressivo contingente de pessoas que se deslocaram das áreas urbanas a caminho da cidade de São Paulo, além de algumas especificidades da migração nordestina.

Na experiência brasileira, a expansão da economia capitalista no campo agiu no sentido de transformar o trabalhador rural em um proletário agrícola mal pago, e como em resposta à crescente pauperização do agricultor, a migração surgiu como uma alternativa realizável. Para Eunice Durham, em decorrência dos processos de industrialização e urbanização quatro principais fenômenos se impuseram: em primeiro lugar, a quebra de isolamento das comunidades tradicionais; a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade; em terceiro lugar, a negação dos velhos valores e, por fim, a adoção de novos padrões de comportamento. Para a autora, o migrante nacional viveu no plano individual a realização das alterações ocorridas na estrutura social. Na medida em que as bases da economia tradicional são destruídas, mas não é ofertado ao trabalhador acesso às técnicas que lhe permita competir como um produtor independente no mercado, a transformação do produtor autônomo em assalariado torna-se inevitável.¹⁴

A inclusão na economia monetária provocada pelo processo de transformação e expansão da economia industrial manifestou-se na experiência do trabalhador, de acordo com Durham, por meio da crescente necessidade de dinheiro. Em oposição às dificuldades percebidas como inerentes à vida rural, tais como a falta de conforto, o trabalho árduo, a incerteza da produção e a impossibilidade de melhoria, apresentaram-se as expectativas positivas que a vida urbana poderia oferecer. O argumento da autora é que a “percepção da necessidade de ‘melhorar de vida’ [presente na fala da esmagadora maioria dos trabalhadores entrevistados durante sua pesquisa] é decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva. É a criação de novas necessidades que rompe o equilíbrio econômico.”¹⁵

¹³ *Idem, Ibidem.*

¹⁴ DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e migração para São Paulo*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1973.

¹⁵ *Idem, Ibidem.* p. 114.

Assim, para suprir a exiguidade de dinheiro os trabalhadores rurais se viram cada vez mais forçados a aplicar uma parcela crescente de seus empenhos à produção de mercadorias, o que afetou diretamente a produção de subsistência. O labirinto se forma: de um lado, a queda na produtividade de alimentos e artesanatos domésticos, e de outro, a progressiva necessidade de numerário, uma vez que além dos instrumentos e utensílios não produzidos no ambiente caseiro, o agricultor passa a precisar adquirir também os gêneros alimentícios que já não podiam mais ser garantidos integralmente pelo plantio familiar.¹⁶

É central no trabalho de Durham, portanto, o argumento de que é a integração do trabalhador rural na economia de mercado, e especificamente, na economia capitalista industrial que o torna dependente de um nível de renda antes desconhecido. No geral, as necessidades no interior da sociedade tradicional se mantinham ao nível das possibilidades da produção doméstica, por isso a autora defende que “o aumento das necessidades que exigem dinheiro e a impossibilidade de ganhar o suficiente é o motivo mais importante para a emigração.”¹⁷

Lançaremos nossos olhares a partir de agora ao cenário que se desenhava no bojo da incipiente metrópole paulistana entre os anos 70 e 80 para pensar especificidades dos processos de urbanização e industrialização em sua intrínseca relação com a chegada de migrantes dos mais diversos lugares do país e especialmente da região Nordeste. A atmosfera mental daquele tempo, percebida não apenas através dos estudos e análises desenvolvidos no período, mas também e principalmente dos sujeitos contemporâneos àqueles processos, apontava para um dado que julgamos fundamental e absoluto ao desenvolvimento deste trabalho – e que parece ter-se esmaecido quando pensamos e discutimos na atualidade a formação dos espaços periféricos no município de São Paulo: na década de 1980, pouco mais da metade da população residente da capital paulista era natural de outros lugares do país (Tabela 1.2); e mais, nos anos 2000, 51% dos residentes não naturais do município provinham dos estados da região Nordeste (Tabela 1.3):

¹⁶ Para análise mais detalhada e profunda veja o trabalho completo de Eunice Durham.

¹⁷ DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e migração para São Paulo*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1973. p. 163.

Tabela 1.2 Residentes Não Naturais nos anos de Recenseamento Geral - Município de São Paulo, 1960 a 2000

Anos	População	Não Naturais	
	Total	N	%
1960	3.781.446	1.868.369	49,41
1970	5.924.615	2.841.150	47,96
1980	8.493.226	4.323.444	50,90
1990	9.646.185	3.692.795	38,28
2000	10.434.252	4.010.457	38,44

Fonte: IBGE, Censos Demográficos¹⁸

A presença destes sujeitos impactou sobremaneira todos os âmbitos da sociedade paulistana e foi objeto de análise acadêmica em estudos demográficos, sociológicos e da pluralidade dos campos científicos, bem como dos mais variados discursos jornalísticos e políticos da época. A participação crescente do grupo de migrantes sobre o incremento populacional exigiu do poder público soluções em todas as esferas de atuação da complexa teia da estrutura social.

Defendemos em trabalho anterior, e aqui buscamos reiterar, que a história da expansão urbana paulistana é também a história da chegada de trabalhadores migrantes de todo o país que buscavam mais e melhores possibilidades e condições de existência nos novos centros industriais.¹⁹ As décadas de 1950 e 1960, consideradas como período de maior expansão urbana da periferia paulistana, são igualmente as décadas em que se começa a registrar o expressivo aumento da chegada de imigrantes.²⁰

Advindos de diversas regiões do país, trabalhadores migrantes foram impedidos de morar no centro da cidade, uma vez que o custo de habitação no perímetro central – encarecido pelo processo de valorização imobiliária vigente já desde a década de 1940 – não era compatível ao orçamento do migrante recém-chegado. Afastada, pouco povoada (até a década de 1970) e

¹⁸ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: Prefeitura do Município de São Paulo. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_nao_nat.php. Acesso em: 26/09/2022.

¹⁹ NOVAIS, Vitória Maria. *Vou pegar o asador e daqui ribar: Experiências e expectativas de retorno de migrantes nordestinos do bairro de Cidade Tiradentes – São Paulo (1980-2020)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

²⁰ CASTILHO, Edmilson Peres. “A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)”. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 98.

por isso mesmo acessível em termos de custo, a região Leste da cidade tornou-se então um dos principais destinos para a população de baixa renda, e o bairro de Cidade Tiradentes – espaço fundamental de nosso interesse – , que mesmo antes da atuação da COHAB-SP já apresentava taxas elevadas de crescimento em comparação ao restante do município²¹, passa a receber estes trabalhadores de forma mais intensa após a construção dos primeiros conjuntos habitacionais durante a década 1980.

Entre os anos 1960 e 1970 a região Nordeste do país assistiu a um expressivo aumento de suas taxas de migração, de 1,5 milhão para mais de 2,9 milhões, respectivamente. Em contrapartida, o Sudeste recebeu aproximadamente 6 milhões de migrantes neste mesmo período.²² Durante a década de 1980 as transferências de população do Nordeste para o Sudeste diminuíram consideravelmente, muito em decorrência da crise econômica observada no estado de São Paulo e do crescente desenvolvimento das economias regionais. Ainda assim, a região permaneceu na liderança do ranking das taxas de emigração.²³ Em retomada, o período compreendido entre as décadas de 1990 e 2000, marcou a recuperação dos números de chegada de migrantes advindos dos estados nordestinos a São Paulo.

Durante os anos 1990 o Nordeste continuou liderando em volume os fluxos de chegada e saída de migrantes inter-regionais de e para o estado de São Paulo, respondendo por 52,6% dos migrantes que adentraram no estado. O volume total da migração dessa região, que era de 1,3 milhão de migrantes, no período 1981-1991, subiu para 1,7 milhão entre 1990 e 2000. Destaca-se, dentre os estados da região Nordeste, o incremento da imigração vinda principalmente da Bahia: de um volume de 437 mil pessoas, nos anos 1980, para 652 mil, em 1990; do Maranhão: de 32 mil para 63 mil migrantes, respectivamente; e do Piauí: de 79 mil para 109 mil pessoas. O estado do Pernambuco continuou a ocupar o segundo maior fluxo de migrantes do Nordeste para o estado de São Paulo, porém mantendo no mesmo patamar seu volume de emigração, de 322 mil, entre 1980 e 1991 para 331 mil, nos anos 1990. Por outro lado, a emigração do estado de São Paulo para os estados nordestinos também aumentou: de

²¹ *Idem, ibidem*. p. 181.

²² BAENINGER, Rosana. *Fases e Faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. p. 29.

²³ Somado à paralisia momentânea de crescimento do estado e cidade de São Paulo observada neste período, novos padrões nos fluxos migratórios, que incluíram inclusive movimentos de retorno de migrantes internos de todas as regiões do país às suas terras natais, marcaram os estudos e compreensão dos deslocamentos populacionais. Ver: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. *Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?* In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo; PATARRA, Neide. (orgs.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997.

509 mil emigrantes, nos anos 80, para 690 mil, entre 1990 e 2000; para a Bahia, a emigração, que foi de 147 mil pessoas, na década de 80, passou para 223 mil, nos anos 90.²⁴

Tabela 1. 3 Residentes Não-naturais segundo Local de Nascimento - Município de São Paulo entre 1970 a 2000

Local de Nascimento	Em %			
	1970	1980	1991	2000
Pessoas Não Naturais	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Regiões do Brasil</i>	50,4	61,2	71,2	73,8
<i>Norte</i>	0,4	0,4	0,6	0,7
<i>Nordeste</i>	25,9	35,0	45,2	51,0
<i>Sudeste (exceto ESP)</i>	18,2	17,1	16,6	14,5
<i>Sul</i>	4,9	7,0	6,8	6,2
<i>Centro-Oeste</i>	1,0	1,2	1,2	1,3
S/ Especificação	0,0	0,5	0,8	0,1
Outras Cidades do ESP	36,2	30,0	22,3	21,3
<i>Exterior</i>	13,4	8,8	6,5	4,9

Fonte: IBGE. Censos Demográficos²⁵

No município, o número de residentes oriundos dos estados do Nordeste ocupou durante três décadas consecutivas o posto de principal provedor dos habitantes não naturais da grande metrópole paulista (Tabela 1.3). Em uma toada de crescimento constante, observamos a presença do migrante nordestino dobrar no período compreendido entre os anos de 1970 a 2000: de um número já expressivo na primeira década (25,9%), – preenchendo o segundo lugar no ranking da listagem geral de residentes não naturais da cidade, perdendo apenas para os migrantes advindos de outras cidades do estado de São Paulo – para mais da metade da população não natural residente após 30 anos, no início dos anos 2000 (51%).

Isto significa que, nos anos 2000, em um universo de aproximadamente 4 milhões de trabalhadores migrantes radicados na cidade de São Paulo (Tabela 1.2), pouco mais de 2 milhões de indivíduos haviam nascido na região Nordeste do país: ou seja, um em cada dois migrantes nacionais viera de algum dos nove estados que compõe esta região; as proporções

²⁴ BAENINGER, Rosana. *São Paulo e suas migrações no final do século 20*. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005.

²⁵ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: Prefeitura do Município de São Paulo. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_nao_nat_nasc.php. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

que precedem este ápice observado em fins do século XX representam, respectivamente, cerca de um terço nas décadas 1970 e 1980, pouco menos da metade na década de 1990.

Novamente, a Zona Leste da cidade de São Paulo desponta na literatura, principalmente a partir dos anos 2000, enquanto um dos mais importantes polos de estabelecimento da população migrante de origem nordestina da cidade²⁶. Em decorrência do alto custo de moradia no perímetro central no período de industrialização da cidade que se tornaria a maior metrópole do país, um contingente expressivo de migrantes e trabalhadores de baixa renda se desloca para a região em função do acesso à moradia. A formação de redes de migrantes que contribuiriam para o fortalecimento de comunidades em diferentes bairros da região Leste é um aspecto comum de debate nestes trabalhos. Rigamonte (2001) registra um bom exemplo do que seriam estas redes ao citar os encontros periódicos de migrantes nordestinos na Praça Silvío Romero, localizada no bairro do Tatuapé, para receber encomendas trazidas de diversos estados da região Nordeste do país.

O bairro de Cidade Tiradentes, neste contexto, assim como outros bairros da mesma região, se converte em espaço oportuno para a análise do assentamento da população trabalhadora de maioria migrante na periferia da cidade de São Paulo. As interações, o caldo formado pelo binômio precariedade e luta, por meio da organização destes sujeitos, constituem aspectos que nos interessam neste trabalho.

O trabalho empreendido por Castilho, no qual o autor se propõe a analisar os processos de produção e aquisição da casa própria no *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes* pela classe trabalhadora entre os anos de 1975 a 1998, nos auxilia a compreender a construção dos primeiros conjuntos habitacionais, conseqüente fundação do bairro e, posteriormente, no início da década 1980, quando se intensificou o deslocamento de trabalhadores para o *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes*, as profundas relações entre a chegada dos migrantes nordestinos, o crescimento populacional e desenvolvimento do bairro. Como argumenta o autor: “Assim como ocorreu em diversos distritos da periferia de São Paulo, o crescimento

²⁶Ver: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002; MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste. Visões Sobre A História Oral*. São Paulo: Letra e Voz; RIGAMONTE, Cristina Rosani. *Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Fapesp, 2001.

populacional de Cidade Tiradentes está diretamente relacionado à chegada de migrantes da região Nordeste que se deslocaram para lá em busca da casa própria.”²⁷

Dados do ano de 1996 coletados na pesquisa de Slomiansky informam que 73,23% dos chefes de famílias residentes no *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes* daquele período tinham origem nordestina, enquanto a média para o município de São Paulo no mesmo ano era de 50,75%.²⁸ A partir destes dados, é possível compreender as razões pelas quais encontramos atualmente na Zona Leste da cidade de São Paulo, especificamente no bairro de Cidade Tiradentes, um ambiente privilegiado de acesso não só às histórias relacionadas às experiências de migração destes trabalhadores, mas principalmente à trajetória de construção coletiva do espaço a partir das intervenções políticas e cotidianas, organizadas pela população residente.

Diante do exposto até aqui, cumpre colocarmos ainda algumas questões, tais como: de que maneira foram recebidos estes migrantes que adentraram a cidade de São Paulo, principalmente a partir da década de 1970? Como se estabeleceram no município e quais os planos de ação da gestão municipal e estadual para o assentamento de uma população em sua maioria composta por trabalhadores considerados de baixa renda? Qual o perfil majoritário das pessoas que chegaram até o bairro de Cidade Tiradentes após a construção dos primeiros conjuntos habitacionais na década de 1980?

Um estudo sobre a periferização paulistana produzido e organizado pela Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, intitulado *Construção de moradias na cidade de São Paulo: aspectos socioeconômicos e institucionais*, e publicado em 1979 pelo governo do estado durante a gestão de Paulo Egydio Martins, elucida a maneira como a chegada de novos moradores da cidade foi compreendida por aquela secretaria: “as grandes cidades, pólos do desenvolvimento econômico do país”, especialmente São Paulo, “foram **invadidas** [grifo nosso] por contingentes populacionais que chegavam do campo à procura de emprego.”²⁹

Vinte anos mais tarde, em 2003, o então ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, em um encontro de empresários paulistas no prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo associou diretamente o aumento da criminalidade à chegada de migrantes nordestinos: “Temos que criar emprego lá, temos que gerar oportunidade

²⁷CASTILHO, Edmilson Peres. *A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 185.

²⁸Apud CASTILHO... p. 186.

²⁹ SEP/EMPLASA/URPLAN-USP, 1979, p. 15. Apud CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia popular na periferia da cidade de São Paulo – Projetos e trajetórias (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

de educação lá, temos que gerar cidadania lá. Porque, **se eles continuarem vindo pra cá, nós vamos ter de continuar andando de carro blindado**".³⁰

Em ambos os casos, as imagens vinculadas à migração nordestina, em específico, e à chegada de expressivos contingentes populacionais provenientes do campo, de modo geral, são reveladoras das contradições presentes no ideário da almejada modernidade urbano-industrial, do preconceito social e de origem, e do estigma dirigido aos trabalhadores brasileiros. Mais do que isso, reforçam estereótipos embasados em paradigmas naturalistas gestados desde o fim do século XIX e amplamente difundidos, que buscaram marcar os diferentes espaços e suas respectivas populações: se de um lado, o Sul representava o centro dos elementos arianos de nacionalidade e o local de uma aristocracia psicologicamente superior, no Norte espalhavam-se as gentes bárbaras, incultas e desorganizadas, o fruto deteriorado da mestiçagem e do meio.³¹ A inserção destes trabalhadores nordestinos – e também mineiros – historicamente associados ao quadro de um Brasil colonial, escravocrata e atrasado não condizia com a moderna imagem da “locomotiva do Brasil”, tais *invasões* só poderiam resultar em criminalidade, degeneração.

De acordo com Cordeiro, a atmosfera de euforia e incentivo ao desenvolvimento urbano-demográfico alicerçada sobre o crescimento industrial e o planejamento da cidade observada na década de 1960, deu lugar na década seguinte a uma explícita preocupação com o descontrole social e urbano, que segundo a análise da autora, assustou as autoridades e alguns setores da sociedade paulistana.³² Tal preocupação manifestou-se através da criação de uma série de programas e políticas públicas de intervenção habitacional. Na análise de Cordeiro, a solução apresentada pela municipalidade para o déficit de moradia observado na cidade de São Paulo naquele período se deu principalmente pela via da “locação das famílias de ‘baixa renda’ ou ‘sem renda’ para as áreas mais distantes, sem infraestrutura urbana, fiscalização do poder público e em construções cada vez mais precárias de conjuntos habitacionais para diminuir os custos”, e de preferência em áreas “cujo valor do imóvel, e por vezes, sua ‘clandestinidade’, correspondia à desvalorização imobiliária daqueles espaços”.³³

³⁰ MINISTRO COMETE GAFFE NA FIESP; em nota, ele nega preconceito: Graziano vincula migração de nordestinos à violência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 de fev. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0802200302.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2022. [grifo nosso].

³¹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. p. 57.

³² CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia popular na periferia da Cidade de São Paulo - projetos e trajetórias (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009. p. 120.

³³ *Idem, Ibidem*. p. 126.

A autora ainda argumenta, ao examinar a inexistência de políticas de remoção ou combate às favelas, cortiços e moradias precárias nos espaços das periferias, que tal ausência se justifica porque o enfrentamento às favelas no perímetro central não tencionou resolver a situação de moradia da população da cidade, mas sim limpar das áreas centrais e mais valorizadas as manchas das habitações consideradas irregulares.

No caso do bairro de Cidade Tiradentes, vale mencionar os propósitos postulados no texto do Memorial Descritivo elaborado pela Companhia Metropolitana de Habitação e apresentado à Prefeitura de São Paulo em agosto de 1971. De acordo com o referido documento o projeto de construção dos conjuntos habitacionais foi “elaborado de forma técnica para propiciar a execução de habitações de padrão essencialmente popular e que pudesse atender a uma faixa de habitantes de poder aquisitivo baixo, em especial aos atuais ocupantes de favelas”.³⁴

Por fim, para responder à questão do perfil dos indivíduos que chegaram ao bairro de Cidade Tiradentes nos primeiros anos de sua fundação, vejamos o que nos relata Pedro Monteiro, importante personagem, que nos acompanhará durante todo o percurso deste trabalho:

[...] Então quem veio pra cá era quem morava de aluguel, explorados pela carestia daquele tempo, quem morava em favela, quem morava de empréstimo na casa alheia e vivia sendo ameaçado de despejo, enfim, **as pessoas mais carentes que vieram pra cá!** Naquelas condições, a pessoa que tivesse o mínimo de estrutura, que pudesse pagar um aluguel decente, em um lugar razoavelmente decente, não vinha pra cá, não veio pra cá! Tanto que **muitos que fizeram inscrição, uma vez contemplados, não quiseram vir**, porque quem é que vai deixar uma vida em que você se desloca vinte minutos pra ir pro trabalho, você pode ir no açougue ali do lado, no mercado ali do outro, e vir pra um lugar que não tem onde se compre nada, nem transporte decente pra se locomover? Quem é que vai? Então aí, quem é que vem pra cá? As pessoas que estavam na pior, bem desorganizado mesmo a vida. Se arrisca, se aventura. E foi o que aconteceu. Os primeiros habitantes daqui foram isso, esse é o perfil. Então **a maioria negro, a maioria migrante, nordestinos, e pessoas que chegaram e que nunca conseguiram na vida se organizar a ponto de conseguir pagar um aluguel decente, ou comprar um imóvel, pensar em comprar um imóvel.** Então a COHAB dava essa oportunidade. Mas como é que dava? Fazendo uma espécie de higienização, tirando as pessoas das regiões que eram... aqui [faz gesto com a mão sinalizando um ponto da cidade, em detrimento de outro] botava gente com poder aquisitivo melhor, com poder de compra maior, e as favelas, eu digo as comunidades, vão destruir... Se bem que quando se tira uma, se não se ocupar com uma coisa diferente cria-se outra porque é assim a vida: os espaços vazios são ocupados e as carências são enormes.³⁵

³⁴ COHAB, 12 de agosto de 1971, folha 1. *Apud* CORDEIRO, 2009. p. 134.

³⁵ Relato de Pedro Monteiro, 65 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 22 de novembro de 2021.

Uma vez estabelecidos público-alvo e território prioritário de construção dos conjuntos habitacionais, delineada e circunscrita no mapa parecia estar também a sorte da incessante horda de trabalhadores migrantes advindos dos mais diversos estados do país, e em particular, aqueles oriundos dos estados nordestinos, futuros residentes da Cidade Tiradentes. Aqui, fazemos coro a um dos principais argumentos elaborados por Cordeiro no que diz respeito à escolha da área de periferia da cidade de São Paulo para o assentamento daquele que se tornaria o maior complexo habitacional na América Latina: sua edificação tratou-se de componente fundamental para articulação da nova cidade que se desejava consolidar. A própria COHAB, neste sentido, foi cotada no Plano Urbanístico Base, de 1979, como um dos órgãos elementares para o desenvolvimento da cidade e da região metropolitana, cuja finalidade primordial era construir moradia para a população de “baixa-renda” em áreas “baratas”.

1.2 A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo e a fundação do bairro de Cidade Tiradentes: “O lugar do não tem”

A partir de agosto de 1964 todos os organismos dedicados à questão habitacional no país foram subordinados ao Banco Nacional de Habitação (BNH). O BNH tornou-se o instrumento responsável pela política habitacional brasileira e pela execução do Plano Nacional de Habitação, e posteriormente pelo Plano Nacional de Habitação Popular. Criado com o objetivo de “fazer cada brasileiro proprietário de sua casa”³⁶, foi considerado a principal inovação da política habitacional implementada no Brasil daquele período³⁷; orientador e controlador da nova estrutura administrativa, técnica e financeira do sistema que se estabelecia, e responsável, a partir de 1967, pela gestão dos recursos arrecadados através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – um fundo público constituído pela contribuição compulsória dos salários dos trabalhadores, que substituiu a estabilidade no emprego e os pagamentos de indenização sem justa causa.

Voltemos nossa atenção, a partir de agora, à fundação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, a COHAB-SP, e sua respectiva atuação na capital paulista, em especial à construção dos conjuntos habitacionais que determinaram a formação do bairro de Cidade

³⁶ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. p. 215.

³⁷ Slomiansky, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. p. 47.

Tiradentes, este último inaugurado oficialmente no ano de 1984.³⁸ É considerável a produção acadêmica a respeito destes temas: historiadores, geógrafos, cientistas sociais e artistas, têm se debruçado nas últimas duas décadas sobre o estudo da atuação da Companhia na cidade de São Paulo³⁹, bem como sobre o processo de formação do bairro⁴⁰. Sob diferentes perspectivas e abordagens teóricas, os trabalhos produzidos até o momento buscaram compreender, de modo geral, como se deu a produção e o controle estatais de habitações populares na cidade de São Paulo, a conformação do território do bairro de Cidade Tiradentes e as relações tecidas por residentes no interior do bairro.

As atribuições do BNH foram elencadas no artigo 17º da Lei 4.830/1964, que o instituiu.⁴¹ Para que se cumprisse seu objetivo, de acordo com o decreto, o órgão deveria desempenhar as seguintes funções: a) orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação; b) incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o sistema financeiro da habitação; c) disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais; d) manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro de habitação e dos recursos a ele entregues; e) manter serviços de seguro de vida de renda temporária para os compradores de imóveis objeto de aplicações do sistema; e) financiar

³⁸ Cabe assinalar que antes da chegada da COHAB-SP o território que passaria a ser conhecido como o bairro de Cidade Tiradentes já era evidentemente habitado, ainda que em número diminuto de famílias esparsas. Para os fins deste trabalho, no entanto, consideraremos o marco oficial de fundação do bairro, na medida em que os processos de urbanização e chegada expressiva de trabalhadores ocorrem após a intervenção e construção dos conjuntos habitacionais pela Companhia.

³⁹ Ver: CONSTANTINO, Carlos Adriano Santos. *A COHAB-SP e uma nova política habitacional: o período 2001-2004*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo: São Paulo, 2007; CANTERO, João Alberto. *A questão da qualidade arquitetônica dimensional e do custo no planejamento habitacional de interesse social: a produção da COHAB-SP na década de 1990*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2004; IMAEDA, Ricardo Yukio. *Formulação e implementação de uma política pública em uma agência local: a COHAB/SP e a regularização de ocupações (1989/1992)*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Faculdade Getúlio Vargas: São Paulo, 1993. MAGNAVITA, Luiz Arnaldo Souza. *COHAB-SP 1965-1990: processos construtivos/análise de uma questão sem resposta*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1994; SILVA, Maria da Graça Plenamente. *A “irregularidade” na produção de conjuntos habitacionais de interesse social: o caso da COHAB-SP*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2004.

⁴⁰ Ver: CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia popular na periferia da Cidade de São Paulo - projetos e trajetórias (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009; HIRAO, Sílvia Eri. *Ser jovem na Cidade Tiradentes: um estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2008; LAVOS, Ana Paula Alves de. *Sociabilidades em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009; REIS, Márcio dos; SIQUEIRA, Marcimar Barbosa de. *Formação do bairro Cidade Tiradentes*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Camilo Castelo Branco: São Paulo, 2014; SILVA, Márcio Rufino. *Mares de Prédio e Mares de gente: Território e Urbanização crítica em Cidade Tiradentes*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008; RIZZON, Renata Cristina. *A condição periférica e a construção do estigma territorial em Cidade Tiradentes, São Paulo*. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho: Presidente Prudente, 2022.

⁴¹Lei 4380/64 | Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104295/lei-4380-64#art-17>. Acesso em 26 de setembro de 2022.

ou refinar a elaboração e execução de projetos habitacionais, obras e serviços correlatos; f) refinar as operações das sociedades de crédito imobiliário; g) financiar ou refinar projetos relativos à instalação e desenvolvimento da indústria de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessários à melhoria das condições habitacionais do país.

Diferente das soluções habitacionais implementadas anteriormente, em que a intervenção do Estado se deu de maneira difusa, a cargo de numerosas instituições – Caixas Econômicas, Institutos de Aposentadoria e Pensão, e Fundação da Casa Popular – o Plano Nacional de Habitação, segundo Azevedo, “instituiu um centro decisório unificado, com normas e políticas padronizadas. Sob o comando do BNH estabeleceu-se a divisão de trabalho entre atores públicos e privados nas etapas da captação de recursos, financiamento, construção e comercialização das moradias” (*Apud SLOMIANSKY, 2002, p. 47*). Neste aspecto reside a compreensão do estabelecimento do BNH enquanto uma inovação no campo da política habitacional brasileira.

O público alvo da nova política habitacional instituída a partir de 1964 pelo governo federal foi explicitamente definido no decreto de Lei 4.830. O sentido de sua formulação, ao menos no âmbito teórico da legislação de intervenção estatal, objetivou “estimular a construção de habitações de interesse social e financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda”. Ainda, a aplicação dos recursos do BNH, que contou com intermediários à exemplo da COHAB, deveria ser priorizada em “projetos municipais ou estaduais que com as ofertas de terrenos já urbanizados e dotados dos necessários melhoramentos, permitissem o início imediato da construção de habitações”, uma vez que a construção dos conjuntos habitacionais se destinavam no texto da referida lei, primordialmente à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações consideradas formas irregulares de habitação.

A partir de maio de 1965 o BNH passou a atuar, através dos Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) e das Companhias de Habitação Popular (COHABs), nos âmbitos estadual e municipal. Isto porque as operações de financiamento, compra, venda e construção de unidades habitacionais não poderia feita ser diretamente pelo BNH, ainda que este último fosse uma entidade bancária vinculada ao Ministério da Fazenda. Deste modo, os recursos arrecadados pelo FGTS, que deveriam ser prioritariamente destinados à construção de moradias populares, eram obtidos pelas Companhias de Habitação Popular através de empréstimos concedidos pelo BNH, mediante a apresentação, por parte das COHABs, de projetos compatíveis com as diretrizes do Banco Nacional da Habitação. As COHABs, neste

sentido, foram as principais responsáveis pela construção destas unidades habitacionais, incumbidas também de supervisionar a construção das moradias erguidas por construtoras que participavam de licitações públicas, e das atividades financeiras relativas à comercialização das moradias. As COHABs, conforme definido pela Lei, deveriam atender o chamado *mercado popular*, que era composto inicialmente pelas famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos; já o *mercado econômico*, constituído por famílias com renda mensal entre três e seis salários mínimos, seria atendido pelas cooperativas habitacionais.⁴²

O exame pormenorizado da atuação do BNH, no entanto, constatou que, embora sua fundação tenha sido embasada em um amplo programa de políticas voltadas a atender a demanda por moradias populares observadas em todo o território nacional, apenas 33,6% dos recursos da instituição foram destinados às COHABs e outros programas habitacionais direcionados ao atendimento do público com renda salarial entre um e cinco salários mínimos, conforme premissa inicial⁴³. Ainda, “80% dos empréstimos no BNH foram canalizados para as camadas de renda média e alta, ao mesmo tempo em que naufragaram os poucos planos habitacionais voltados para a camada de baixo poder aquisitivo.” (CAMARGO, *Apud* CASTILHO. p. 54, 2015).

Em São Paulo, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), foi criada no ano de 1965, responsável pela provisão e gestão da política habitacional em toda a Região Metropolitana (RMSP), que é composta por 39 municípios. Após a sua fundação, a COHAB-SP passou a financiar a construção de grandes conjuntos de habitação popular na periferia da cidade, e em cidades da RMSP. De acordo com Castilho o *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes* constitui o maior projeto habitacional executado pela Companhia, e o mais distante da região central da cidade de São Paulo.

Constituída enquanto uma sociedade de economia mista, a COHAB-SP teve a Prefeitura do Município de São Paulo como acionista majoritário (51%). Quanto ao financiamento das obras, a Companhia submeteu sua ação às normas estabelecidas pelo BNH, como de praxe. A regulamentação específica da COHAB-SP, que data de 1966, restringiu sua ação à construção

⁴² Em 1975 o Conselho de Administração do BNH ampliou a faixa de beneficiários dos programas de habitação popular e incluiu as famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos: “Vários autores afirmam que a referida resolução foi decisiva para as operações das COHABs, já que corrigiu o primeiro grande engano contido na proposta dos tecnocratas que formularam essa política habitacional, [ou seja] não reconhecer a fragilidade, enquanto mercado, da população à qual as COHABs se dirigiam”. Slomiansky, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. p. 51.

⁴³ *Idem, Ibidem*. p. 55.

de moradias para o chamado *mercado popular*.⁴⁴ No fim da década de 1970 a COHAB-SP foi considerada uma das maiores e mais ricas empresas do país. (CHERCCKEZIAN Apud Castilho, 2015, p. 70)

De acordo com o Plano Urbanístico Base da cidade (PUB), esperava-se que os programas habitacionais oficiais direcionados à população de renda baixa e média-baixa atendesse “70% das necessidades [do município], propiciando 480.000 novas unidades através da COHAB-SP, Caixas Econômicas, cooperativas habitacionais com a participação financeira do BNH.”⁴⁵ Ou seja, e expectativa era que a construção de unidades habitacionais provenientes dos programas financiados pelo BNH suprisse o déficit de moradia, na época estimado em mais de 650 mil domicílios pela COHAB-SP.⁴⁶

Além do financiamento para a produção das habitações, a COHAB-SP obteve ainda, junto ao BNH, financiamento para a execução das obras de saneamento urbano.⁴⁷ O BNH manteve também um programa de financiamento de materiais de construção e contribuiu, por meio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), para o planejamento urbano integrado ao contexto do planejamento habitacional municipal.

Até o início dos anos 2000 a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo ergueu ao todo 55 conjuntos habitacionais, perfazendo a soma de 130.574 unidades de moradias destinadas à faixa de renda de interesse social. Ao fim dos anos 1990 estimava-se que a população residente destes conjuntos somava aproximadamente 655.865 pessoas.⁴⁸ A maior parte de sua produção se concentrou na cidade de São Paulo, mas a Companhia atuou também na Região Metropolitana, especificamente nas cidades de Carapicuíba, Guarulhos e Itapevi; a COHAB-SP construiu um conjunto habitacional em cada uma das cidades mencionadas.

Na capital foram edificadas 52 conjuntos, constituídos por 111.401 unidades habitacionais, o que representou 85% da produção total da Companhia. Destes conjuntos, a

⁴⁴ Definido por lei como as famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos.

⁴⁵ PUB, março de 1969, p.98 *Apud* CORDEIRO, p. 87.

⁴⁶ COHAB – São Paulo. *Carta Anual de Políticas Públicas*. Disponível em: https://cohab.sp.gov.br/arquivos/CARTA_ANUAL_DE_POLITICAS_PUBLICAS_E_DE_GOVERNANCA_CORPORATIVA_DEZEMBRO2021.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

⁴⁷ No fim da década de 1960 se iniciaram as atividades do BNH na área de infraestrutura – contempladas na Lei de sua criação. O início da ação sistemática do BNH nas obras urbanas foi marcado pela instrumentalização de organismos tais como o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), instituído e regulamento em 1968; a autorização concedida ao BNH em 1969 para aplicação dos recursos do FGTS nos sistemas de abastecimento de águas, esgotos e drenagem pluvial e a criação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em 1970. A aplicação dos recursos ociosos do FGTS e do Sistema Brasileiro de Empréstimo e Poupança (SBPE) em obras públicas foi, de acordo com SLOMIANSKY (2002, p. 52), uma solução eficaz para suprir o número insuficiente de clientes com capacidade para assumir dívidas corrigidas pelo sistema monetário vigente.

⁴⁸ SLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. p. 63.

maior parte está localizada na Região Leste da cidade (67,9%): ao todo 28 conjuntos, com 88.660 unidades habitacionais. Já na Região Norte foram construídos 13 conjuntos, com 9.340 unidades habitacionais (7,1%); 2 conjuntos foram erigidos na Região Oeste, com 3.158 unidades habitacionais (2,4%); e por fim, na Região Sul, 9 conjuntos foram erguidos, totalizando 9.883 unidades habitacionais, o que representou 7,6% da produção no município.

Há um consenso na bibliografia quanto ao fator preponderante que teria atuado em favor da escolha da Região Leste do município como ponto focal para a compra de extensas glebas, principalmente durante a década de 1970. Para Slomiansky, por exemplo, a disponibilidade de terrenos muito baratos – situados naquele contexto em uma zona de transição urbano/rural – representou o principal elemento capaz de permitir à COHAB-SP a garantia de um significativo estoque de terras a baixo custo (SLOMIANSKY, 2002, p. 55). Cordeiro (2009, p. 61) ainda acrescenta o argumento de que a Zona Leste de São Paulo foi indicada em planos municipais – tais como o Projeto Urbanístico Base (PUB), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Cidade (PDDI), o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e a primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei de Zoneamento – como principal área para construção de conjuntos residenciais deste tipo porque apartar espacialmente centro e periferia representou um componente fundamental para articulação da nova cidade que se desejava instituir.

Nos atentemos a partir de agora aos dados da produção da COHAB-SP especificamente no que diz respeito ao território do bairro de Cidade Tiradentes. Integrado por 14 conjuntos habitacionais, o *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes*, ocupa uma extensão de 3km na direção leste/oeste e 5km na direção norte/sul no atual distrito de Cidade Tiradentes e na porção sul do distrito de Guaianazes do município de São Paulo. Ao todo, foram construídas 42.379 unidades habitacionais, estas divididas em três tipologias: I) *apartamentos padronizados*, II) *casas embrião*; e III) *lotes urbanizados*. As unidades habitacionais implantadas no *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes* representam 47,8% do total de unidades construídas pela COHAB-SP na Região Leste do município de São Paulo e 32,5% da sua produção total. A tipologia predominante no Complexo é o conjunto dos *apartamentos padronizados*, composto por 29.508 unidades habitacionais, representando 69,6% do total construído. As *casas embrião* contabilizam 10.430, (24,6%); e apenas 2.441 são *lotes urbanizados* (5,8%).

As primeiras glebas do atual território de Cidade Tiradentes foram adquiridas pela COHAB-SP em 1967. As obras para implantação do Complexo Prefeito Prestes Maia foram iniciadas após oito anos, ou seja, em 1975. Entre os anos de 1977 e 1979 a COHAB-SP obteve as glebas de dez conjuntos habitacionais: Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (obras

iniciadas em 1979), Santa Etelvina I/VI-A (1981), Santa Etelvina IV-A (1981), Santa Etelvina V-A (1982), Castro Alves (1983), Santa Etelvina III-A (1984), Barro Branco II (1987), Santa Etelvina II-A (1988), Santa Etelvina H-B (1988) e Santa Etelvina VII (1988). Na década de 1980 a Companhia comprou as glebas para implantação dos conjuntos habitacionais Inácio Monteiro e Sítio Conceição, e suas obras foram iniciadas em 1986 e 1987, respectivamente. O conjunto Jardim dos Ipês é um chamamento empresarial implantado numa gleba de propriedade privada, no ano de 1995. Slomiansky (2002, p. 117) atentou, no que diz respeito ao processo de construção dos conjuntos residenciais, para a forma de operar da COHAB-SP no *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes*, que se caracterizou pela execução simultânea das obras de implantação de novos conjuntos e de novas unidades em empreendimentos já existentes no local.

Neste ponto é importante salientar que, embora a paisagem e configuração espacial do bairro de Cidade Tiradentes sejam marcadas pela presença e atuação da COHAB-SP – representada principalmente através dos edifícios padronizados –, outras formas de habitação passaram a conformar o panorama geral do território. Em 2008, por exemplo, estimou-se que aproximadamente 172 mil pessoas residiam nas habitações construídas pela COHAB, por outro lado, o número de habitantes do bairro para o mesmo ano era de 248.762.⁴⁹ Ou seja, quase metade do número de residentes, naquele período, morava em casas autoconstruídas, erigidas em terrenos ocupados durante o processo de formação e desenvolvimento do bairro.

A premissa geral que norteou a gestão financeira da COHAB-SP se fundamentou em um paradigma que privilegiou a restrição de gastos em todas as etapas da construção dos conjuntos habitacionais, ainda que por outro lado isso significasse não oferecer conforto e qualidade ambiental aos futuros compradores dos imóveis. Desta maneira, o compromisso com aquisições a valores módicos não se limitou apenas à esfera de escolha dos terrenos, mas envolveu todos os processos do empreendimento.

Ao analisar as relações estabelecidas entre a COHAB-SP e algumas construtoras contratadas via licitação pela empresa estatal, Cordeiro demonstrou que as principais preocupações da primeira se vinculavam ao barateamento dos custos de construção e a agilidade com que os projetos poderiam ser executados: maior quantidade em menor tempo e a preço justo, estes foram os pressupostos operacionais. De acordo com a autora, a atenção com a qualidade dos materiais a serem utilizados era aspecto secundário da produção, e o mesmo se

⁴⁹ *Apud* CORDEIRO, p. 26. A autora elabora uma discussão pertinente sobre este assunto.

pode afirmar quanto às possíveis implicações práticas decorrentes destas escolhas, ainda que o resultado final comprometesse diretamente os futuros residentes.

Em nossa pesquisa pudemos reunir alguns indícios da maneira como as consequências do modus operandi levado a cabo pela COHAB-SP se apresentaram ao cotidiano dos proprietários de imóveis financiados e erguidos pela estatal. Cordeiro comenta em sua análise a respeito da adoção de uma tecnologia inovadora à época: tratava-se da utilização de alvenaria armada com grandes blocos de concreto, que neste caso representavam para a estrutura dos edifícios o pavimento divisor de cada andar. As vantagens atribuídas à nova técnica se relacionavam com os aspectos já mencionados: redução dos custos em relação aos sistemas tradicionais calculada entre aproximadamente 15% e 30%, além da rapidez na entrega do projeto. Capacidade de isolamento acústico, no entanto, não parece ter sido um dos benefícios ofertados pela nova solução, como é possível apreender a partir comentário que se segue:

[...] E aí era um prédio pequeno, razoavelmente pequeno porque os apartamentos eram pequenos, com 60 habitações: 3 escadas e em cada escada 20 habitações. O prédio de uma fragilidade... diferente desse prédio que você mora e outros tantos que os meus amigos moram, esses prédios lá, se a noite uma pessoa derrubava um copo lá numa extremidade, na outra você escuta o barulho. A construção é muito frágil! Eu não digo assim frágil de cair... **são placas**. Eu tenho um amigo, [...] Celso de Moraes, é um camarada maravilhoso! Um cara que ralou estudando. Trabalhando, estudando à noite fazendo direito e ele chegava altas horas, quase meia-noite, para levantar muito cedo. **Eu ouvia, percebia os passos dele na escada e andando no apartamento em baixo. Curioso que não era em cima e a gente percebia os passos dele: o que ele fazia, ele abria a geladeira, pegava e bebia água, batia o copo na pia,** [faz o som com a mão, batendo na mesa], **todo movimento num apartamento você ouvia do outro. Não tinha condições de salubridade para alguém morar ali e ter condições de se concentrar, estudar, fazer nada.**⁵⁰

O trecho citado acima faz parte de entrevista realizada com Pedro Monteiro, trabalhador residente do bairro desde o ano de 1986. Neste fragmento ele nos informa os desconfortos e inconveniências vivenciados durante o período em que residiu em um apartamento projetado pela estatal, estes ao que parece diretamente ligados às soluções tecnológicas empregadas na construção dos edifícios financiados pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. Somadas ainda outras questões relativas tanto ao convívio no condomínio e às necessidades particulares de seu grupo familiar, as condições estruturais da habitação foram determinantes para que Pedro decidisse se mudar para uma casa embrião, outra tipologia das moradias erguidas pela COHAB-SP no bairro de Cidade Tiradentes, como vimos anteriormente.

As placas de concreto armado utilizadas para a construção das unidades habitacionais despontam no relato de Pedro como principal resposta para o incômodo causado pela

⁵⁰ Relato de Pedro Monteiro, 65 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 22 de novembro de 2021.

propagação de som no interior dos edifícios: o aspecto de fragilidade acústica da construção foi experienciado na prática pelos moradores através do eco e da ressonância de ruídos produzidos pelas famílias que habitavam as 60 unidades de moradias de cada condomínio.

Ainda, em outro momento, Pedro cita como a disposição dos edifícios nos quarteirões em alguns setores do bairro é reveladora de elementos constitutivos das concepções de habitação e habitabilidade engendradas pela COHAB-SP, bem como do processo de conformação e configuração do espaço urbano pelo poder público da cidade de São Paulo no contexto das décadas de 1970 e 1980:

Pois bem, então nós chegamos em 86 e começamos a morar num lugar que quando foi planejado pela COHAB, ele **foi planejado pra ser nicho, um amontoado de pessoas. Quem planejou não pensou em vida social, ao contrário: pensou em alguém que vai pra dormir e volta para o centro, para trabalhar e produzir.** Por que que eu digo isso? Porque a malha de fluxo [dentro do bairro] ela está como uma espinha de peixe: você entra para o nicho ali, você vai para o seu apartamento, a sua moradia, e depois você sai até um lugar que possa pegar um transporte para sumir dali e trabalhar, e fazer alguma coisa. Depois voltar pra dormir. **Então a cidade foi planejada como um dormitório, aonde um mora vizinho do outro, mora a 200m, mas pra ir na casa do outro ele tem que andar 500m e voltar, um ‘v’ né, porque não se pensou em vida social.** Então ao chegar eu percebi isso, além de perceber também que não havia estrutura que permitisse uma vida mínima, além de social, em termos de saúde mesmo, condições de vida. Por exemplo, não tinha abastecimento, não tinha posto de saúde, não tinha escola para atender todo mundo. **Aqui era o lugar do ‘não tem’, não tinha nada.**⁵¹

A avaliação empreendida por Slomiansky acerca do traçado das avenidas projetadas pela COHAB-SP acompanha e justifica a percepção relatada pelo nosso entrevistado. A autora observou algumas características comuns presentes nas principais vias de circulação do bairro tomando como exemplo a Avenida Leandro (Fotografia 1), localizada no setor D do *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes*, dentre elas destacamos: *a)* disposição oblíqua das edificações em relação às margens das avenidas, criando avenidas sem fachadas (formato “espinha de peixe”, citada por Pedro); *b)* acesso à maioria das unidades habitacionais implantadas nas avenidas por meio de uma única passagem; *c)* reserva de uma das margens das avenidas para estacionamento de veículos particulares; *d)* implantação de equipamentos públicos apenas nas extremidades das avenidas.⁵²

Diante deste cenário a autora compreende que as avenidas do bairro de Cidade Tiradentes foram idealizadas para privilegiar o papel de mera via de circulação veicular, desconsiderando funções igualmente essenciais da projeção arquitetônica de conjuntos

⁵¹ Idem.

⁵² Slomiansky, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002 P. 147.

habitacionais reais e funcionais. Em contraposição, Slomiansky defende o entendimento de que as avenidas de uma cidade são, ou ao menos deveriam ser, espaços coletivos por excelência, facilitadores das sociabilidades urbanas e o meio através do qual se pode medir plenamente a função social da arquitetura na produção das cidades.

Fotografia 2: Avenida Leandro, setembro de 2022.



SMAIRA, Rafael Lazzari. 2022.

Neste sentido, a autora demonstra ainda como as pessoas, moradoras do bairro, passaram a intervir no espaço a fim de transformar as unifamiliares vias de circulação em lugares de encontro e intercâmbio, desenhando o espaço da vida real: “Em geral, as intervenções da população - sejam de caráter legal ou clandestino, sejam expressão individual ou coletiva - são as únicas instâncias que outorgaram uma identidade própria às ruas e avenidas no *Complexo Cidade Tiradentes*.”

Apesar de a COHAB-SP ter assinalado enquanto justificativa principal de seu nascimento o objetivo de “tornar acessível às classes de menor renda a aquisição ou construção da casa própria” os valores das edificações, por vezes, ainda eram distantes da capacidade econômica de pagamento de uma parcela significativa das famílias que residiam nas habitações construídas pela Companhia, cuja renda girava entre três e cinco salários mínimos. No ano de

1975, por exemplo, a instituição precisou inclusive combater a inadimplência dos moradores de conjuntos habitacionais. Por outro lado, os proprietários de moradias financiados pela estatal se organizaram para tentar aplacar os juros e taxas cobradas mensalmente. A fragilidade econômica dos trabalhadores a quem os programas habitacionais tanto federais quanto municipais eram destinados não parece ter sido levada em conta.

Além de baixar o custo da habitação, a motivação de escolha das bordas periféricas da cidade como espaço para a construção dos conjuntos habitacionais parece ter sido mesmo o de reorientar a distribuição de uma parte da população para aquelas áreas. A ideia central defendida por Cordeiro em sua análise é muito cara para a compreensão que buscamos fundamentar neste capítulo:

Pensamos que a condução do desenvolvimento do município e de sua população de menor renda para as áreas mais distantes e periféricas, proposta presente entre as proposições dos Planos Urbanísticos e na legislação urbana, foi uma das características que mais se buscou colocar em prática em decorrência de reorganizar a cidade visando o controle social e urbano e a hierarquização dos espaços.⁵³

Um ano antes da entrega dos primeiros conjuntos, em 1983, o então secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, Arnaldo Madeira, em visita ao bairro, proferiu as seguintes palavras ao observar a fisionomia do espaço que se formava: “Isto aí parece **algo como Machu Picchu, uma cidade perdida na selva**”, em entrevista concedida à Revista Veja. Na mesma matéria, Jacob Aron Corch, autor de parte dos projetos arquitetônicos do Conjunto Habitacional Santa Etelvina, afirmou o equívoco daquela construção, uma das primeiras a ser finalizada: “**foi um projeto errado, uma obra errada, construída em terreno também errado**”, se referindo à localização e às condições ambientais do terreno.

O conjunto, ainda de acordo com a matéria da revista, havia sido “plantado nas vertentes da Serra do Mar”, tratava-se de uma região “especialmente acidentada”, que para nascer exigiu obras que “desafiaram os manuais de engenharia e, em certos casos, a lei da gravidade. Aterraram-se vales de 30 metros de profundidade e esculpíram-se centenas de morrotes, sem maiores cuidados para evitar-se a ação das chuvas.”⁵⁴ A reportagem noticia o repasse de 500 milhões de cruzeiros feito à COHAB pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), que

⁵³ CORDEIRO, Simone Lucena. Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia popular na periferia da cidade de São Paulo – Projetos e trajetórias (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

⁵⁴ *Apud* CORDEIRO, p. 40.

financiava a construção, para cobrir os prejuízos causados pelas chuvas daquele ano, cujo impacto resultara no desmoronamento de ruas, encanamentos e até as escadas de algumas casas.

A falta de infraestrutura básica para receber os futuros moradores, como se pode constatar a partir dos comentários feitos por dirigentes responsáveis pelo planejamento e execução das obras de construção dos conjuntos, era um dado evidente, manifesto e apesar de causar espanto, não chegou a gerar comoção ou ação prática resolutiva. Planejamento e execução mínimos, para uma população que, na visão das instâncias governamentais que encabeçaram os projetos de soluções habitacionais, deveria se contentar também com o mínimo, mas que como veremos no próximo capítulo, buscou alargar e atribuir novos sentidos às experiências vividas e às concepções do habitar e do viver naquela sociedade:

Vários encontros que nós fizemos aqui [no bairro], muitas vezes eu ficava tremendo porque eu tinha medo de falar em público, aí botava a mão no bolso né? Botava a mão no bolso: ‘Boa tarde gente, estamos aqui nesse domingo, onde cada um podia estar com a sua família se divertindo, vendo televisão, num parque brincando, mas nós estamos aqui por uma razão muito nobre. **Vocês sabem porque nós viemos pra cá né, pra Tiradentes?**’ Então fazia alguns questionamentos. Aí muitos diziam assim: ‘**Eu vim porque eu quis**’. **Por que ele quis? A opção a gente faz sim, do que é possível. Quais possibilidades outras me deram?** [...] a escolha é feita levando em consideração aquilo que é o melhor dentro da possibilidade; e **aquilo que aparentemente era melhor pode ser um pesadelo** porque a pessoa logo percebe que vai ficar num lugar que não tem vida social, numa unidade que é barulhenta; para se deslocar para o trabalho, alguém que deveria passar 20 minutos num transporte público, quando ele passa a levar uma hora e meia, se ele fizer uma soma disso num ano, ele vai passar bastante meses dentro do ônibus, inibindo a sua vida familiar, social e até condições de trabalho.⁵⁵

Frente às circunstâncias até aqui apresentadas e elucidadas de maneira singular por meio do relato de nosso interlocutor, alguns focos de organização popular começaram a surgir, se multiplicar e unir no intuito de

[...] **gerar conscientização de que havia necessidade da presença do Estado, do município, do governo aqui**, e estes estavam sendo omissos por conta vários motivos, um deles é falta de pressão popular mesmo. **Povo desorganizado, que chega cada um de um lado e é jogado como uma carga de melancia, que no decorrer do curso vai se ajeitando. e não... Epa! Eu tô aqui, eu sou um ser vivo, eu tenho filho, eu tenho obrigação, eu produzo e eu preciso de ser considerado como gente, não**

⁵⁵ Relato de Pedro Monteiro, 65 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 22 de novembro de 2021.

tô sendo considerado. Eu sou uma coisa aqui. Cadê a escola pro meu filho? cadê a vacina? Cadê?⁵⁶

Nos capítulos seguintes veremos como os moradores de Cidade Tiradentes se mobilizaram em torno das mais diversas discussões na intenção melhorar aspectos estruturais já colocados desde o nascimento dos conjuntos habitacionais – como neste exemplo da configuração das avenidas. Mas para além disso, como buscaram criar a partir da experiência compartilhada de convívio no ambiente do bairro, instâncias que não respondiam apenas às demandas imediatas daquela população recém-chegada, ao contrário, dialogava sobretudo com as expectativas e os projetos de modos de vida alicerçados em discursos políticos notadamente opostos à realidade imposta pelos modelos social e econômico vigentes. Observaremos a seguir a articulação das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos na organização de reivindicações e lutas pelo aparelhamento de equipamentos e serviços públicos, bem como melhorias urbanas no entorno do bairro que nascera deficiente.

⁵⁶ *Idem.*

CAPÍTULO II

“O nosso fôlego é longo”: Organização social e movimentos populares

Fotografia 3: “Conjuntos Multicoloridos”



SMAIRA, Rafael Lazzari. 2022.

O bairro de Cidade Tiradentes atingiu, durante as décadas de 1980 e 1990, as mais altas taxas de crescimento populacional quando comparado aos distritos de toda a cidade de São Paulo no decurso do mesmo período: 24,55% e 7,89%, respectivamente; ao mesmo tempo, a média de crescimento populacional do município registrada pelo IBGE nas décadas mencionadas foi de 1,16% e 0,88%, respectivamente.¹

De praticamente inabitado no início da década de 1980, a população do distrito de Cidade Tiradentes atinge no ano de 1996 o dobro da densidade média do município.² Vertiginoso, o salto no crescimento demográfico está diretamente associado à conclusão dos conjuntos habitacionais financiados e erguidos pela Companhia Metropolitana de Habitação, a COHAB – SP, cuja atuação no território representou, como vimos, a maior intervenção habitacional da Companhia. Como consequência direta da finalização do paulatino processo de construção dos conjuntos de habitação, o bairro passou a receber gradualmente as famílias de

¹ IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. *Tabela – População Recenseada, Taxas de crescimento populacional e densidade demográfica: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais*. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Produção e Análise de Informação. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265. Último acesso em 14 de abril de 2022.

² ŚLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: Abordagens do poder público na construção da cidade – Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) São Paulo. 2002. p. 125.

futuros residentes, atraídos principalmente pela possibilidade de aquisição da casa própria. Este movimento é evidenciado pelos registros de crescimento e densidade demográficos da região.

Concluídas as primeiras unidades habitacionais, no entanto, não é possível afirmar que o bairro estivesse plenamente equipado para receber o contingente de pessoas que passou a residir nas milhares de moradias do distrito que passaria a abrigar o maior conjunto habitacional da América Latina.³

Neste capítulo observaremos a articulação das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos na organização de reivindicações e lutas pelo aparelhamento de equipamentos e serviços públicos, bem como melhorias urbanas no entorno. Mais que um teto precário e afastado do trabalho, o movimento popular do bairro de Cidade Tiradentes, buscou a todo custo fazer valer direitos de acesso à saúde, abastecimento, educação, lazer e habitação.

2.1 Panfleto, jornal e voz: rastros da organização coletiva

Em um pequeno folheto, cujo título em negrito garrafal escrito à mão, se pode ler: *Informativo - Movimento em Defesa da Cidade Tiradentes*, repleto de pequenas rasuras e correções também feitas a mão – ainda que a maior parte do texto provavelmente tenha sido datilografada –, datado do mês de novembro de 1993, se lê no primeiro parágrafo:

Morar na Cidade Tiradentes, sempre foi difícil, isto porque sua infra estrutura nunca foi suficiente aos seus moradores. Passados alguns anos, verifica-se que as condições de vida não mudou muito. Então algumas pessoas entenderam que era necessário envolver mais pessoas para reivindicarem melhorias para o bairro. **Assim nasceu o MDT, que é um movimento e como tal propõe que entidades, pessoas, não importando crença, cor, opção política, juntem-se e caminhem no sentido de melhorar a qualidade de vida deste bairro**, onde residem uma população de aproximadamente 300.000 pessoas.⁴

De acordo com o panfleto, naquele ano, o Movimento em Defesa de Cidade Tiradentes vivia o seu segundo ano de existência e já arrolava algumas conquistas derivadas de sua atuação consistente junto a administração pública municipal, o que resultou na criação de uma comissão intersecretarial, abrangendo as secretarias de cultura, transporte, saúde, educação e

³ Cf. CASTILHO, Edmilson Peres (2015). O primeiro conjunto habitacional de interesse social da COHAB do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes ficou pronto no ano de 1980, sua construção foi iniciada em 1975; na outra ponta, o último conjunto construído pela Companhia foi concluído em 1998. A compra dos terrenos na região, como vimos, ocorreu no início da década de 1970.

⁴ Nas transcrições dos trechos de panfletos e jornais de bairro reproduzidos ao longo de todo o capítulo, mantivemos a escrita exatamente igual ao que se pode ler nestes suportes. Erros ortográficos ou gramaticais não foram alterados. Todos os panfletos produzidos pelo MDT, bem como as matérias, notas e reportagens de jornal citadas e analisadas ao longo deste capítulo fazem parte do acervo pessoal de Georgina Carvalho, que nos concedeu acesso ao material durante a fase de pesquisa deste trabalho.

abastecimento. Como fruto dessa ação conjunta, a lista descrita pelo editorial não é de tudo singela, entre eles: a implantação do *Sacolão do Trabalhador*, a vinda do *Ônibus Biblioteca*, a criação de algumas linhas de transporte coletivo, o início da construção de nove escolas⁵, e ainda a ampliação e adaptação de um mini pronto socorro no Posto de Atendimento Médico Glória.

Este é o informativo de número 01. Ele marca a primeira investida do MDT na tentativa de criar um “canal de comunicação com a comunidade para divulgar melhor sua existência e propostas, seus feitos e principalmente servir de canal de denúncias da realidade” enfrentada pelos moradores, e é precisamente o que faz nesta publicação. O grupo se propõe já no primeiro folheto a produzir periodicamente um informativo que deveria abordar ao menos um tema caro à qualidade de vida dos moradores do bairro, tratando cada uma das áreas em que o movimento pudesse atuar. Nas próximas três páginas desta primeira edição, cujo assunto central é a saúde, e sob o título *A saúde pede socorro*, o texto descreve com minúcia a situação dos quatro postos de atendimento médico estabelecidos no bairro.

A saúde, apresentada pela editoria logo no início do texto sob uma perspectiva que busca integrar as diversas esferas do bem-estar social e humano, é compreendida pelos sujeitos do movimento enquanto resultado de um amplo conjunto de fatores, tais como acesso à comida de qualidade, saneamento básico, educação, transporte adequado e digno, e lazer: “Se as pessoas tiverem acesso a estes serviços, já menos gente ficará doente.” Desta maneira, um elemento central e caracterizador das reivindicações feitas pelo MDT é colocado em pauta já neste primeiro material. Naquele momento, no contexto do bairro de Cidade Tiradentes, nenhum destes serviços parecia atender de forma plena a quantidade de moradores residentes, por esta razão a estratégia de atuação do movimento concentrou-se em solidificar uma base de atuação ampla, que alcançasse todos os setores, uma vez que a presença de equipamentos e a oferta serviços públicos se mostrava igualmente deficiente em todas áreas, e até completamente ausente em alguns casos.

Ao encarar as demandas na área da saúde de forma correlacionada às demais necessidades e direitos sociais, o MDT compreendia que a convergência dos problemas da população poderia ser minorada antes de se tornarem uma questão a ser resolvida apenas nos leitos hospitalares, que também estavam em falta. Temas como a falta de médicos, a precariedade das estruturas físicas e dos equipamentos necessários à realização de exames e consultas simples, a demora no atendimento à população, e a necessidade de deslocamento ao

⁵ Estando quatro em funcionamento já naquele momento.

bairro vizinho de Guaianazes para acessar o hospital mais próximo, ganham destaque principal nas linhas do panfleto.

Em trabalho recente, a pesquisadora Simone Lucena Cordeiro, analisou o Memorial Descritivo da COHAB-SP. O documento foi apresentado em agosto de 1971 à Prefeitura do Município de São Paulo, quando da compra das glebas para loteamento e construção dos conjuntos habitacionais na área. Cordeiro verificou que o projeto inicial continha uma série de lacunas no que diz respeito a infraestrutura, uma vez que não foram apresentadas indicações para a construção de hospitais, escolas, espaços de cultura e lazer: “Tudo leva a crer que o projeto pressupunha uma ideia de cidade na qual o fundamental limitava-se à edificação das residências separadas dos recursos que garantissem a vida dentro das mesmas”.⁶

A ausência de um planejamento mais robusto pela COHAB durante o processo de concepção do projeto e construção dos conjuntos habitacionais, e a precariedade de serviços oferecidos no bairro durante o período de recorte desta pesquisa – mais precisamente nos primeiros vinte anos de vida da Cidade Tiradentes – já foram profusamente demonstrados em trabalhos anteriores.⁷ Deste modo, ainda que a menção de dados sirva para corroborar justamente com o material já produzido, interessa-nos neste capítulo observar de que forma a população residente do bairro se organizou para tentar mudar o cenário posto, e como usou dos espaços institucionais para elaborar projetos de um bairro funcional, que pudesse chamar de lar.

Voltemos ao *Informativo - Movimento em Defesa da Cidade Tiradentes*. Após as queixas referentes às dificuldades de acesso ao serviço público de saúde, contidas nas páginas iniciais, o editorial lança uma provocação ao público: “Caro leitor, você sabe porque estão acontecendo estas coisas?”, e a resposta vem logo em seguida:

A situação de abandono que se encontra a saúde na Cidade Tiradentes, não é diferente do restante do país, o que nos deixa ainda mais preocupados.

Em relação ao atendimento da rede municipal, o atendimento piorou porque a atual administração inverteu a ordem de prioridades, ou seja, ao invés de dar continuidade ao que vinha sendo feito, ou seja, de investir nas áreas sociais (creches, escolas, saúde, etc.), está investindo em coisas que vão favorecer uma minoria do povo, como o túnel do rio Pinheiros, por exemplo. Enquanto isso todo o resto acaba funcionando mal, embora o prefeito vá a televisão e rádio dizer o contrário. Mas a realidade nos mostra que ele está mentindo, pois falta materiais nos postos, os médicos não querem trabalhar nas periferias porque o salário é pouco, etc.

⁶ CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia popular na periferia da cidade de São Paulo – Projetos e trajetórias (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

⁷ Ver: CASTILHO, Edmilson Peres (2015); CORDEIRO, Simone Lucena (2009); SLOMIANSKY, Adriana Paula (2002).

Aqui na Tiradentes, durante a campanha, havia uma faixa no supermercado Tattá, onde se lia ‘MALUF PREFEITO: HOSPITAL NA CIDADE TIRADENTES’ – hoje nem se fala mais nisso. Ao contrário, além de nada construir ele destruiu o que de bom havia sido feito pela ex-prefeita.

Podemos destacar dois principais tópicos a partir deste excerto. O primeiro diz respeito à compreensão, por parte da editoria e, portanto, do grupo que compunha o MDT, de um lugar de preterimento e invisibilidade das necessidades do bairro e de seus moradores em relação aos bairros centrais e tidos como nobres da cidade. A presença e atuação do poder público municipal, neste sentido, é vista por estes sujeitos como dispar e injusta.

O segundo ponto diz respeito à veiculação de informações e de uma determinada imagem entorno da gestão administrativa de Paulo Salim Maluf, que chefiou a prefeitura de São Paulo no período entre 1993 a 1996. Se durante a campanha o político havia comparecido ao bairro de Cidade Tiradentes, sendo recebido pelas lideranças da região, nos pós candidatura não apenas a promessa de campanha havia sido esquecida, mas o próprio programa de governo colaborava, na visão destes sujeitos, para o desmonte dos pequenos avanços conquistados na gestão anterior.

Na última página do panfleto o editorial convida os leitores a se organizarem enquanto força popular em prol do requerimento daquilo que é entendido pelo grupo como *direito* da população. Entre os dias 22 e 28 daquele mês de novembro, aconteceriam as eleições para o Conselho de Saúde do bairro. Após uma breve apresentação do que é o Conselho, o editorial ressalta a importância da participação ativa dos residentes: “[...]sua participação será a legitimidade destes conselhos para que possam reivindicar uma saúde melhor para todos nós.” A organização, na perspectiva do Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes, portanto, significava também ocupar os espaços de poder e decisão, tanto dentro dos conselhos do bairro, quanto dentro da própria Prefeitura.

Por fim, consta nas últimas linhas do folhetim o chamamento oficial às reuniões mensais do grupo. O MDT se reunia no terceiro sábado de cada mês, às 09 horas, na Rua Eduardo Vassimon, a antiga rua 14-C, na altura do número 133. O telefone para contato e demais informações, tal qual um convite irrecusável, fecham a primeira edição desta publicação.

Em linhas gerais, todos os panfletos produzidos pelo Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes dos quais tivemos acesso seguem um padrão de estrutura textual. Ao todo, foram quatro folhetos analisados: um produzido em 1993 e os outros três no ano de 1994. Todos os informativos têm o total de 4 páginas e, com exceção deste primeiro que acabamos de analisar mais detidamente, todos foram completamente escritos em máquina e replicados por meio de fotocópias. Havia, ao fim das edições, propagandas de comércios do bairro, bem como

informações sobre eventos de interesse da classe trabalhadora, a exemplo da 7ª Romaria dos Trabalhadores, que ocorreu na cidade de Aparecida do Norte.

A despeito do fato de que seus principais representantes – como veremos adiante – partilhassem de uma orientação marcadamente esquerdista, o MDT, enquanto movimento, fazia o chamamento à comunidade geral sem qualquer distinção de opção ou enviesamento políticos, justamente por ser uma organização apartidária. Esta é uma particularidade que se pode notar através da análise dos panfletos: embora as notícias de eventos, tais como a repercussão do 10º Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base, em uma publicação de 1994, deem ligeiras pistas do alinhamento ideológico do grupo⁸, a crítica presente nos textos não chega a favorecer ou mesmo repudiar nenhum político ou partido específicos em virtude apenas do viés político destes últimos. Na avaliação do MDT o critério chave para julgar a qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público parece ser, em primeiro lugar, a experiência vivida no cotidiano do bairro.

Os textos produzidos pelo MDT e entregues aos moradores de Cidade Tiradentes através da publicação dos panfletos possuem, além do tom explícito de denúncia, expondo a conjuntura do bairro, caráter nitidamente educativo, no sentido de buscar embasar os dados e informações apresentados ao leitor, ao mesmo tempo em que o convoca à reflexão. Contudo, refletir somente não bastava, o grupo também, em cada opúsculo, convidava o público à *ação*.

Na edição de número 03, publicada em agosto de 1994, os principais temas levantados pelo editorial foram Cidadania, Estatuto da Criança e do Adolescente e Saúde. Em todas as pequenas seções a dinâmica *denúncia* ➔ *reflexão educativa* ➔ *convite a ação* se fez presente, ainda que não necessariamente nesta ordem. Na primeira seção, após uma breve definição do

⁸Em livro intitulado *O que é Comunidade Eclesial de Base*, publicado no ano de 1982, ou seja, contemporâneo ao período de maior efervescência das CEB's, Frei Betto definiu as comunidades Eclesiais de Base (CEB's) como: "pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. [...] São comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; [...] Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas." CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Escolhemos esta definição porque além de se tratar do trecho de uma fonte produzida no intervalo de recorte desta pesquisa, demonstra o *locus* institucional e geográfico de nascimento das CEB's, os sujeitos envolvidos no processo, as premissas e ideais que permeiam e justificam sua existência, e sobretudo a extensão e abrangência de atuação destes grupos no país. Ver também: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986; SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

significado de cidadania que justapõe direitos e deveres do cidadão, a editoria levantou debate sobre a importância do voto enquanto instrumento primeiro do regime democrático e um dos principais exercícios de cidadania. As eleições gerais se aproximavam, a escolha do tema portanto não foi feita ao acaso, e a mensagem principal era: “Exerça sua cidadania! Não anule e nem deixe de votar nas próximas eleições.”

Na edição seguinte, datada do mês de setembro de 1994, mais uma vez o debate entorno do voto é colocado em pauta, mas a questão agora, suscitada por uma personagem de olhar e feição confusos, apoiada em cima de um muro, é a seguinte: “Já que os políticos são todos ladrões, eu vou é anular ou votar em branco.” O texto que se segue caminha no sentido de afirmar que a saída para este impasse da corrupção que se observava no país deve ser eleger políticos honestos e o meio para o alcance de tal propósito é a conversa, as trocas de ideias entre amigos, familiares, também com os próprios candidatos e a população de forma geral. A estratégia pouco inteligente de se isentar de uma responsabilidade cidadã tão importante por meio da anulação do voto, ou da escolha de votar em branco, na explicação da editoria, na verdade ajudaria a eleger grupos de candidatos desonestos, compradores de voto, ou ainda, na pior das hipóteses, manter os mesmos políticos que já estavam no poder:

Agora, mais do que nunca nós precisamos conversar e falar sobre política. Não só falar, mas também questionar os políticos durante essas conversas. Sabemos e até compreendemos que muitos acham isto chato, mas chato mesmo é não ter emprego, escolas, médicos, etc. E isto quando falta é culpa dos políticos. Mas **como todos nós somos políticos, a culpa é de todos nós**. Principalmente daqueles que se omitem e por isso ajudam os políticos desonestos a se manterem no poder.

Tentar tornar conscientes ações individuais por meio da responsabilização dos cidadãos pelo todo coletivo é o segundo elemento central da perspectiva propagada pelos membros do Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes. A compreensão do grupo da necessidade de diálogo para a construção da democracia carregava a marca de um passado recente em que dialogar não era possível. Assim, o diálogo e o voto, neste caso, seriam dois importantes recursos disponíveis naquele momento para a efetiva *ação* popular, tão citada nos panfletos do MDT.

Até aqui pudemos nos familiarizar ao contexto geral da experiência vivida pelas famílias residentes do bairro de Cidade Tiradentes entre meados da década de 80 e início dos anos 90, mas afinal de contas, ainda resta uma dúvida: como surge e quem são as pessoas por trás do Movimento de Defesa de Cidade Tiradentes?

Um outro impresso nos dá notícias da movimentação destes moradores dois anos antes da publicação do primeiro folhetim do MDT, este último em 1993, e registra com mais precisão

o momento em que o grupo desponta na qualidade de uma organização propriamente dita. Na página 6 do *Jornal do Sacolão – Sacolão do Trabalhador de Cidade Tiradentes*, publicado em 30 de setembro de 1991, uma matéria intitulada “*M.D.T*” – *Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes*, é o registro público mais antigo do grupo do qual tivemos acesso. O texto pontua as circunstâncias de nascimento do movimento enquanto tal, mas a partir dele compreende-se também que os sujeitos dispostos entorno do MDT já comungavam e debatiam entre si as visões de um bairro que fosse capaz de atender aos interesses e necessidades da população:

[...] Por ocasião do seu sétimo aniversário [do bairro de Cidade Tiradentes], e tendo como pano de fundo toda a realidade de carências experimentada pelos moradores da Cidade Tiradentes, sentimos a necessidade de estar organizando-no melhor, para a partir daí estar lutando pela melhoria de nosso conjunto. Por entender **que somente com uma população organizada e consciente de seus direitos teremos força para estar precionando a quem compete nesta situação providenciar as melhores necessárias, é que sentíamos mais do que nunca a necessidade de um tipo de organização interna dos moradores.** Foi por isso que em uma das reuniões da Comissão de Moradores do Sacolão, surgiu a ideia de se criar o M.D.T. Movimento em Defesa da Cidade Tiradentes, não para sem mais uma entidade e sim unir toda a população para ir em busca das melhorias necessárias para o nosso bairro.

Aqui, mais uma vez, as já citadas características que chamaremos de definidoras do MDT são sinalizadas na comunicação do grupo com a comunidade. Primeiro, a compreensão de que o exercício de conscientização e organização populares são responsabilidades que surgem no limiar entre o individual e o coletivo, isto porque as necessidades que atravessam a todos rompem a redoma do indivíduo; em segundo lugar, a perspectiva de que a melhoria efetiva na qualidade de vida da população dependia de um entendimento integralizado da sociedade; e por fim, como terceiro elemento central da atuação do MDT, destacamos a equanimidade como uma constante no discurso elaborado pelo grupo: se o objetivo geral é a melhora das condições de vida dos residentes do bairro, a união e ação conjunta do moradores deveriam transcender qualquer categoria capaz de afastá-los.

Sem que nos alonguemos em uma análise mais detalhada e extensa da estrutura do jornal como um todo, vale pontuar que na segunda página desta mesma publicação encontra-se uma primeira matéria, sob o título: “*Educação*” *Direito ou não do cidadão?* – assinada por Wenceslau Ganem, que se apresenta como um dos membros do MDT. É possível deduzir, a partir destas duas matérias, que embora o MDT enquanto movimento organizado desponte no ano de 1991, o espaço costumeiro para o debate público que teve como foco não apenas a denúncia e reivindicação de solução de problemas relacionados ao bairro, mas uma dinâmica de intervenção palpável, tanto no jornal, quanto fora dele, já havia sido instituído.

Os estudos sobre movimentos populares no Brasil empreendidos na década de 1990 se empenharam na busca de superar o uso das determinações macroestruturais como fonte primordial para explicar a deflagração das lutas urbanas observadas nas décadas anteriores, para então afirmar que não existe uma ligação linear entre a precariedade de vida nas cidades e a movimentação dos contingentes populacionais por ela afetados.⁹ Seguindo esta lógica, Lúcio Kowarick, ao repensar as imbricações entre a cidade e as lutas sociais enquanto objetos de estudo, sem obviamente ignorar condições macroestruturais, argumenta que o empobrecimento decorrente do processo produtivo, a precariedade urbana ligada a falta dos bens de consumo e serviços coletivos, o acesso à terra e habitação e demais opressões presentes no cotidiano não representam mais que

“matérias-primas que *potencialmente* [grifo do autor] alimentam as reivindicações populares: entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um processo de *produção de experiências* [grifo do autor], que não está de antemão tecido na teia das assim chamadas condições materiais objetivas.”¹⁰

Ou seja, ainda que um cenário de vulnerabilidades e falta de acesso a equipamentos e serviços públicos atinja igualmente a todos os moradores de um bairro ou cidade, por exemplo, não se deslinda a emergência dos movimentos populares apenas através da compreensão deste *grande pano de fundo*, constituído pelas condições estruturais objetivas. Kowarick atenta para a importância das *práticas moleculares*, para o processo de produção de experiências dos sujeitos, que nas costuras deste grande tecido dão forma e sentido ao vivido.

É justamente sob esta perspectiva que seguiremos a pista anteriormente fornecida. A quarta edição do Informativo produzido pelo MDT, publicada em setembro de 1994, a qual há pouco citamos, trazia em sua terceira página, logo após o início da discussão sobre a manifesta tendência da população geral naquele período de anular votos ou mesmo votar em branco, e a necessidade de diálogo para o entendimento comum da importância de eleger bons governantes como solução realizável, uma sucinta advertência da editoria ao leitor do opúsculo: “A Igreja Católica alerta que votar mal é pecado”.

Acrescidas as convocações para o 10º Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base que ocorreu na cidade de Mogi das Cruzes, na Região Metropolitana de São Paulo, e para a 7ª Romaria do Trabalhador, em Aparecida do Norte, que constam na terceira edição do panfleto publicada em agosto do mesmo ano, o chiste que associa a escolha pouco

⁹ KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹⁰ *Idem*, p. 45.

refletida de representantes políticos à violação de um preceito religioso, forma o conjunto de evidências que relaciona o surgimento e existência do Movimento de Defesa de Cidade Tiradentes às comunidades religiosas de orientação cristã e católica do bairro.

A conexão direta entre o MDT e à Igreja, de forma abrangente, e mais especificamente, às práticas e concepções gestadas no interior das Comunidades Eclesiais de Base, alicerçadas sobre o universo ideológico da chamada Teologia da Libertação¹¹ – cuja liturgia pressupôs uma ruptura entre as comunidades e liturgia tradicionais¹² – pôde ser observada principalmente nos relatos das moradoras e moradores do bairro de Cidade Tiradentes, integrantes do Movimento:

O MDT **era um conjunto de moradores**, alguns da igreja, outros do transporte, outros professores. E então **o MDT surge dentro da igreja católica** [...] E antes dos Redentoristas, aqui vieram os primeiros padres, que eram Diocesanos, um deles era o Padre Roberto, hoje falecido. O padre Roberto, ele começou a caminhar aqui pela Cidade Tiradentes, [...] começou a fazer um trabalho de evangelização, e lá na Avenida dos Têxteis [uma grande e importante avenida do bairro] chegaram as irmãs Xaverianas: irmã Amábili, Irmã Catarina, foram as primeiras irmãs missionárias Xaverianas que vieram para a Cidade Tiradentes e aí eles se juntam. Como religiosos, eles tinham que trabalhar juntos. Então eles começam a contatar as famílias que queriam uma missa, uma reza e não tinha onde; eles começaram a rezar o terço nas casas. **E aí surgiu a ideia de se montar um movimento para começar a construção de igrejas, reivindicar terrenos para as igrejas; porém, nessa época Padre Roberto vai embora e a Diocese de São Miguel firma um contrato com os Redentoristas, que são os padres de Aparecida, do Santuário de Aparecida do Norte, e aí vem para cá os primeiros padres e os primeiros seminaristas. Aí vem Padre Rodolfo, Padre Flávio, e aí foram chegando os padres, Padre Chico, que na época não era padre, era seminarista, mas era um ativista, já tinha implantado na cabeça lá o chip** da... [Georgina não chega a completar a frase, mas nós duas rimos. Ela faz referência a uma notícia falsa que viralizou na internet no período de realização da entrevista.¹³] Vem seminarista Padre Barreiro... **Aí começa a vir esse pessoal mais**

¹¹ A Teologia da Libertação foi um movimento sócio eclesial que nasceu dentro da Igreja Católica entre o início da década de 1960. Em um contexto de opressão atravessado pela maioria dos países da América Latina, a doutrina propôs de uma análise crítica da realidade social, além de uma abordagem revolucionária do Evangelho. Ver: GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹² A liturgia, entendida enquanto o conjunto dos elementos e práticas do culto religioso, e a fé professada no ambiente das CEB's, assumiram o propósito muito bem definido de fugir ao idealismo e abstração observados no culto litúrgico das paróquias tradicionais que, sob o julgo dos padres, clérigos no geral e demais pensadores filiados à Teologia da Libertação, não dava conta de relacionar os ensinamentos cristãos à vida dos fiéis. "Nas comunidades populares, a liturgia reflete a inter-relação social existente entre os seus membros e o que há de comum entre seus interesses sociais e anseios históricos [...] A liturgia [nas CEB's] é lida a partir dos fatos vividos pelas comunidades e, ao mesmo tempo, projeta sua luz bíblica, teológica, e espiritual sobre a caminhada da comunidade e do povo. Enquanto a missa tradicional corre o risco de ser, para o fiel anônimo, uma celebração de 'mitos' fundadores de sua fé, sacralizadores de sua passividade social e política, a celebração das comunidades segue a tradição bíblica de ser uma reapropriação da memória histórica e uma atualização do significado evangélico das lutas populares. As liturgias das comunidades tendem a produzir, na linguagem simbólica da Igreja Católica, uma série de rupturas aos níveis da significação e da prática." Em: Frei Betto. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense: 1982.

¹³ Trata-se de falsa notícia veiculada no mês de outubro de 2020 em diversas redes sociais acerca da implantação de microchip chinês em humanos por meio da aplicação da vacina contra a Covid-19. Tal chip conferiria ao governo chinês o controle sobre os corpos de cidadãos brasileiros. Veja: AFONSO, Nathália. *#Verificamos: É*

[engajado] e então com o conhecimento deles, eles começam a reunir da Igreja Católica alguns: eu, o Pedro [seu esposo], o Francisco Ferreira... Francisco Ferreira, seria uma boa entrevista! Francisco Ferreira, as Irmãs, a Geane, ex-esposa do Oscar; [Eu havia entrevistado Oscar duas semanas antes] No Sagrado, [Comunidade Sagrado Coração de Jesus] o Francisco das Chagas, que a gente chama de Bibi, algumas lideranças. Do transporte começa a surgir alguns também que se interessam, **porque não era um movimento católico!¹⁴**

Georgina é fluminense, natural da cidade de Petrópolis. Ela chega em São Paulo aos 25 anos de idade, em 1977. Oito anos depois, aos 32, deixa a residência onde morava com seu companheiro – natural de Campo Maior, piauiense – e dois filhos, localizada na Vila Joaniza, extremo da Zona Sul do município, para domiciliar-se com sua família na tão aguardada casa própria: “[...] **vimos cair aqui na Cidade Tiradentes**, num apartamento minúsculo lá na rua 6-F, que hoje se chama Ademir Brandão, mas era 6-F, não tinha nome nas ruas.”¹⁵ Até o ano de 1985, quando de sua chegada à Cidade Tiradentes, o caminho percorrido por Georgina em busca da habitação, foi marcado por numerosas e duradouras paradas em pensões femininas de pequenos cômodos independentes, quando solteira, e mais tarde em casas de aluguel, depois de unir-se ao seu esposo.

Longa e lenta também foi a espera, após a inscrição do casal na lista do Programa de Habitação Social da COHAB, para que o apartamento ficasse pronto: foram aproximadamente quatro anos até que pudessem de fato realizar a mudança. Durante este período uma proposta recusável – a qual efetivamente declinaram – feita pela Companhia sugeriu à Georgina e Pedro que se mudassem para Itapevi, lá poderiam residir em um apartamento já pronto de tamanho médio. A recusa foi imediata e certa, ainda que a moradia em si despertasse interesse em virtude de sua área de extensão, sair da cidade de São Paulo poderia significar a perda do emprego para ambos, ou a necessidade de dispender expressivas horas no trajeto trabalho-casa; devemos ainda lembrar que, concretamente, a condição de migrante impõe ao indivíduo uma situação de dupla dependência: para morar é necessário trabalhar, e vice-versa. Estes elementos constituem na perspectiva elaborada por Sayad não só as duas dimensões que estruturam toda a sua existência, mas, mais do que isso, os dois elementos que definem o *estatuto* do imigrante, que só existe oficialmente na medida em que possui uma habitação e um empregador: o

falso que vacinas contra a Covid-19 contêm microchip que permite controle externo a partir de antenas 5G. Revista Piauí: Rio de Janeiro. Publicação em 04 de Outubro de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/08/04/verificamos-vacina-5g-microchip/>. Acesso em: 14 de março de 2022.

¹⁴Relato de Georgina Maria de Oliveira Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

¹⁵ *Idem.*

primeiro para se alojar e o segundo para permanecer no seio da sociedade receptora.¹⁶ O risco era relativamente alto para o casal, melhor seria aguardar um pouco mais, e foi precisamente o que fizeram até agosto de 1985 quando enfim instalaram-se no pequeno apartamento do bairro de Cidade Tiradentes.

O burburinho que circulava na época de boca em boca entre os colegas de trabalho no ambiente ocupacional informando sobre o Programa de Habitação Social da COHAB e a possibilidade de obtenção da casa própria por meio de financiamento, como nos indicou Georgina: “[...] o Pedro ficou sabendo dos projetos da COHAB, por exemplo, por uma colega no serviço e aí nós viemos atrás [...] as filas eram enormes para fazer inscrição! Acho que nunca atendeu aquela demanda toda porque chegou uma hora que tinha 400 mil pessoas inscritas!”¹⁷; nem tampouco as propagandas veiculadas pela própria Companhia através dos jornais e televisão, ou pelas construtoras por ela contratadas para executar os projetos, comunicou ao jovem casal detalhes importantes sobre a estrutura dos apartamentos em si e sobre o bairro de maneira geral:

A Jô [Georgina] veio comigo pra conhecer [o apartamento]. Tinha um apartamento modelo para gente ver. Ó o tamanho da sacanagem: eles expuseram um guarda-roupa e uma cama menor de que as normais pra poder parecer que o apartamento era grande. Você acredita? Pois foi! [...] A gente olhava assim, a gente perde a noção de tamanho né? Eles falavam: ‘Não, **é porque aqui é muito descampado, parece Brasília, a cidade planejada**, e por isso que a gente acha que é pequeno, mas não é pequeno não! **Sobra espaço!**’ Só que quando a gente veio trazendo a cama normal e o guarda-roupa normal não cabiam as coisas direito. Ficaram tudo deformado! O apartamento que a gente ficou, foi lá mesmo, na rua 6-F, nós tivemos que fazer tudo, que mudar tudo! Arrumar as coisas para caber adequadamente, a gente mandou fazer muita coisa.¹⁸

Pedro e Georgina passariam os próximos 36 anos de suas vidas observando e experimentando na prática as múltiplas realidades não reveladas no momento da compra do apartamento sobre o bairro de Cidade Tiradentes, e os consequentes processos de transformação atravessados pelo bairro, por seus moradores, e por eles mesmos.

Voltemos ao MDT. Dois pontos merecem destaque no trecho relatado por Georgina, apresentado acima. O primeiro diz respeito à evidente disparidade de conduta entre os dois grupos de padres que chegaram ao bairro. Os primeiros, de orientação Diocesana¹⁹, durante o

¹⁶ SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998. p. 74.

¹⁷ Relato de Georgina Maria de Oliveira Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

¹⁸ Relato de Pedro Monteiro de Carvalho, 65 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 30 de setembro de 2021.

¹⁹ Se entende por padre Diocesano aquele que é incardinado em uma igreja particular (Diocese), que por sua vez tem uma área territorial específica e definida. Ele está sob os cuidados e orientação direta do Bispo diocesano, não é ligado a nenhuma irmandade religiosa. Os padres diocesanos podem ter propriedade, salário, não vivem em comunidade e dependem apenas de seu Bispo.

pouco tempo em que permaneceram na Cidade Tiradentes, demonstraram interesse restrito às comunidades católicas nas quais atuavam, centralizando esforços em projetos e ações que tinham como objetivo principal fortalecer e ampliar, dentro do bairro, a rede de paróquias vinculadas à Diocese. Daí a ideia de movimentar a população em torno da aquisição de terrenos para a construção de igrejas. O segundo grupo de sacerdotes católicos que chega ao bairro, de orientação Redentorista²⁰, estava ligado à Teologia da Libertação. Estes aparecem na narrativa de Georgina como ativistas, engajados em uma luta que parecia transcender os limites convencionais e mesmo os muros da Igreja. Havia um interesse por parte desses missionários em fomentar discussões sociais mais complexas com a comunidade geral do bairro.

O segundo ponto trata-se da manifesta intenção de Georgina, em sua narração, de dissociar a imagem do Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes da institucionalidade da Igreja Católica, ainda que pontue, no início de sua fala, justamente o ambiente religioso da igreja enquanto local de surgimento do grupo. O trecho de entrevista a seguir pode elucidar possíveis causas para tal separação, tão expressamente colocada por Georgina em seu relato, citado anteriormente. Desta vez, quem nos informa é Anaide Maria de Andrade, baiana, natural da cidade do Conde, também integrante, e uma das fundadoras do MDT:

Quando eu vim pra São Paulo **eu já vim com a certeza do que eu ia fazer, do que eu queria, da luta que eu ia fazer para melhorar a minha vida.** Eu já vim praqui... não tinha assim, essa consciência, mas dentro de mim eu sentia isso. Eu não tinha essa consciência toda, mas dentro de mim eu sentia isso. Tanto que quando eu achei a igreja, eu olhei a igreja, eu fui participar, eu já comecei. E aí nisso eu já fui me envolvendo, porque a igreja, **as Comunidades Eclesiais de Base, que era o que a gente tinha, as CEB's, era isso! Era um movimento! E o movimento nascia dali. A fé e a luta se juntavam.** E aí, junto com a Pastoral Operária, logo depois a gente já veio e criou o MDT. **A gente sentiu a necessidade de ter esse movimento, que era sem estar ligado ao partido [Partido dos Trabalhadores] e sem estar ligado à igreja, assim, diretamente inserido dentro. Uma coisa mais independente,** porque quando a gente ia pra algum lugar eram os 'igrejeiros', quando a gente ia pra algum lugar 'esses comunistas'. **Rato e ratazana, essas coisas que eles falavam né? 'Ratazana de igreja' e tal. Então o que é que a gente precisa? Foi daí que surgiu.** O que é que a gente precisa fazer pra ir para a luta sem estar taxado enquanto partido político ou enquanto religião? É um movimento. O movimento nasceu daí!²¹

Anaide desembarcou na cidade do Rio de Janeiro aos dezoito anos de idade e relata o quão assustador foi chegar da pequena Paulo Afonso, no interior da Bahia, onde fora criada, à capital maravilhosa. Em suas palavras, “uma cidade linda, cheia de turistas, mas de muita violência”. Durante os dez anos em que residiu com seu marido – paraibano de Campina Grande

²⁰ Os padres de orientação Redentorista se reúnem em torno do que chamam “carisma”, têm o objetivo de auxiliar o tronco diocesano a expandir a comunidade eclesial, levando-a a lugares mais distantes. Os missionários redentoristas professam votos de pobreza, castidade, obediência e perseverança.

²¹ Relato de Anaide Maria de Andrade, 60 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 21 de dezembro de 2021.

– e filhos no Rio de Janeiro, onde foram “aventurar melhor condição de vida”, Anaide estabeleceu o primeiro contato com os movimentos sociais de forma ampla, e especificamente com as organizações de bairro. Organizadas em torno, principalmente, do movimento de reivindicação por creches e escolas, a união de mães da comunidade onde nossa interlocutora viveu, representou a primeira experiência de engajamento coletivo na qual se associa.

Em 1988 muda-se definitivamente para São Paulo, após um período de idas e vindas pendulares à Cidade Tiradentes, onde sua irmã mais velha, recém viúva, já morava e a quem Anaide buscou dar suporte emocional ao efetuar periodicamente o movimento Rio – São Paulo, e o inverso. Neste mesmo período o seu companheiro se empregou nas obras de construção do Terminal São Mateus, localizado também na Zona Leste da cidade de São, bairro vizinho ao de Cidade Tiradentes, e até que Anaide viesse com os filhos de vez para São Paulo, ele o visitava quinzenalmente.

Toda a experiência vivenciada no Rio de Janeiro certamente alargou o horizonte individual de percepção das possibilidades de sua atuação nos movimentos coletivos, daí a afirmação em seu relato de uma espécie de certeza da luta que travaria em São Paulo, quando se instalasse no bairro de Cidade Tiradentes. Ao chegar identificou na igreja, através da prática de encontros já estabelecida alguns anos antes pelos padres Redentoristas em conjunto com as moradoras e moradores do bairro, o espaço da CEB enquanto ambiente que poderia passar a ocupar.

Algum tempo depois, no entanto, um grupo de pessoas inseridas nas reuniões da CEB de Cidade Tiradentes “sentiu a necessidade” de criar um outro núcleo que não estivesse diretamente ligado à igreja. Anaide explica, no trecho de entrevista acima apresentado, as implicações de ter, enquanto movimento social, uma imagem atrelada a uma instituição religiosa ou a um partido político: dentro do bairro as possibilidades de diálogo pareciam ser minoradas, já que rótulos como “igrejeiros”, “comunistas”, “ratos/ratazanas de igreja” chegavam antes de qualquer proposição que o primeiro grupo, ainda dentro da própria CEB, fizesse ao conjunto mais amplo de moradores de Cidade Tiradentes.

O Movimento de Defesa de Cidade Tiradentes nasce então no interstício: da reunião entre a Igreja, institucionalizada e dogmática, ainda que sob os auspícios da Teologia da Libertação, firmada no conjunto de práticas das Comunidades Eclesiais de Base; com a comunidade de moradoras e moradores do bairro, que se queria livre, de organização própria e independente. Por isso mesmo o MDT carrega o aprendizado prático e ideológico, além de toda uma linguagem construída no interior da CEB, mas não se define por ela. Bem como não se

define pelo Partido dos Trabalhadores, que fundado em 1980 e, portanto, contemporâneo do MDT, contava com um número expressivo de pessoas filiadas dentro do próprio Movimento e também dentro da Comunidade Católica. O MDT reuniu o sumo apreendido dentro da Comunidade Eclesial de Base e do Partido dos Trabalhadores sem necessariamente estar vinculado a nenhuma destas organizações: “Era uma coisa muito maior! Era muito maior do que o partido, era muito maior do que a igreja. Tava solto! Então a gente conseguia juntar todo mundo. Eu acho que era por isso que a gente tinha essa força, porque as pessoas acreditavam; porque não estava ligado diretamente a uma concepção religiosa e apartidário.”²²

Georgina, em outro momento da mesma entrevista citada nas páginas precedentes, reforça, por fim:

Não era um movimento católico! Ele surge na igreja, ele nem surge na igreja católica, **ele surge de uma comunidade católica**, ali, de um **grupo padres que vem ajudar a trazer o desenvolvimento para a cidade**. E ali a gente forma equipes, então por exemplo, **eu fiquei na coordenação da Educação, na equipe que ia cuidar da Educação; o Pedro foi pro Transporte e para a Saúde**. Só que a gente se juntava! **‘Vamos reivindicar transporte!’**, **vai todo mundo**. **‘Vamos reivindicar escola!’**, **vai todo mundo!** Mas cada grupo tinha a sua coordenação. Então na área do transporte ficou o Pedro, o Wenceslau, Delso. [...] como o movimento para melhorar o bairro interessava todos, **não importava a religião**; e os padres Redentoristas também não.... Então no meio tinha gente que era kardecista, como a Bethânia era do kardecismo, tinha até alguém que de repente era crente, outros não eram nada, mas vinha, se juntava ao movimento! Porque **a gente não tava ali para pregar religião, a gente tava ali para reivindicar, enquanto moradores**.²³

Há na fala de Georgina essa insistência em afastar com veemência o trabalho desenvolvido no interior do MDT, da imagem da Igreja institucionalizada. A figura dos padres Redentoristas e a prática elaborada nas CEB's, no entanto, não deixa de aparecer, e nem poderia. O papel cumprido pela Igreja neste processo de formação do MDT pode ser analisado inclusive em termos do fornecimento de uma infraestrutura mínima de suporte material necessário à aglutinação primeira das pessoas que formariam o Movimento, e que em segunda instância asseguraria a sua continuidade – a impressão dos panfletos e informativos mencionados anteriormente e distribuídos aos moradores do bairro de Cidade Tiradentes, por exemplo, foi feita na Casa dos Padres. Esta, aliás, é uma característica citada em uma pesquisa empreendida por Vera Silva Telles na segunda metade da década de 1980: “[...] a constituição das comunidades de base da Igreja como espaço no qual a ação operária tinha uma continuidade que garantia a rearticulação do próprio movimento e que se contrapunha como alternativa à

²² Relato de Anaide Maria de Andrade, 60 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 21 de dezembro de 2021.

²³ Relato de Georgina Maria de Oliveira Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

fluidez e impotência da organização operária no interior da fábrica.”²⁴. No referido trabalho, a autora defende o argumento de que a importância das CEB's e da Igreja em si, no âmbito da articulação social observada no espaço dos bairros durante aquele período, não nasceram no vazio da década de 1970, em uma espécie de vácuo decorrente do contexto de instauração da Ditadura civil-militar no Brasil a partir do ano de 1964; mas que esta última, ao contrário, torna-se um espaço de articulação da resistência operária que, desde as derrotas de 64 e 68, vinha sendo gestado no campo de luta protagonizado pelos militantes “órfãos” das fábricas, dos sindicatos, e das organizações políticas, e que acabaram por *encontrar nos bairros um lugar possível para sua existência política*.

No caso específico do MDT é possível ainda ampliar o sentido da argumentação central desenvolvida no trabalho de Telles. O Movimento, nascido dentro do bairro de Cidade Tiradentes, sob nítida influência das *práticas moleculares* formuladas no interior das Comunidades Eclesiais de Base, buscou a todo custo, não apenas desvencilhar-se de sua sombra por vezes redutora, mas também alargar o sentido de sua existência própria enquanto movimento autônomo e independente. Cabe neste ponto citar um momento de ruptura dentro do Movimento que nos informa justamente da postura dos integrantes do coletivo em relação às interferências perpetradas pela Igreja, por meio da figura dos integrantes do corpo eclesial. Pedro Monteiro é quem desta vez nos comunica:

[...] veja bem, quando quiseram institucionalizar o movimento, o MDT, eu fui contra e por último o padre fez porque ele precisava fazer lá uns projetos, mas aí ele fez por conta dele, eu já não me incluí, já fiquei fora, então esse nome ele existe e tem um padre que fez alguns projetos, mandou pra algumas ongs como MDT; então esse CNPJ eles tiraram, mas não enquanto eu tive o controle como movimento. Por que? Porque uma entidade ela exige uma diretoria, tem que ter um presidente, um vice, um tesoureiro, um suplente, um secretário e um suplente, e em alguns casos, alguns conselheiros. **Então uma entidade existe com uma função burocrática e eu não tô por entidade, porque ela tem uma diretoria, ela tem um dono. E um movimento não, o movimento é uma coisa que qualquer pessoa pode se sentir parte daquilo. O movimento ele precisa ter um objetivo, ele precisa ter uma direção. Mas ele não precisa necessariamente ser dirigido por um grupo que tenha uma função burocrática de dirigir.**

Natural da cidade de Campo Maior, Monteiro em dado momento da entrevista se apresentou através dos seguintes versos: “Sou poeta cordelista/ me chamo Pedro Monteiro/ amasso o barro da rima no metro do bom oleiro/ Sou um Campo-maiorense das terras piauienses/ no Nordeste brasileiro”, ao passo que na mesma toada, completou: “Me chamo Pedro Monteiro e estou a seu dispor/ Sou militante da paz com muita crença e fervor/ na maior sinceridade primo pela

²⁴ Telles, Vera da Silva. *Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas*. In: KRICHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. *A Igreja nas bases em tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

amizade que alimenta o amor/ Não sou daqueles que acham pedras jogadas no chão/ recolhe e guarda dos bolsos e numa primeira tensão/ da forma mais inclemente miram até inocente sem a menor compaixão/ Mas acredito no homem refazendo seu caminho/ Buscando dias melhores distribuindo carinho/ Militante camineiro conquistando companheiros/ Para não lutar sozinho.”

Pedro chega em São Paulo prestes a completar 17 anos de idade, no ano de 1973, vindo de uma área rural do estado do Piauí. Filho caçula em uma família de seis irmãos, ele segue o rastro de seu irmão mais velho, que abriu os caminhos para a sua chegada e fixação no estado de São Paulo. Na Cidade Tiradentes, Pedro chega com Georgina, sua companheira, e dois filhos em 1986.²⁵ Coordenou um núcleo da Pastoral Operária: sua inclinação à participação nos movimentos sociais e, principalmente, uma formação político-ideológica atravessada por esferas variadas da Igreja pode ser observada em sua trajetória antes mesmo da criação do MDT. No trecho de entrevista acima citado, no entanto, Pedro não se furta de demonstrar posicionamento contrário à proposição de um presbítero quanto aos rumos do Movimento em que ele próprio mantinha posição de liderança e destaque. Esta parece ter sido, em geral, uma atitude comum aos integrantes do MDT.

O último trecho da entrevista concedida por Georgina apresentado anteriormente revela, sobretudo, a estrutura de gestão e coordenação do MDT. Expõe o arranjo organizacional no qual se dispunham as pessoas envolvidas em torno do Movimento: por afinidade e proximidade, cada integrante escolhia a área em que gostaria de atuar; nas reivindicações públicas e reuniões deliberativas, no entanto, participavam todas e todos integrantes do Movimento.

Não apenas em termos religiosos, portanto, o Movimento em Defesa da Cidade Tiradentes buscou extrapolar a CEB, mas desvinculou-se até em termos estruturais desta última. Pretendeu-se laico, apartidário e ecumênico, embora tivesse viés marcadamente de esquerda. A intenção era agregar o maior número de pessoas possível, porque afinal de contas, uma das principais categorias mobilizadas pelos movimentos de bairro é justamente a condição de *morador*, e para o morador do bairro de Cidade Tiradentes, no caso dos integrantes do MDT, uma característica específica surge com frequência na fala das pessoas entrevistadas para designar a faísca capaz de ascender a chama que mobilizou o coletivo de pessoas entorno do Movimento:

A necessidade comum. Todo mundo precisava de ônibus, todo mundo estava caminhando a pé, não tinha ninguém que tivesse um ônibus pra chegar do serviço.

²⁵ Georgina Carvalho e Pedro Monteiro mencionam datas diferentes para a chegada na Cidade Tiradentes. A primeira afirma ter chegado no segundo semestre de 1985; Pedro, por sua vez, fixa o ano de 1980 como data de instalação da família na nova casa.

Todo mundo estava sendo atendido no Hospital Planalto e no Hospital Santa Marcelina, que eram os mais próximos. A maioria das pessoas tinha uma criança que não tinha escola. Todo mundo estava comprando alimento sem nenhum concorrente porque não tinha supermercado, a não ser as peruas vendendo nas portas. Então era o interesse comum, e aí você começa a fomentar uma ideia: ‘Vamos juntar? Vamos ver como é que a gente faz para melhorar?’ E, **na medida em que os moradores começam a se conhecer e a gente começa a chama, começa a haver uma confiança e a gente começa a aglutinar pessoas que têm os mesmos interesses, entendeu?** ‘Você quer ônibus pra você?...’ Eu diria que é o Comunismo perfeito! ‘É comum ter escola pro meu filho? É comum pra você também, então vamos arrumar essas escolas! [...] ‘Olha, eu conheço, eu tenho facilidade de chegar no deputado tal e pressionar ele para ele para acionar o poder público junto com a gente, para melhorar isso aí!’ [...] ‘Eu conheço o vereador tal’, ‘Eu conheço o secretário tal, então vamos juntos falar com o secretário.’ Aí a gente começa a tirar comissões e as comissões vão pressionando os diversos setores do governo, uma pressiona o prefeito, na frente da prefeitura; o outro pressiona o secretário de educação, monta-se documento, vira-se pauta e leva.²⁶

Em um grande espaço descampado na borda do lado leste de São Paulo, que teria sido planejado tal qual o Plano Piloto da cidade de Brasília – segundo o funcionário da COHAB que atendera Georgina e Pedro na visita feita ao apartamento modelo, que imitava o local para o qual se mudariam e passariam viver – parecia haver de quase tudo: os sonhos e aspirações trazidos nas malas dos novos moradores; as experiências dos indivíduos nas organizações de bairro das quais participaram em paradas anteriores; as expectativas e vivências decorrentes dos processos migratórios; os grupos de religiosos ancorados em uma certa perspectiva que abriu as portas da Igreja aos menos favorecidos socialmente; menos a estrutura necessária para comportar o sem número de pessoas que rapidamente foram se acomodando nos lotes urbanizados, nas casas embriões e nos apartamentos projetados e erguidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. A seguir veremos como, na prática, o MDT e pontualmente, outras organizações de bairro traçaram planos para interferir na realidade posta durante aquele período.

Em julho de 1992 o jornal Destaque Popular soltou uma pequena nota na segunda página de sua edição de circulação mensal, que sob o título: *As lideranças não morreram*, lembrou o nascimento da Associação e Comissão Popular da Cidade Tiradentes. A organização, de acordo com a editoria do periódico, teria nascido como em reposta a apenas um entre os numerosos problemas que foram entregues junto ao bairro no momento de sua inauguração. O referido infortúnio teria “criado muito caso”: tratava-se dos carnês de pagamento dos imóveis financiados pelos moradores através da COHAB.²⁷ A repercussão foi tamanha que deu origem

²⁶ Relato de Georgina Maria de Oliveira Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

²⁷ Citamos no capítulo anterior como a inadimplência afetou os projetos da COHAB e fizemos referência também à fragilidade econômica do público-alvo das políticas públicas instauradas pelo BNH.

ao que teria sido o primeiro movimento de lutas do Conjunto Habitacional de que se tem notícia – e do qual pudemos acessar através desta breve nota no jornal.

A Associação organizou e realizou no mês de julho do ano de 1987 um grande protesto, que de acordo com o jornal teria sido capaz de mobilizar um número expressivo de moradores do bairro, além de ter sido amplamente divulgado à época pela imprensa local. O episódio ficou popularmente conhecido como *Guerra dos Carnês* e tinha como queixa principal as abusivas taxas cobradas pela COHAB nas prestações dos imóveis do bairro. O ato consistiu em executar o sepultamento metafórico da Companhia de Habitação: “Lembro-me que quando estivemos na COHAB fazendo o enterro simbólico da empresa, a polícia veio com tudo para cima de nós. Tivemos que cantar o Hino Nacional para não apanharmos”, recordou um ex-diretor não identificado da Associação e Comissão Popular da Cidade Tiradentes em entrevista ao jornal.²⁸

Até o ano de 1988, quando o movimento perde força e seus principais dirigentes acabam por “enveredar-se por outros caminhos, formando outras associações” a Associação teria promovido encontros em todo o bairro. O jornal fala em reuniões semanais que chegaram a reunir 800 pessoas, congregadas inicialmente em torno da circunstância dos carnês.

Um recado deixado para os leitores ao fim da nota parece ser, entretanto, a conexão entre o contexto de criação da Associação – sabemos que ocorreu entre o ano 1986 e julho de 1987, mas não encontramos a data exata de seu nascimento – e o momento atravessado pelo bairro e seus moradores no ano de 1992: “[...] todos [as lideranças atreladas à Associação e Comissão Popular da Cidade Tiradentes] estão atentos ao que se passa hoje na Tiradentes, podendo à qualquer momento, pôr o povo nas ruas novamente”, afinal, como assinala o título da própria nota, as lideranças permaneciam vivas, e com elas a ameaça do incômodo de ter que lidar com manifestações públicas.

A fundação da Associação e Comissão Popular da Cidade Tiradentes nos primeiros anos de vida do bairro, bem como a compreensão de que havia em 1992 grupos de pessoas derivados desta primeira experiência que se conservavam vigilantes às questões relativas ao bairro, interessam-nos na medida em que demonstram focos de concentração e mobilização de moradores do bairro de Cidade Tiradentes para além da existência do MDT. Além disso, o marco pioneiro atribuído pelo jornal à Associação em um texto que endossa e condecora a organização, nos informa sobre a influência que estas lideranças exerciam sobre os jornais de

²⁸ *As Lideranças não morreram. Destaque Popular*, São Paulo, Ed. Mensal: 15 de julho/15 de agosto de 1992. Todas as matérias, notas e reportagens de jornal analisadas ao longo deste capítulo fazem parte do acervo pessoal de Georgina Carvalho, que nos concedeu acesso ao material durante a fase de pesquisa deste trabalho.

bairro. Assim, é possível falar em ações e movimentos múltiplos pululando pelo bairro – ainda que não seja possível acessar maiores informações e acompanhar a longevidade e abrangência destas atividades –, e não somente em um único grupo responsável pela articulação de moradoras e moradores, em um Conjunto Habitacional que contava com uma população de aproximadamente 96,3 mil habitantes na década de 1990.²⁹

Seguindo esta perspectiva, cabe mencionar ainda uma matéria publicada no jornal Tribuna Tiradentes Leste, sob o título *Cidade Tiradentes perde um líder, nós perdemos um amigo*³⁰, que assinada por Antônio Batista Neto, então secretário da Associação dos Moradores da Cidade Tiradentes (AMCT)³¹, homenageia Daniel Diniz do Nascimento. Pernambucano, natural de Recife, Daniel teria sido “tocado”, ou seja, coagido a migrar de seu estado natal no ano de 1979 por conta da repressão militar. Ele fora denunciado pelos jornais de Recife por participar ativamente, enquanto liderança, no Sindicato da Categoria dos Tipógrafos, ocupação na qual se profissionalizou aos de 18 anos de idade, de acordo com a matéria.

O tipógrafo chega à cidade de São Paulo em julho de 1979, onde mantém o exercício de sua profissão, atuando em diferentes gráficas, “sempre em *defesa da classe*” [grifo nosso], e para não “contrariar a sua *disposição natural* prosseguiu com a luta partidária, defendendo a bandeira do PCdoB (Partido Comunista do Brasil)” [grifo nosso]. Na Cidade Tiradentes, onde passou a residir em 1985, estendeu a luta sindical ao trabalho voluntário, “onde preocupado com a organização do Condomínio em que morava tornou-se síndico por duas vezes, voluntariamente ele participava de todas as atividades em troca ele só queria a participação da comunidade”. Ele envolveu-se também na fundação da Associação dos Moradores da Cidade Tiradentes, que nasceu, segundo Batista Neto, o redator da matéria, em 10 de abril de 1986. Durante dois anos “[...]atuou no sentido de organizar a AMCT, e conseguiu uma sede para a mesma que até então não tinha, buscou novos elementos e realizou uma eleição com o voto legal, desta forma as reivindicações se desenvolveram com mais convergência e capacidade política”.

²⁹ IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. *Tabela – População Recenseada, Taxas de crescimento populacional e densidade demográfica: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais*. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Produção e Análise de Informação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265. Último acesso em 14 de abril de 2022.

³⁰ Esta é uma matéria que foi recortada da folha de um jornal pela dona do acervo. Não sabemos o jornal responsável, tampouco a data da publicação.

³¹ Em entrevista, Pedro Cordeiro, chegou a falar de uma média de mais de 30 associações presentes e atuantes no bairro de Cidade Tiradentes durante a década de 1990, e cita inclusive a existência de conflitos entre estas associações, decorrentes da oposição em termos de visão política, partidária e atuação prática.

Daniel havia participado de diversos movimentos populares, grupos, associações, comissões, fazendo-se presente em “todas as lutas em defesa aos moradores de Cidade Tiradentes”. Neto cita como exemplos a recuperação da Escola Fernando Mauro Pires da Rocha, as lutas por melhores condições do transporte coletivo, iluminação da Estrada do Iguatemi, preservação da Casa da Fazenda, projeto de arborização e manutenção das escolas públicas do bairro, aprovação e construção de uma biblioteca pública e escola profissionalizante na Cidade Tiradentes. Em maio dos anos 2000 Daniel faleceu e esta foi a principal motivação para o tributo oferecido a ele em uma página inteira do jornal Tribuna Tiradentes Leste, escrita por Antônio Batista Neto, com o qual congregava e construía o espaço da AMCT.

Dois principais tópicos podem ser elencados a partir da apreciação desta matéria. O primeiro diz respeito à gradual amplitude da atuação dos indivíduos no interior dos movimentos populares. Daniel, de acordo com Neto – em uma demonstração de afeto e respeito certamente emocionada, mas nem por isso menos fidedigna –, colaborou, enquanto indivíduo, variadas vezes e de diversas maneiras em espaços, ações e projetos de dimensões também muito distintas: desde o posto de síndico que ocupou no condomínio em que morava, até a aprovação da proposta de construção de uma biblioteca pública no bairro. Sua atuação, que se segmenta nas diversas esferas das quais se associou, encontra na interpretação de Batista Neto duas chaves que conectam e explicam seu intento. Primeiro a defesa à classe trabalhadora e, em segundo lugar, a defesa ao bairro e aos moradores de Cidade Tiradentes. Ambas seguem ancoradas em uma formação política – e, portanto, nada natural, porque não decorre normalmente de uma ordem misteriosa ou regular das coisas – diretamente ligada ao movimento sindicalista, no qual muito jovem se afiliou ainda em sua cidade natal; bem como ao próprio Partido Comunista do Brasil, o qual estabeleceria mais estreito contato já em terras paulistas.

Chama-nos atenção, em segundo lugar, o registro da formação de mais um grupo de moradores do bairro de Cidade Tiradentes. Batista Neto, nosso informante e também membro da Associação dos Moradores de Cidade Tiradentes, acaba por prestar homenagem não apenas ao seu companheiro do movimento popular, mas à própria organização da qual ambos faziam parte. Não pudemos encontrar maiores detalhes nas fontes a respeito da AMCT, mas através da matéria redigida por Neto, pudemos alcançar informações tais quais o ano de sua fundação, a vantagem da conquista de um espaço físico para sediar a Associação e, superficialmente, a estrutura geral de organização do grupo, além da provável aproximação deste com os ideais e pautas levantados pelo PCdoB, uma vez que o vice-diretor do grupo, representado pela figura

do próprio Daniel do Nascimento, era filiado ao partido, do qual comumente “erguia a bandeira”.

Em uma outra categoria de intervenção social duas experiências coletivas demonstram como em ações fugazes e pouco planejadas, os moradores do bairro de Cidade Tiradentes buscaram reorganizar o espaço e o funcionamento dos serviços urbanos do entorno, de forma a atender as necessidades particulares da população residente, para além da criação de agremiações mais ou menos formalizadas como única estratégia de articulação popular possível. Acessamos através de, ao menos, quatro diferentes relatos as histórias do “sequestro do fiscal” das linhas de ônibus que circulavam no bairro e do “ponto de ônibus que se locomovia”.

Até o ano de 1995, quando de sua privatização, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), uma empresa estatal, foi responsável pela operação e fiscalização do transporte feito por ônibus em toda a cidade de São Paulo.³² Na Cidade Tiradentes, em seus primeiros anos, apenas duas linhas de ônibus chegavam ao bairro, e ainda assim, o percurso feito por ambas não ultrapassava o traçado das principais avenidas no interior do Conjunto Habitacional. Em termos práticos, isso significa que as pessoas usuárias do transporte público moradoras da Cidade Tiradentes, pelo menos duas vezes por dia, na ida e no regresso da jornada de trabalho, deveriam percorrer a pé o caminho de suas casas até os pontos finais das linhas de ônibus ou às avenidas por onde o coletivo circulava, e vice-versa. O relato de Zé de Matos, a seguir, apresenta uma história que logrou notável repercussão em um conjunto de encontros promovidos pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas, chamado *Café Memória*³³:

[...] **chegou um dia que nós ficou revoltado!** Eu peguei o pessoal lá, juntou o pessoal: **‘Vamo trazer o ônibus pr’aqui pro 81!’** [um dos setores do bairro] A gente pegou, chegou lá no fiscal, fechemo a porta com ele lá dentro, passemos a corda, amarramos o fiscal dentro da casinha de madeira... [as pessoas reagem surpresas, Zé de Matos se levanta e continua a contar usando todo o corpo para gesticular] amarramos o fiscal dentro da casinha de madeira, sem machucar o cara! Ponhamos o cara nas costas, aquele monte de gente com aquele caixãozinho desse tamanho [faz com os braços o gesto em referência ao tamanho da guarita], mas fomos levando. **Cheguemo no 81: ‘você só sai daqui agora quando o ônibus vir pra cá, se vira!’** [...] Veio a administração da empresa aqui [a CMTC], aí a administração da empresa chegou e

³² Em operação desde os anos 1950, a CMTC foi privatizada na gestão de Paulo Maluf, em 1995. Sobre isso, ver: KLINTOWITZ, Danielle; ROLNIK, Raquel. *(I)mobilidade na cidade de São Paulo*. Revista Estudos Avançados, 2011. pp. 89-108.

³³ Idealizado e realizado entre os anos de 2013 e 2015 pelo do Grupo de Teatro Pombas Urbanas, estes encontros reuniram moradores do bairro de Cidade Tiradentes no Centro Cultural Arte em Construção – um grande balcão localizado em uma das principais avenidas do bairro – entorno de uma missão proposta pelo grupo, a de compartilhar e organizar as memórias das experiências de pessoas residentes do maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina.

fixou o ponto definitivo aqui no 81. **E até hoje tá lá no 81, e nós carregou o fiscal nas costas!**³⁴

Zé de Matos, como é chamado pelos colegas nos vídeos³⁵, chegou à Cidade Tiradentes em 1972 e acompanhou “cada passo” do processo de transformação do bairro, como afirmou em um outro encontro do *Café Memória*, atuando como representante da coletividade na Subprefeitura em diversos momentos e funções. No referido *Café Memória* serviu como porta voz das novidades da chegada do monotrilho ao bairro, uma vez que naquela ocasião fazia parte da Comissão do Governo Estadual enquanto representante do setor de transportes. Nos anos de atuação do MDT, Zé de Matos também representou o bairro em comissões da Subprefeitura.

Georgina de Carvalho e Pedro Monteiro também narraram este episódio em primeira pessoa, em entrevista realizada durante a pesquisa. Ambos se somaram ao considerável número de indivíduos aglomeradas que participaram do ato:

“[...] e aí começou um grande movimento pra gente colocar os ônibus lá embaixo [em uma área do bairro onde não chegava transporte público], porque aí começou a chegar a gente, gente, gente chegando, andando; entregando, entregando todo aquele conjunto de prédio... e aí nós em cima da CMTC pedindo para colocar ônibus lá embaixo e eles não colocaram. Pedindo, eles não colocaram. Aí um dia a gente se reuniu: viemos pegando a casinha da CMTC, levando lá embaixo onde é o final do Penha hoje [uma linha de ônibus]. Aí polícia foi com o pessoal da CMTC e trouxe a casinha, a guarita, e colocou de volta. Nós subimos, pegamos a guarita e colocamos de volta... aí um dia o fiscal entrou dentro da guarita trancou a portinha e disse: ‘você não vão levar!’ **Nós carregamos a guarita nas costas com o fiscal dentro. Um com pessoas com a guarita do fiscal e o fiscal dentro.** Mas não era para fazer nenhum mal a ele, nem nada. **A gente só queria o ônibus lá embaixo.**”³⁶

Em ambas as narrativas o objetivo, os meios para alcançá-lo e o resultado final a que se chegou – tanto o grupo interventor, quanto a própria dinâmica da relação estabelecida entre a Companhia de Transportes e os moradores do bairro de Cidade Tiradentes, após a ação de súbito concretizada – permanecem os mesmos. O relato de Georgina parece, no entanto, mais objetivo, dedica maior ênfase não ao embate prático e simbólico do fato em si, mas ao desenrolar do processo de maneira geral, em um ambiente no qual as demandas da população frequentemente se chocavam com as possibilidades impostas pela realidade. Ao contrário, na fala de Zé de Matos, surgem com mais realce a urgência, a temperatura e a imprevisibilidade dos acontecimentos: o foco de sua narração está na ação.

³⁴Fala de Zé de Matos, morador do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em abril de 2013, no Centro Cultural Arte em Construção.

³⁵ O material foi gravado, editado e concedido por Milton Roberto, jornalista, profissional da área audiovisual e parceiro do Instituto Pombas Urbanas. São ao todo cinco vídeos, somando aproximadamente seis horas de gravação. As gravações foram feitas para registro pessoal, trata-se de um material que não recebeu tratamento e edição refinados.

³⁶Relato de Georgina Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

Podemos apontar as condições em que foram produzidas tais falas como elemento decisivo de diferenciação, isto porque estas norteiam e dão o tom da enunciação. Georgina, por exemplo, nos concedeu ao todo duas longas entrevistas, todas realizadas em um ambiente controlado, e em que compartilhava o espaço com apenas uma pessoa – a própria entrevistadora; neste caso a fonte oral foi produzida durante e para a pesquisa. Já Zé de Matos, conta sobre o acontecimento para uma plateia de moradoras e moradores do bairro, em um evento que propunha justamente o compartilhamento de memórias da fundação de Cidade Tiradentes. Neste sentido, todo o exposto por ambos, embora ao fim e ao cabo relatem um mesmo acontecimento, possuem natureza e aspectos distintos entre si. Correlacionar as duas falas nos auxilia a compreender o que estas pessoas acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fizeram, a possibilidade de apreensão do vivido sob esta perspectiva é um aspecto constitutivo do trabalho com fontes orais (PORTELLI, 1997, p. 31).

O segundo episódio, assim como o primeiro, alcançou ressonância no espaço de debate proporcionado pelos encontros do *Café Memória*, onde os moradores partilhavam entre si as histórias das vivências experimentadas nos primeiros anos de fundação da Cidade Tiradentes. Menos dramática e quem sabe um tanto mais lúdica, tratou-se de uma mais uma interferência na disposição dos pontos de ônibus existentes em um setor específico do bairro:

[...] a gente até mudava o ponto de ônibus pra que o ônibus... o ônibus não ia no 88 [um setor], **então a gente ia esticando o ponto: cada vez esticava mais pra cima, cada vez que o ônibus chegava: ‘mas o ponto era aqui’, ‘não, mas o ponto mudou’**. Eles [motoristas e cobradores] achavam que era a empresa [CMTC] que tinha mudado o ponto, mas não era, **eram os moradores que mudava o ponto mais pra cima**. [todos riem]³⁷.

Desta vez quem nos comunica é Geralda Marfisa, que junto a Zé de Matos, Pedro Monteiro e Georgina Carvalho, figura enquanto uma das mais antigas moradoras do bairro. Mineira de Cambuquira, Geralda aparece também em outros vídeos de variadas edições dos *Cafés Memória*, nos quais conta à plateia sobre outras formas de associação concebidas entre os moradores do bairro. Estas, embora não tenham deixado vestígios materiais, representam elementos fundamentais que caracterizaram as estratégias de sociabilidade instituídas pelos moradores do bairro. Geralda cita, por exemplo, as arrecadações de fundos feitas pela vizinhança para custear os enterros de vizinhos em situação de maior vulnerabilidade financeira, durante a década de 1980.

³⁷ Fala de Geralda Marfisa, moradora do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em novembro de 2014, no Centro Cultural Arte em Construção.

Na fala de Geralda, as repetidas e constantes alterações da localização do ponto de ponto de ônibus, até o momento de sua fixação em um lugar do setor que fizesse mais sentido aos moradores, aparecem também como demonstração da variedade de maneiras através das quais o conjunto destes sujeitos interferiu de maneira prática nas dinâmicas do bairro. Embora inclua a si própria enquanto testemunha e personagem que participou dos eventos narrados, Geralda não chega a citar outros nomes, nem definir com precisão o período em que ocorreram tais acontecimentos, os dados que compõe a sua narrativa estão atrelados às categorias da coletividade de moradores, da vizinhança e do período difícil em que “tudo isso aqui era mata”.

O conjunto das associações de bairro, personagens e acontecimentos até aqui elencados apontam para uma multiplicidade de métodos utilizados pelos indivíduos, que congregados em diferentes coletivos, formalizados ou não, encontraram os meios para não só ocupar o bairro de Cidade Tiradentes, mas expressar através de suas ações o modo como desejavam habitá-lo. Experiências tais quais as transmitidas por Geralda, Zé de Matos e Georgina demonstram o vigor e a importância das relações e ações que se forjam nas tramas da solidariedade cotidiana, sem necessariamente passarem por um processo formal de associação.

2.2 Sacolão do Trabalhador: um projeto de abastecimento e economia comunitários

Voltemos ao âmbito das experiências associativas formalizadas, em particular àquelas que nos permitem visualizar a extensão e potência das operações empreendidas pelos personagens congregados entorno do Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes, e pelo próprio grupo em si. É possível localizar a atuação destes sujeitos em cinco principais áreas, que não à toa correspondem justamente à segmentação interna a que se propuseram enquanto movimento, conforme exposto nas páginas anteriores. O trabalho desempenhado pelo MDT alcançou, através de seus ramificados tentáculos, as instâncias do abastecimento, educação, habitação, saúde e mais tardiamente, da cultura. Observaremos adiante as elaborações, projetos de sociedade e as ações concretizadas pelo grupo frente a estas áreas de atuação.

Em julho de 1990 a então prefeita da cidade de São Paulo, Luiza Erundina de Sousa, decretou a instauração do projeto Sacolão do Trabalhador, que teve como objetivo oferecer à população acesso “racional e eficaz para a aquisição de gêneros alimentícios a preços mais

baixos do que aqueles praticados, em média, no mercado”³⁸. O edito levanta quatro principais justificativas para a implantação do projeto, a saber: a viabilização do acesso à população trabalhadora a alimentos de boa qualidade e sob preços controlados, como premissa prioritária daquela Administração; a responsabilidade intransferível do governo municipal no que diz respeito à organização do abastecimento alimentar, assim como as atribuições legalmente incumbidas à Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB); a já comprovada eficiência de projetos do mesmo gênero que seguiam em desenvolvimento; e por fim, a decisiva contribuição que a implantação do projeto representaria para a melhoria do acesso da população de baixa renda à aquisição de alimentos básicos.

O primeiro Sacolão da Prefeitura havia, de fato, sido inaugurado um ano antes, em maio de 1989, nas instalações do Mercado Municipal do Parque Santo Antônio, na região do Campo Limpo.³⁹ Atendendo aproximadamente 10 mil famílias da região, o Sacolão comercializava frutas, verduras e legumes a preço único por quilo, o que representou em média 40% de queda do valor final dos produtos para a população do entorno, quando comparada a oferta de estabelecimentos como supermercados, quitandas e feiras livres.⁴⁰ Ao longo da administração de Luiza Erundina aproximadamente 30 novos Sacolões foram inaugurados na cidade de São Paulo, entre eles, em julho de 1991, o Sacolão do Trabalhador de Cidade Tiradentes. Via de regra, as unidades foram erguidas em áreas que apresentavam deficiência na oferta de equipamentos tradicionais de comercialização varejista para servir como aparato complementar de abastecimento.

Onze pessoas compuseram, em fevereiro de 1991, a Comissão Pró Sacolão de Cidade Tiradentes, que foi eleita em uma reunião onde estiveram presentes representantes de diversas entidades do bairro, bem como representantes da SEMAB e Maurício Faria Pinto, vereador em exercício naquele momento.⁴¹ Inicialmente, teve caráter provisório, status que se alterou já nos primeiros encontros do grupo, que tornando-se então não apenas permanente, pretendeu que tal

³⁸ MANDELLI, Sueli Cacilda; SILVA, Rosana de Oliveira Pithan e; SOUZA, Rubens Antônio Mandetta de; TASCOS, Adriana Mariolino Pagotto. *Comercialização Hortícola: análise de alguns setores do mercado varejista de São Paulo*. Revista Informações Econômicas, São Paulo. v. 28, n. 10. outubro, 1998.

³⁹ PATARRA, Ivo. O Governo Luiza Erundina: Cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Geração Editorial, 1996. p. 64.

⁴⁰ Cf. DIEESE (Prefeitura municipal de São Paulo/DIEESE, 1991) e Instituto Gallup de opinião pública (s.d) *Apud* MANDELLI, Sueli Cacilda; SILVA, Rosana de Oliveira Pithan e; SOUZA, Rubens Antônio Mandetta de; TASCOS, Adriana Mariolino Pagotto (1998).

⁴¹ Entre estas pessoas, Pedro, Georgina e Wenceslau – que mais tarde fundariam o MDT – assumiram cargos na Comissão; os dois primeiros representando a Comunidade Católica Nossa Senhora da Paz, e o último enquanto voz ativa do Núcleo do Partido dos Trabalhadores do bairro. Havia também pessoas ligadas ao movimento por Educação, representantes de outras comunidades católicas e representantes do Grêmio Social Recreativo do 81 e Sociedade Amigos dos Moradores de Cidade Tiradentes, além de um Padre, representando a Comunidade Eclesial.

Comissão funcionasse de forma vitalícia. Até a inauguração da unidade do Sacolão no bairro, em julho de 1991, a Comissão se reuniu semanalmente durante cinco meses. Os encontros ocorreram aos sábados no período da manhã e foram registrados em ata por oito meses.

Nestas assembleias deliberativas definiram-se todas as etapas de implantação do Sacolão, desde a definição do local onde seria instalado dentro do Conjunto Habitacional, até a construção do prédio, as cerimônias de inauguração e posteriormente o acompanhamento e fiscalização da qualidade do serviço prestado pelo equipamento, assim como da variedade dos produtos oferecidos à população. A Comissão, que se autodefiniu em ata como “um grupo de pessoas que se articulou para reivindicar da SEMAB um Sacolão para a Cidade Tiradentes, e que se prontificou a acompanhar as obras de construção”⁴², visitou Sacolões em atividade ao redor da cidade, recebeu convidados para fomentar os debates semanais e buscou ouvir os moradores de outros bairros que participaram ativamente da implantação destas unidades, a fim de absorver as experiências destes indivíduos que, assim como eles, se propuseram a construir o espaço comunitário do Sacolão do Trabalhador.

A compreensão do que deveria se tornar aquele ambiente passou, no projeto desta Comissão, pelas noções de solidariedade e economia locais, cidadania e a tentativa de discutir as relações existentes entre o Sistema Municipal de Abastecimento e as políticas agrícolas e agrárias da cidade, e do país de forma mais ampla, com a comunidade e com a própria SEMAB. Três principais proposições feitas pelo grupo – das quais duas se concretizaram – atestam a ampla visão da função que, na perspectiva destes sujeitos, deveria ser desempenhada pelo equipamento municipal. A primeira propôs a realização de feiras artesanais, no intuito de valorizar artistas da região através da exposição e venda dos artesanatos produzidos pelos moradores; a segunda, que não chegou a sair do papel, tratou-se da intenção de trabalhar dentro do Sacolão com o acolhimento de jovens infratores, estes atuariam como uma espécie de estagiários no equipamento; e por último, a frutífera parceria estabelecida entre algumas escolas públicas do bairro e o Sacolão, na qual as instituições de ensino passaram a receber os alimentos da sobra semanal deste último como maneira de complementar a alimentação da merenda escolar.

A atuação da Comissão composta pelas moradoras e moradores do bairro de Cidade Tiradentes, nesse sentido, foi responsável não só pela implementação do Sacolão em si, mas por entrever como a implantação de um equipamento público na região poderia dar conta de

⁴² Caderno de Ata da Comissão Pró-Sacolão de Cidade Tiradentes. Todos os documentos citados e analisados ao longo deste capítulo fazem parte do acervo pessoal de Georgina Carvalho, que nos concedeu acesso ao material durante a fase de pesquisa deste trabalho.

auxiliar na resolução de outras carências do bairro, e que eventualmente poderiam ser minoradas através de um projeto integrador, capaz de unir diferentes setores e promover ações em prol de um mesmo objetivo, o de melhoria da qualidade de vida da população residente, como um todo:

[...] nós tínhamos visto um exemplo do Sacolão do Trabalhador na Zona Sul, porque o João Carlos [Secretário da SEMAB] era da Zona Sul e o Wenceslau trouxe essa ideia e disse: ‘Olha, resolveria o problema do abastecimento’, já que **a gente tinha uma feira só**. Essa feira de domingo, que é aqui, era na Metalúrgicos, vinha aqui do Glória até lá em baixo perto do Oswaldo Aranha, essa era a feira de domingo. **Tinha barraca de bebida, barraca de tudo quanto era jeito. Vendia de sofá a carro zero.** [nós duas rimos] **Só que esses feirantes, eles se achavam, porque era só eles. A luta com esses feirantes foi bem grande, a resistência deles foi grande. E aí a proposta era o Sacolão ser utilizado pelos comerciantes locais que quisessem ter seus box, que fosse dentro do Sacolão.** Então teria vários box, não seria assim tão disperso quanto é hoje, pra se concentrar ali, dentro daquele espaço. **Seria um espaço simples, mas que tivesse as regras de manter produtos frescos, vindos direto do interior para o Sacolão a preços lá embaixo.** E aí foi que entrou o embate com os feirantes porque os preços do Sacolão seriam muito menores que os preços da feira. E o que não poderia ter dentro do Sacolão. A prioridade era alimentação. E uma comissão de moradores tomaria conta do Sacolão, por isso é que está lá ‘Primeira comissão do Sacolão’ [ela se refere ao caderno de ata já citado]. Porque **ficou por nossa conta, por conta do movimento a fiscalização de preços e de qualidade, e de destinação dos alimentos no dia da troca, porque uma vez por semana teria que trocar todos os alimentos.**⁴³

Àquela altura, como fica evidente no trecho de entrevista acima exposto, os moradores do bairro contavam com a presença de apenas uma feira livre, que funcionava uma vez por semana, em uma das principais avenidas do conjunto. Em virtude do contexto geral de localização do bairro – que além de geograficamente distante, apresentava ainda dificuldades de acesso – e da escassez na oferta de estabelecimentos comerciais, prevaleceu até a chegada do Sacolão um desequilíbrio no mercado local que afetava diretamente o trabalhador: sem concorrência, os feirantes determinavam os preços dos produtos de acordo os seus próprios interesses. Não foi à toa que o processo de instalação do Sacolão causou conflito entre os vendedores da feira e grupo que arquitetou toda a implantação do equipamento.

Georgina relatou que durante bastante tempo a Comissão permaneceu a cumprir o papel de maior fiscalizadora do funcionamento do Sacolão, responsável pela produção e entrega de relatórios semanais à SEMAB, que abordavam desde a estrutura física do prédio, até os trâmites internos de integração de novos boxes; além de acompanhar toda a dinâmica de entrega dos produtos, controle de qualidade, preço e destino final das frutas, legumes e verduras que vinham da SEMAB, e enfim, a administração geral do Sacolão:

⁴³ Relato de Georgina Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 12 de novembro de 2021.

[...] nós tínhamos uma sala de reuniões, que é em cima, em cima dos banheiros, ali era a nossa sala de reunião. Então aí era a sala de reunião, a gente ia montar lá uma rádio popular, porque a comunicação aqui era outra coisa drástica. Além da rádio popular, seria a sala de imprensa. Então as reuniões com a imprensa, Folha de São Paulo, Jornal Popular, lá era a sala de imprensa. E **cada semana a gente ia pra lá discutir a melhoria e o funcionamento, que sempre tem o que melhorar.**⁴⁴

A rádio, assim como o projeto com menores infratores, acabou por não sair do papel. Ambos os projetos representam, no entanto, mais campos nos quais aquele grupo de pessoas entendeu que poderia intervir de forma positiva. Mais que isso, para nós, hoje, o conjunto desses projetos, concretizados ou não, dão notícias do enfrentamento de um grupo de moradores do bairro de Cidade Tiradentes que não se furtou a fugir da complexidade da realidade que lhes foi apresentada, e que pelo contrário, tentou responder à altura.

O fim da administração de Luiza Erundina representou também o encerramento dos projetos que se desenvolviam no Sacolão. A comissão foi desfeita e o equipamento passou a ser gerido por funcionários terceirizados. Todas as pessoas entrevistadas durante esta pesquisa relembram do trabalho executado dentro do Sacolão com especial entusiasmo, o mesmo não pode ser dito quanto ao dismantelo abrupto da forma de organização comunitária após a troca da gestão municipal.

Há o registro em ata da inauguração do Sacolão. O planejamento do evento por parte da Comissão, em parceria com o secretário de Abastecimento, foi arquitetado com quase três meses de antecedência. A comemoração ocorreu especificamente no dia 19 de julho de 1991 e contou com a presença de Luiza Erundina, principal responsável pela aprovação e implantação do decreto do projeto no âmbito da administração municipal. Em uma carta datada do dia 16 de julho, assinada pelo MDT, observamos como a solenidade de inauguração do equipamento, o momento de celebração de uma conquista, representou para os sujeitos reunidos entorno do grupo a oportunidade de demonstrar que havia ainda outros esforços nos quais se dedicar para atender as demandas daquele bairro, e o texto se inicia apontando justamente este movimento: “Estamos aproveitando esta ocasião em que você está mais próxima de nós para tornar-lhe conhecidos alguns aspectos de nossa vida que, infelizmente não tem chegado ao teu conhecimento”⁴⁵.

A carta segue elogiosa à “boa vontade” da prefeita no exercício de administração do “grande monstro”, como o MDT se refere à cidade de São Paulo: “Sabemos que os interesses das classes populares e, conseqüentemente da periferia foram pontos incluídos no programa desta administração, tanto que sentimos aí a nossa grande esperança de ver acontecer a

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Carta do MDT à Prefeita Luíza Erundina.* São Paulo, julho de 1991.

realização de nossos sonhos”⁴⁶. Mas os elogios logo cedem espaço à amplitude mais vasta da realidade: “[...] nunca sentimos tanto em nossa pele a baixa qualidade de vida. Nesses 7 anos de existência do Conjunto Habitacional, percebemos que estes últimos anos tem sido os piores.” O grupo argumenta que as informações quanto às necessidades das pessoas periféricas, em geral, não chegavam até a prefeita, que apesar de demonstrar boa vontade pessoal, é mal assessorada, fato que em muito contribuía para que a população trabalhadora residente das bordas da cidade, e especificamente do bairro de Cidade Tiradentes, vivessem no “mais absoluto descaso”: **“O nosso povo vive um completo descrédito frente aos poderes constituídos, visto que se sente abandonado ao poder da sorte”**.

No ofício produzido pelo grupo, que provavelmente foi entregue à prefeita no dia da inauguração do Sacolão, a principal queixa refere-se à falta de escolas disponíveis no bairro e a explícita despreocupação com que a COHAB e o NEA conduziam de forma geral o tema do Ensino. A partir deste documento chegamos à segunda grande subárea de atuação do MDT, a educação. Como sugestão ao problema, ao fim do texto o grupo propõe que a população tenha participação na elaboração do Orçamento do Município, o que na concepção do coletivo seria parte importante para a solução deste e de outros problemas. Na visão do grupo somente assim o Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes seria de fato “integrado ao município como um todo e não como um apêndice como o temos hoje”.

Um breve parênteses: a sensação de abandono e esquecimento, aliás, aparece nos relatos da maioria das pessoas que nos concederam entrevista ao longo do período de pesquisa deste trabalho.⁴⁷ Nas fontes do evento *Café Memória* captadas em vídeo este também foi um assunto que ecoou nas rodas de conversas propostas pelo Grupo Pombas Urbanas. Os primeiros moradores do bairro, de maneira geral, facilmente expressam o sentimento que têm de terem sido “jogados na Cidade Tiradentes” para que se lançassem ao destino, à própria sorte e principalmente, como se o espaço periférico do bairro não fizesse parte da bela, funcional e monstruosa cidade; esta última que parecia ganhar vida, cor, ares, saúde e mesmo de beleza apenas depois da fronteira que apartava a Cidade Tiradentes da cidade de São Paulo.

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ Conforme vimos no capítulo anterior.

2.3 Educação na São Paulo de 1990: um jogo de batata quente

Uma segunda carta, enviada à Luiza Erundina dois meses após a entrega desta apresentada acima, exprime nítida mudança em relação à primeira no que diz respeito à afabilidade costumeira das trocas de textos formais. Assim se inicia:

Nós moradores e participantes do MDT (Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes), estamos perplexos diante da realidade do ensino que nos cerca. **Que o ensino no país hoje é um dos piores em toda a nossa história bem o sabemos.** Porém o que nos assusta é que nos últimos anos a qualidade do ensino ministrado em nossas escolas caiu vertiginosamente. **Não podemos assistir impassíveis a toda essa situação.**⁴⁸

O campo da educação e do ensino, já apontado na correspondência anterior enquanto questão de grande preocupação para o MDT, seguiu em setembro de 1991 enquanto pauta que precisava ser, não apenas discutida, mas de alguma maneira solucionada. Àquela altura, mais e mais famílias continuavam a aportar na Cidade Tiradentes – a carta redigida pelo grupo fala em aproximadamente 120 mil pessoas – e os equipamentos escolares começavam a não atender a demanda de crianças e adolescentes que necessitavam ingressar e/ou dar seguimento à formação básica.

Na sequência do texto, argumenta-se que a intensificação dos movimentos populares, incluindo as ações do próprio MDT, no campo da educação resultavam justamente da perceptível e inaceitável decadência de qualidade do ensino público. Neste sentido, o grupo saúda todo o corpo pedagógico e administrativo das escolas públicas, as pessoas que somam aos movimentos populares e que prestam apoio na luta em prol de uma realidade mais favorável. Mesma exaltação, no entanto, não foi oferecida aos órgãos públicos que:

[...] tem demonstrado pouca sensibilidade para conosco, numa clara transferência de responsabilidade. De um lado o poder municipal nos diz que essa é uma responsabilidade dos órgãos estaduais; de outro vem o Estado e nos diz que essa é uma atribuição dos órgãos municipais. **E nesse jogo de empurra temos percebido que nem um nem outro tem enfrentado a problemática de frente.**⁴⁹

Duas principais preocupações moviam o MDT e justificavam a razão de terem acessado uma espécie de “limite da paciência” em relação falta de responsabilização tanto do Governo do Estado, quanto do Município, como expressam na carta. A primeira era o impacto negativo que a chegada de mais moradores poderia significar ao bairro, ora, se as escolas existentes já funcionavam de maneira precária, o quadro poderia tornar-se ainda pior. E a segunda, no mesmo sentido, está relacionada ao fato de perceberem que as demandas emanadas daquele

⁴⁸ Carta do MDT à Prefeita Luíza Erundina. São Paulo, setembro de 1991.

⁴⁹ *Idem.*

grupo não eram ouvidas, os sinais de alerta que aquele mesmo movimento teria oferecido cerca de dois anos antes não foram suficientes.

O enfrentamento burocrático que àquela altura parecia já se debater sem resolução entre as diversas instâncias do poder público contava, por fim, com a abertura e a proximidade já estabelecida pelo MDT com a administração de Luiza Erundina. Contavam afinal com a “boa vontade” da prefeita, mas não apenas:

A última cartada estamos jogando com a Senhor Prefeita que se prontificou a estar levando nossas reivindicações até Brasília. Oxalá que encontrássemos igual disposição no NAE e na 21^a Delegacia de Ensino da Capital. Estes últimos por sua vez só tem nos desapontado uma vez que falta a seriedade e a competência necessária. **O nosso fôlego é longo. Não vamos descansar enquanto sentirmos que o nosso esforço está valendo a pena nesta que deveria ser a prioridade nº1 de nossos dirigentes que é a educação.** É através da nossa persistência que vamos conquistar esse que é um direito de todos nós.⁵⁰

Aqui emerge no discurso do MDT mais uma vez a ideia dos direitos cidadãos e com ela, ainda que não explicitamente, a própria noção de cidadania, que como vimos no início deste capítulo, não representava uma ideiação passiva para o grupo. Aliás, passividade é um termo que, como temos acompanhado, não coube na atuação do Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes, que atuou seguindo estratégias diversas, tomando para si a parte da responsabilidade que compreendiam caber à população na tão recentemente instaurada democracia brasileira.

É importante situar as reivindicações pela construção de escolas e por melhorias na qualidade do ensino oferecido pela rede pública de educação colocadas pelo MDT no quadro amplo das movimentações populares, que no mesmo período se organizavam em favor dos mesmos objetivos em toda a região da Zona Leste da cidade de São Paulo. Neste sentido, houve trocas: os movimentos encontravam eco, reverberavam um dentro do outro, ao mesmo tempo em que caminharam juntos. Um documento datado de novembro de 1991, assinado pelo *Movimento Popular Pela Escola Pública*, ao argumentar sobre a existência de um panorama geral de crise no país, elenca os problemas sofridos na área da educação: *a)* Cinco milhões de crianças fora da escola; *b)* Trinta milhões de analfabetos; *c)* Sessenta milhões de semianalfabetos; *d)* 13,5% das crianças abandonam o Ensino Fundamental, 21,5% abandonam o Ensino Médio e 18% são retidos anualmente; *e)* 1,14% da população frequentam as universidades; *f)* 30% da população economicamente ativa têm dois anos de escolaridade, no máximo; *g)* Professores mal remunerados, com média salariais de sessenta e cinco mil cruzeiros; *h)* Os municípios sofrem com a crise econômica do país. Muitos deles não recebem a verba do

⁵⁰ *Idem.*

*Salário-Educação*⁵¹, não tem nenhuma informação por parte do governo federal quanto aos critérios adotados para o repasse desse dinheiro.⁵²

O ofício segue na construção do argumento que intenta demonstrar a ineficiência da distribuição do Salário-Educação – principalmente no caso da cidade de São Paulo – no formato que havia sido proposto, ancorando-se em dois principais elementos. Primeiro, na dimensão da malha escolar necessária para atender por completo a população da metrópole paulista; e em segundo lugar na disparidade evidente entre os valores arrecadados pelo município, que “em uma cidade como São Paulo produz o equivalente as aproximadamente 15% de tudo o que se produz no país”, e a distribuição dos recursos:

Cerca de 8,25% de todos os recursos obtidos com a arrecadação realizada em todo o país são repassados aos municípios. Só que não existe nenhum critério que regulamente essa distribuição. Por exemplo, se o município recebesse 8,25 do que foi arrecadado isso significa aproximadamente Cr\$4,8 bilhões.

Isso seria suficiente para construir, em média, 16 escolas, com 12 classes cada uma.

No entanto, 1991, foram repassados apenas Cr\$ 200 milhões.⁵³

A resposta oferecida pelo movimento foi a elaboração de um projeto de lei que propunha uma via em que os municípios gozassem de maior autonomia para administrar e controlar estes recursos. Neste projeto, 20% do volume total dos recursos arrecadados em cada município deveria permanecer na unidade administrativa para ser distribuído no setor da educação, sem que passar pela mediação do Governo Federal para então retornar às cidades de origem.

⁵¹ O Salário-Educação foi criado em 1964 pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 4.440/1964. Teve como objetivo suplementar as despesas públicas com a educação elementar (ensino fundamental), adotando como base de cálculo 2% do Salário Mínimo local, por empregado, mensalmente. Em 1965 a alíquota dessa contribuição social passou a ser calculada à base de 1,4 % do salário de contribuição definido na legislação previdenciária e mais tarde, em 1975, por meio do Decreto-Lei nº 1.422/1975 e do Dec. 76.923/1975, novas alterações foram implantadas no contexto do Salário-Educação, passando sua alíquota a ser calculada à base de 2,5% do salário de contribuição das empresas, situação que perdura até os dias atuais. Quanto à repartição e a distribuição dos seus recursos, estas eram realizadas sob a forma de Quotas. Durante a primeira década de sua existência, de 1964 a 1974, do montante arrecadado era deduzida a parcela de 0,5% para cobertura de despesas de arrecadação. O restante era desdobrado na proporção de 50% para o governo estadual (Quota Estadual) e 50% para o governo federal (Quota Federal), passando, esta última, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em 1968 (Lei nº 5.537/1968, alterada pelo Decreto-Lei nº 872/1969), a se constituir, na época, na principal fonte de recursos do orçamento da Autarquia. A partir da edição do Decreto-Lei nº 1.422/1975, o montante arrecadado em cada Estado, Território e Distrito Federal, após a dedução do valor equivalente a 1%, a título de taxa de administração ao INPS, passou a ser distribuído da seguinte maneira: 2/3 em favor dos Estados, Territórios e Distrito Federal (Quota Estadual), para financiamento de programas de ensino de 1º grau regular e supletivo, no respectivo ente federado; e 1/3 em favor do FNDE (Quota Federal), para utilização similar, porém no âmbito de todo território nacional. <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/salario-educacao/sobre-o-plano-ou-programa/entendendo-o-salario-educacao>

⁵² *Documento do Movimento de Educação – Zona Leste São Paulo*. Novembro de 1991.

⁵³ *Idem*.

O último argumento levantado pelo movimento para solicitar urgência no repasse de recursos para o município é o que mais nos interessa. Numa sessão em destaque podemos ler “Verbas para construções de escolas em Conjuntos Habitacionais” e segue:

A cidade de São Paulo é **uma das cidades que mais recebem pessoas de outros estados, o que gera um conjunto de necessidades sociais que devem ser atendidos** pelo Município e pelo Estado.

São construídos, através de projetos, conjuntos habitacionais, mutirões de moradia etc. Essas construções, na maioria das vezes, são resultados de financiamento da Caixa Econômica Federal. Financiando as moradias **gera-se uma demanda pelo atendimento social, principalmente na educação, saúde, transporte, que precisa ser atendida pelos poderes públicos.**⁵⁴

A origem da demanda por bens materiais de consumo coletivo da qual trata este trecho justapõe os elementos que buscamos conectar ao longo deste trabalho e que podemos observar tanto através da trajetória do Movimento de Defesa pela Cidade Tiradentes, quanto pelas notícias esparsas de associações e movimentos outros, de indivíduos isolados e organizações efêmeras: de um lado a construção do Conjunto Habitacional de Cidade Tiradentes como parte de uma política pública que objetivou atender a população de baixa renda residente da cidade de São Paulo, e de outro a chegada e fixação de uma população de maioria migrante em um bairro que em seus primórdios nem mesmo apresentava feições de bairro.

A compreensão por parte dos sujeitos da estreita relação estabelecida entre estes dois fenômenos e suas implicações diretas no cotidiano da população são responsáveis também pela contundente mobilização que se observa na região leste da cidade de São Paulo, no início da década de 1990.

2.4 “Isso aqui foi a duras penas!”: saneamento básico, habitação e saúde

Na esteira das instâncias alcançadas pela atuação do MDT, nos deteremos brevemente às incursões do grupo nas discussões sobre saneamento básico e habitação. Um hábito cultivado pelas lideranças do grupo nas reuniões realizadas com frequência semanal foi o de convocar parlamentares e representantes das empresas prestadoras dos serviços urbanos das áreas de transporte e esgoto, por exemplo. Uma destas reuniões foi repercutida pela imprensa local⁵⁵, por esta razão acessamos o registro da assembleia organizada pelo MDT na Escola Municipal de Educação Infantil Carlota Pereira de Queiroz, que recebeu em julho de 1992 representantes da Sabesp, COHAB, da Regional de Guaianazes – que correspondia naquele momento à função

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *MDT organiza plenária sobre saneamento. Jornal Destaque Popular.* 15 de julho de 1992.

atualmente exercida pelas subprefeituras, ou seja, instância subordinada à administração municipal –, parlamentares e líderes de outras associações do bairro, para discutir questões referentes à falta de água, vazamentos e dos esgotos a céu aberto. O objetivo teria sido mostrar às autoridades e população presente os problemas que atravessavam o bairro para então elaborar propostas de resolução.

Após a reunião um grupo ficou responsável pelo mapeamento, registro e repasse de dados dos pontos críticos onde a Sabesp, empresa paulista de fornecimento de água e esgoto, deveria atuar. Discutiu-se também a possibilidade da redução das taxas cobradas pela empresa. A mesma assembleia chegou a definir que os assuntos tratados na plenária seriam repassados à comunidade geral através de um folheto a ser distribuído. A prática da entrega de folhetins, que como vimos, foi uma estratégia amplamente utilizada pelo MDT a partir de 1993 para comunicar-se com o maior número possível de moradores de bairro, pode inclusive ter inclusive surgido neste momento.

No âmbito da habitação, o MDT acompanhou a evolução e os conflitos decorrentes da ocupação irregular de terrenos na Cidade Tiradentes, e sobre este tema Georgina nos relatou um dos mais importantes eventos do qual se recorda. Tratou-se da demolição de um conjunto de casas de alvenaria que ocupava uma rua inteira. A operação foi orquestrada pelo governo estadual, durante a gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996). Georgina, junto a outros membros do MDT, foi responsável pela negociação que se deu em seguida, através da qual foi possível garantir

Ainda tem lá as marcas da demolição! Posso te levar! Ainda tem marcas das demolições. Ali tinha 136 casas. Casas boas, não eram barracos. E foram demolidas sumariamente, e nós fomos pra justiça, inclusive fomos ao governo estadual, porque o Maluf alegou que não botou polícia, não pediu força policial para agredir ninguém, pra derrubar nada, mas a polícia foi quem derrubou e quem tava lá batendo nos moradores. Então foi o Governo do Estado? E o Governo do Estado disse: “Não fomos nós, foi a Prefeitura que solicitou.” Nós voltamos pro Maluf, aí nós voltamos com as fotos. Maulf disse: ‘Não! O Governo Estadual tá mentindo. Não foi!’ Aí nós voltamos pro Governo, aí Adriano Diogo levou a gente pro coronel, secretário de segurança das forças policiais militares. Aí o Coronel falou assim: “Minha gente não faz isso! Minha gente não agride ninguém. Meus policiais...” Aí... [faz gesto de que mostrou as fotos e imita a expressão de espanto do coronel] “Ahh! Minha gente! Nunca mais policial vai...” Nunca mais tivemos notícia de nenhuma demolição que policial tenha agredido ninguém! Isso foi feito lá na Praça da República com o coronel da segurança, eu e Nádia! Fomos ameaçadas de morte muitas vezes! E aí tem coisas que permaneceram. Essa violência da polícia para derrubar coisa, para começar não derrubaram mais assim aqui dentro da Cidade Tiradentes. Deixa a favela crescer aí, o povo precisa morar. Que não é esse o critério para morar. Não, mas tem que ter critério, não é só deixa entrar, não é isso. Mas também, do jeito que eles fizeram, eles botaram a arma na nossa cara, eles pegaram a ralé da polícia militar e mandaram pra cá com arma. [...] Então, tomou todas as nossas câmeras, mas um menino da Nádia, junto com um outro moleque, porque moleque é triste né? Conseguiram subir numa árvore e da árvore eles

fotografaram. Essa foto foi que deu a gente a razão lá junto com o coronel. Que aí ele falou: “Não foi gente nossa!” [depois de ver a foto] “Gente nossa!”⁵⁶

Dois itens podem ser pontuados neste trecho de entrevista cedido por Georgina. Em primeiro lugar, mais uma vez o pingue-pongue da responsabilização entre as instâncias de poder intentou dificultar o estabelecimento de diálogo e a consequente resolução de conflitos entre a população e os governos, e desta vez contaram ainda com a interferência da polícia, principal aparato responsável por manter o monopólio da violência sob o poder do Estado.

O segundo ponto, em completa divergência com o primeiro, leva crer que na realidade a pretensa confusão burocrática neste caso serviu como principal arma usada contra o movimento que se ergueu em resposta à demolição de casas no bairro de Cidade Tiradentes. Não fosse o único registro fotográfico do evento, os desdobramentos positivos que resultaram da insistência do MDT em reivindicar uma narrativa própria dos acontecimentos, estariam ameaçados pela falta de responsabilização do Governo Estadual. Exigir não apenas uma abordagem não violenta da polícia, mas também uma resolução para as famílias que ficaram sem casa, foi crucial para que os moradores despejados recuperassem seus lares: “[...] justiça foi feita porque eles ganharam suas casas de volta, legalizadas. São 136 famílias com documento, que não é justiça total, mas é tirado do teu ombro o medo de amanhã alguém derrubar a sua casa de novo. Então tá aqui! Aquilo foi forte! Marcou para o resto da vida!”

Um curto salto na cronologia nos fará agora aterrissar rapidamente na segunda metade dos anos 2000, especificamente no ano de 2007, vislumbrar a inauguração do Hospital de Cidade Tiradentes em primeiro de julho, tão esperado pelas moradoras e moradores do bairro e tantas vezes pautado pelos movimentos e organizações do entorno, para então retornar ao longo processo necessário à sua fundação iniciado ainda nos anos 90. A implantação deste hospital assinala a última grande mobilização levada a cabo pelo Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes e de certa forma inaugura um período em que as necessidades e enfrentamentos que foram capazes de reunir inúmeras associações de moradores e permitiu a criação do próprio MDT, a partir da segunda metade do anos 1980, não marcavam mais presença no cotidiano dos indivíduos associados nestas agremiações.

Já em 1991, após a inauguração do Sacolão, o MDT debatia com moradores, imprensa local e órgãos públicos a necessidade da implantação de um hospital público no bairro: “Depois de conquistarem o Sacolão os moradores da região, representados pelo Movimento em Defesa da Cidade Tiradentes, reivindicam também a construção de um hospital, de um terminal de

⁵⁶ Relato de Georgina Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 12 de novembro de 2021.

ônibus e de mais escolas para atender a população local”⁵⁷. O conteúdo dos panfletos apresentados no início do capítulo abordou também o tema da saúde pública, nestes panfletos – produzidos entre os anos de 1993 e 1994 – o MDT buscava demonstrar que desde aquele período a presença de um hospital no bairro já se fazia necessária para atender o contingente pessoas que moravam no entorno. Quanto à percepção desta necessidade, Pedro confirma em entrevista: “[...] a gente começou a discutir ainda no governo da Luiza, [sobre o hospital] e o já falecido, agora de Covid, Carlos Neder, que era o secretário de saúde; e a gente discutia com ele e ele falava: ‘Pelo tanto de habitantes já passou da hora de ter uma unidade de saúde, um hospital com uma quantidade considerável de leitos, que pelo menos se aproxima do que recomenda a Organização Mundial de Saúde.’ E aí a gente começou a fazer essa pressão toda junto ao governo estadual que sempre tirou o corpo de banda!”⁵⁸

Aproximadamente dezesseis anos separam este momento em que, não apenas o MDT, mas também outras organizações do bairro passaram a pressionar de forma mais contundente os governos para a construção do hospital, do momento em que este foi inaugurado. Durante esse período o MDT se engajou em reivindicações pela reforma de um Pronto Atendimento do bairro, ao mesmo tempo em que não deixou perder da vista e do campo de ação a mobilização necessária para que a construção efetiva do hospital se concretizasse. Na campanha de abaixo-assinado empreendida pelo Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes foram colhidas aproximadamente 15 mil assinaturas de moradoras e moradores do bairro:

[...] **isso aqui foi duras penas!** Foi várias bancas montadas em diversos pontos estratégicos, colhendo essas assinaturas e distribuindo panfleto. O que esses panfletos diziam? Estimava o número de moradores que nós temos, o número de doenças e o número de leitos que deveria ter aqui e não tem, e consequentemente um suposto número de óbitos, de prejuízos à vida em função da falta de um hospital. Então a gente, além de apresentar esse folheto pra alguém, a gente pedia: ‘Diante desta realidade, por favor assine e seja mais um a reivindicar conosco.’ **Era esse o processo. Era um processo que não era no achômetro, tinha bases, estatísticas, tinha meios de convencimento que pudessem trazer um pouco de consciência, luz, de porquê e desse senso de cidadania.** ‘Eu não mereço isso. Eu estou aqui. Eu sou um ser vivo, tenho filhos ou pretendo tê-los, e ainda que eu queira ficar aqui a vida toda, ou vá mudar não sei para onde, mas esse povo não merece esse tratamento, merece um tratamento digno. Então, **gerar essa consciência, Vitória, é uma vitória, realmente!** [nós dois rimos] Parafrazeando o seu o nome. Mesmo que essa vitória seja em quanto? 2%, 3% das pessoas que foram envolvidas nessas discussões, mas já é uma conquista, não é? Ainda que seja pequeno o número dos que entenderam o sentido das coisas. **Porque é uma coisa que fica para vida, é uma experiência: você foi morar num**

⁵⁷ Esta é parte de uma matéria que foi recortada da folha de um jornal pela dona do acervo. Não sabemos o jornal responsável, tampouco a data da publicação.

⁵⁸ Relato de Pedro Monteiro de Carvalho, 65 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 19 de outubro de 2021.

lugar que não tinha estrutura e você de uma certa forma contribuiu, a seu modo, para que melhorasse essa estrutura. Isso aconteceu comigo!⁵⁹

O raciocínio empreendido por Marília Sposito em um trabalho que versa sobre a luta popular pelo acesso ao ensino público em São Paulo entre as décadas de 1940 e 1950, elucida como historicamente o debate entorno da noção de cidadania norteou os movimentos reivindicatórios empreendidos pelas classes populares. A autora argumenta que os movimentos sociais voltados para a problemática urbana em geral, já desde os anos 1950 “comportavam em seu interior tentativas de realizar, ao menos enquanto virtualidade, os direitos da cidadania até então inexistentes para grande parte dos contingentes populares, radicados nos bairros periféricos da cidade”.⁶⁰ Embora a periferia a qual a autora se refira no texto tenha se expandido ainda mais no sentido leste da cidade e o contexto geral do recorte temporal de sua pesquisa precedam o período estudado neste trabalho, podemos chegar, através deste trecho de entrevista, à conclusão análoga. Mas é possível ir além, o debate entorno da cidadania tanto mobiliza a deflagração de movimentos populares como faz com que os sujeitos construam, a partir de suas necessidades e experiências, os critérios deste ideário.

Uma característica comum parece envolver, ao mesmo tempo em que conecta como um fio transparente e flexível, as trajetórias das moradoras e moradores do bairro de Cidade Tiradentes, ajudando-nos a compreender o processo de transformação de um bairro que nasce para ser dormitório, ponto de pouso das trabalhadoras e trabalhadores da gigante metrópole paulistana, para tornar-se de fato lar capaz de abrigar a quantidade de pessoas que nele passaram a residir.

Até aqui acompanhamos os passos individuais e coletivos das personagens ligadas ao MDT; acessamos as histórias vividas por uma coletividade ainda maior de moradores do bairro; observamos pequenas e grandes articulações tomarem forma; constatamos a influência da Igreja e outras instituições nestas articulações. Em todos estes eventos a presença explícita de uma categoria específica marcou as páginas deste capítulo. Nos referimos à presença significativa de trabalhadores migrantes residentes do bairro.

Na edição de número 05 do Jornal Destaque Popular, datada de julho de 1992, nasce uma coluna esportiva assinada por Carlos Alberto F. Pinto. O periódico, de tiragem mensal e distribuição gratuita, contou com a fixação de uma redação local, instalada dentro do bairro de Cidade Tiradentes. Carlos Pinto escolhe contar, para iniciar sua coluna, a história de um

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ SPOSITO, Marília Pontes Sposito. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1984. p. 164.

romance incomum em uma matéria de meia página. Sob o título *E. C. Morro Disso, uma história de amor*, o autor decidiu homenagear o namoro triangular entre um morro, um Clube Esportivo, e o personagem fundador do time de futebol varzeano, que segundo sua apuração contava à época com um expressivo número de simpatizantes.

No texto de Pinto a história do morro se confunde com a história do clube, “não se sabe ao certo se foi o clube que deu nome ao morro, ou se foi o morro que deu nome ao clube”. Criado, de acordo com o jornalista, no ano de 1985, o E.C. Morro Disso seria um dos clubes pioneiros do bairro de Cidade Tiradentes, e teria enfrentado em conjunto com outros clubes igualmente antigos, a exemplo do E.C. Tiradentes, fortes *crises*, que, no entanto, não foram capazes de os extinguir. Todavia, o que nos interessa nesta reportagem é, principalmente, a descrição do mentor do clube feita por Pinto. Vejamos:

Tudo começou como uma brincadeira, fundado por **um nordestino apaixonado por futebol e orgulhoso de morar na Cidade Tiradentes**. Quantas vezes os vimos aos berros em volta do campo incentivando o seu amado “Morro” e em meio ao desânimo, buscando seus jogadores de porta em porta.

Amigos leitores, por ironia do destino, este homem apaixonado pelo seu clube, acabou falecendo tragicamente aos pés do seu “Morro Disso”. Claro que estou falando do nosso querido Sr. José Luiz, o idealizador do E. C. Morro Disso.⁶¹

A matéria termina com um apelo feito aos leitores do jornal. Pinto reclama a todos que não permitam a ruína do esporte, e inclui a si próprio como responsável por incentivar a continuidade do trabalho feito por homens como o senhor José Luiz e outros tantos que cita ao longo de seu texto: “Não podemos deixar que o esporte acabe, seja ele onde e como for praticado”. O percurso de vida de pessoas como as mencionadas por Pinto, marcado em suas palavras por “ousadia” e “dinamismo”, forma o conjunto de histórias, que segundo ele, são capazes promover a crença em uma sociedade justa e com companheirismo.

Sobre José Luiz, além do fato de ser apaixonado pelo Morro e pelo clube que fundou, a informação que nos chama a atenção, indicada por Pinto logo no início do texto, é a que faz referência ao seu local origem. O colunista não chega a detalhar com minúcia a cidade, nem o estado onde José Luiz nasceu, mas faz questão de pontuar uma naturalidade, ainda que pouco exata uma vez que a região é formada por nove estados diversos entre si, mas capaz de definir um lugar social e uma certa identidade. Nosso palpite é que a categoria migrante, naquele contexto, fosse não apenas uma noção comumente evocada pelos moradores do bairro para designarem a si próprios e aos outros, mas uma substância de reconhecimento, capaz de ajudar a formular uma certa coesão no campo prático das associações e vínculos estabelecidos entre

⁶¹ *E.C. Morro Disso, uma história de amor*. **Jornal Destaque Popular**. São Paulo, 05 de julho de 1992. p. 5.

os moradores, tanto nos espaços mais ou menos formais de debate público, a exemplo do MDT, das associações de bairro, dos movimentos populares por serviços públicos; quanto na esfera da vida cotidiana, dos espaços de lazer criados dentro do bairro pelos residentes, tal como os clubes esportivos de futebol de várzea, a exemplo do E.C Morro Disso.

Assim como boa parte da população residente do bairro de Cidade Tiradentes, José Luiz era migrante, e mais especificamente, um migrante de origem nordestina. Conforme os dados publicados no ano de 1996 pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbana (SEMPA)⁶², a maioria absoluta dos chamados chefes de domicílio residentes na Região Leste 2⁶³ não eram provenientes da região Sudeste, mas de outras localidades do país. Ainda: dois terços da população da RL2 em 1996 pertenciam a famílias cujo chefe chegara da região Nordeste em período anterior a setembro de 1991. No bairro de Cidade Tiradentes, especificamente, 73,23% dos chefes de família tinha origem nordestina, contra apenas 14,67% do Sudeste. Neste sentido, concordamos com o argumento de Slomiansky que defende que a chegada de migrantes foi fator determinante para o incremento populacional registrado na Região Leste 2 em geral, e no bairro de Cidade Tiradentes em particular.

Entre as décadas de 1970 e 1980 a chegada de migrantes na região da Grande São Paulo representou a principal causa do incremento populacional, tendência que diminuiu nos anos subsequentes. Já no município, desde a década de 1970 o saldo migratório perdeu predominância no incremento populacional. No mesmo período, no entanto, a situação da RL2 e do bairro de Cidade Tiradentes era contrária: as taxas de crescimento populacional em ambos os casos foram mais elevadas que as taxas registradas nas instâncias municipal, metropolitana, estadual e federal. Conforme demonstrado por Slomiansky, a abertura do mercado formal de habitações populares é uma das causas elementares do incremento da população da RL2.⁶⁴

Como vimos, a Zona Leste da cidade de São Paulo, de maneira geral, desponta na literatura, principalmente a partir dos anos 2000, enquanto um dos mais importantes polos de estabelecimento da população migrante de origem nordestina da cidade.⁶⁵ Em decorrência do

⁶² Apud SLOMIANSKY. (2002), p. 135.

⁶³ A Região Leste 2 (RL2) é integrada por 16 distritos: Guaianazes, Cidade Tiradentes, Cidade Líder, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí, São Miguel Paulista, Jardim Helena, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Itaquera, Lajeado, Parque do Carmo, José Bonifácio, São Mateus, São Rafael e Iguatemi.

⁶⁴ SLOMIANSKY. (2002), p. 125.

⁶⁵ Ver: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002; MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste. Visões Sobre A História Oral*. São Paulo: Letra e Voz; RIGAMONTE, Cristina Rosani. *Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Fapesp, 2001.

alto custo de moradia no perímetro central no período de industrialização da cidade que se tornaria a maior metrópole do país, um contingente expressivo de migrantes e trabalhadores de baixa renda se desloca para a região em função do acesso à moradia.

Embora haja concordância na literatura quanto à concentração massiva de migrantes nordestinos nesta região, cabe ressaltar que esta não é, no entanto, uma característica restrita aos bairros localizados na Zona Leste do município, nem tampouco reduzir a presença de migrantes oriundos das mais diversas regiões do país. A presença do trabalhador migrante de origem nordestina, na realidade, pode ser observada em outros inúmeros distritos periféricos da cidade de São Paulo que, assim como ocorreu no bairro de Cidade Tiradentes, tiveram o crescimento populacional diretamente relacionado à chegada de migrantes da região Nordeste.⁶⁶

Dentre as entrevistas realizadas durante a execução desta pesquisa, um tópico em específico apareceu de forma unânime nos relatos quando perguntado sobre o componente que promoveu a confluência de pessoas, grupos, ideias e ações em torno dos movimentos populares por melhorias urbanas no bairro de Cidade Tiradentes. A precariedade experienciada pelos sujeitos, principalmente nos primeiros anos de vida do bairro, surge como resposta uníssona. Em retomada, observemos o papel desempenhado pelos *encontros*, cruzamentos espontâneos e/ou organizados de moradoras e moradores do bairro, sob a compreensão das *práticas moleculares*: aqui a igreja teve sem dúvidas, como vimos através do MDT, papel significativo.

Nosso argumento caminha no entanto para a percepção de que as experiências comuns da migração – observadas no processo de saída da sociedade de origem e chegada dos indivíduos primeiro à cidade de São Paulo, e em segundo lugar ao bairro de Cidade Tiradentes: duplo pouso atravessado por expectativas e sonhos inerentes ao próprio fenômeno migratório – , somadas às condições com que se depararam quando do pouso final na Cidade Tiradentes, e que exigiram respostas diversas dos indivíduos – estes últimos organizados ou não em coletivos mais ou menos formalizados, conjugando ações planejadas e formuladas a partir de um universo intelectual e retórico, ou simplesmente executadas no calor dos acontecimentos – formam o tripé que permitiu o florescimento dos movimentos tais quais os empreendidos entre as décadas 1980 e 2010.

⁶⁶ CASTILHO, Edmilson Peres. (2015) p. 185.

CAPÍTULO III

UM BOLO, UM CAFÉ E ALGUMAS INCURSÕES PELA MEMÓRIA: EMBATES NARRATIVOS E IDENTIDADES POSSÍVEIS

Fotografia 4: Café Memória no Centro Cultural Arte em Construção, sem data.



Acervo pessoal de Milton Roberto.

Em 1989, no espaço da Oficina Cultural Luiz Gonzaga, localizada na Zona Leste da metrópole paulistana, no bairro de São Miguel Paulista, nascem e alçam o primeiro voo a trupe Pombas Urbanas, um grupo de teatro fruto do encontro entre jovens do bairro e o ator peruano Lino Rojas. Junto aos Pombas também germinam e se espalham as sementes que, mais tarde, seguindo os passos do mestre, se fincariam com muito cuidado e vontade de existir, e tornariam possível o assentamento de todo um ecossistema cultural no interior do bairro de Cidade Tiradentes.

É sobre a atuação do Grupo de Teatro Pombas Urbanas no bairro de Cidade Tiradentes e sua preocupação com a reunião, registro e difusão de uma certa memória vinculada ao território baseada nos relatos de seus moradores, e a partir dos registros do evento *Café Memória* que trataremos neste capítulo. Idealizado e realizado entre os anos de 2013 e 2015 pelo do Grupo de Teatro Pombas Urbanas, estes encontros reuniram moradores do bairro entorno de uma missão proposta pelo grupo, a de compartilhar e organizar as experiências das pessoas residentes do maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina.

Interessa-nos, no material em vídeo captado durante estes encontros mensais promovidos pelas atrizes e atores do grupo, perscrutar nos relatos dos moradores do bairro de Cidade Tiradentes três principais aspectos da memória compartilhada por estes sujeitos: o primeiro diz respeito aos marcos de fundação/ criação do bairro; em segundo lugar as mobilizações coletivas pelo acesso aos equipamentos públicos básicos; e por último, o processo

de compreensão pela população do bairro do acesso à cultura não apenas um como direito constitucional, mas como via necessária ao exercício da cidadania e importante aliada à formação da juventude na periferia da cidade.

Além disso, quanto ao movimento empreendido pelo grupo teatral, observaremos como se deu a reivindicação de produção de uma certa memória a respeito do bairro de Cidade Tiradentes, esta última orientada pelas experiências narradas por seus residentes. Quais personagens e fatos são evocados no trabalho de enquadramento da memória sobre o bairro empreendido pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas? Como as diferentes linguagens atuam para a fundamentação e atribuição da memória e da identidade vinculadas ao bairro e aos moradores de Cidade Tiradentes?

Afinal, quem são os moradores residentes de Cidade Tiradentes? Quais as imagens vinculadas pela grande mídia a respeito do bairro e dos moradores? Em que esta última se difere daquela articulada pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas e dos moradores propriamente ditos? São algumas das perguntas que buscaremos responder neste capítulo.

3.1 O bairro de Cidade Tiradentes nas pautas jornalísticas

Em agosto de 1989 o jornal O Estado de São Paulo veiculava em sua publicação diária uma reportagem de folha inteira na seção Cidades, intitulada *Cidade Tiradentes, sob o signo da rejeição*.¹ O subtítulo revela o tom da mensagem que seria lida pela classe média paulistana, público-alvo do periódico: “No bairro de 75 mil habitantes da Zona Leste de São Paulo o crime virou rotina e os moradores só pensam em uma coisa: sair de lá”. O texto, assinado por Moacyr Castro, registra uma percepção acerca do bairro e de seus moradores que se traduz em discurso sensacionalista, marcado por frases de efeito, metáforas maniqueístas e uma admirável coleção de adjetivos depreciativos.

Como salienta Tania de Luca, longe de serem obras solitárias, os jornais se tornam projetos coletivos porque agregam pessoas em torno de um conjunto de ideias, valores e crenças que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Nesse sentido, no que se refere ao conteúdo do texto jornalístico, atentar por exemplo para a escolha dos títulos e textos, que informam sobre intenção e expectativas, pode nos fornecer pistas quanto a leitura contemporânea dos acontecimentos compartilhada por seus propositores. Por outro lado, o destaque dado a

¹ CASTRO, Moacyr. *Cidade Tiradentes, sob o signo da rejeição*. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Ano 110, n. 35.118, 13 ago. 1989. Cidades. p. 34.

determinados temas, a linguagem utilizada e a própria natureza do conteúdo são elementos que não se dissociam do público que os periódicos pretendem atingir.² Sob esta perspectiva, e compreendendo a utilização do jornal como uma fonte capaz de revelar as disputas em curso no campo dos discursos e da dinâmica social, analisaremos inicialmente três reportagens publicadas entre os anos de 1989 e 1997.

O jornalista Moacyr Castro inicia sua exposição comparando o território do bairro a uma bomba relógio armada pela Prefeitura da cidade, quase impossível de desarmar, e cujo impacto primordial poderia ser facilmente verificado através dos indícios de violência urbana, que em sua perspectiva eram quase inerentes ao bairro: “**Nesse petardo chamado Cidade Tiradentes, último bairro da Zona Leste de São Paulo, a violência é a primeira explosão conhecida**”³ [grifos nossos]. Já aqui é possível dar conta de dois aspectos balizadores da visão que Castro imprime ao texto jornalístico, os quais repetidas vezes surgem em sua escrita.

“Estar perto” ou “estar longe” são ideias relacionais e que, portanto, exigem o estabelecimento de uma referência espacial. Neste caso, a centralidade na qual o autor ancora sua narrativa tem como ponto de partida a Praça da Sé, marco zero da cidade, daí que apresentar o bairro de Cidade Tiradentes como o último da Zona Leste se torna uma operação realizável. A insistente menção a um espaço geograficamente distante em relação aos bairros centrais é um dos principais recursos utilizados pelo jornalista. O segundo aspecto balizador do texto diz respeito à incessante reiteração de uma imagem violenta atribuída ao território, e da violência em si como possibilidade única de associação plausível ao bairro. Observemos o seguinte trecho:

É o **maior reduto de bandidos e invasores da Capital** essa 'cidade' de 75 mil habitantes. **Eles nem conseguem formar uma comunidade** porque todos só têm um objetivo na vida: fugir de lá. **A criminalidade é tanta nessa terra de ninguém** que a primeira e única reivindicação comum às 32 Sociedades de Amigos do Bairro do lugar é a construção de um velório. Nos últimos quatro meses, 63 pessoas foram assassinadas ali.⁴ [grifos nossos]

Além dos aspectos já citados, cabe comentar a maneira como o jornalista produz neste parágrafo um outro tipo de distanciamento, que ultrapassa as referências espaciais e geográficas que separam a si e ao leitor do periódico do morador de Cidade Tiradentes. Trata-se da distinção essencial que aparta o *Eles* do *Nós*. *Eles*, na descrição de Castro, são bandidos, invasores dos

² LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

³ CASTRO, Moacyr. *Cidade Tiradentes, sob o signo da rejeição*. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Ano 110, n. 35.118, 13 ago. 1989. Cidades. p. 34.

⁴ *Idem*.

conjuntos habitacionais, criminosos; uma população desorganizada e por isso incapaz de criar qualquer vínculo que se transforme em senso de comunidade; em meio à quantidade exagerada de associações, *eles* reivindicam apenas a construção de um cemitério para velar seus mortos, já que a morte, como consequência direta da violência, é uma instância sobre a qual possuem alguma competência, porque comungam da mesma sorte.

A construção textual elaborada por Castro parece dialogar com convicções já bem estabelecidas e difundidas sobre o bairro na São Paulo daquele período, que no ano de 1989 contava apenas cinco anos da entrega dos primeiros conjuntos habitacionais. A maioria das informações apresentadas ao longo da reportagem, como veremos adiante, baseiam-se mais em opinião feita letra, que em resultado de pesquisas comparativas e dados estatísticos confiáveis. Vejamos os seguintes fragmentos:

“A polícia chegou tarde ao **bairro mais violento da cidade**”;

“[...] ruas sem nenhuma árvore [...] entre blocos de cimento que escondem **o maior índice de promiscuidade de São Paulo**”;

“Esqueceram que uma cidade desse tamanho precisa de um pronto-socorro e um hospital. Assim, **eles ficam distante de tudo, até da saúde.**” [grifos nossos].

As locuções adjetivas utilizadas por Castro se justificam na medida em que servem tão somente para reforçar o segundo aspecto estrutural de sua lucubração, comentado nos parágrafos anteriores. Afinal de contas, quais indicadores seriam levados em consideração para apontar índices de uma suposta degradação moral, como o jornalista afirma existir no ambiente do bairro de Cidade Tiradentes a níveis extraordinários? Ainda, seria mesmo possível mensurar graus de promiscuidade? É possível calcular, apresentar e comparar, taxas de homicídio, roubos e crimes violentos, por exemplo. Este, no entanto, é um movimento do qual Moacyr Castro desvia. À exceção do número de assassinatos, apresentado nos primeiros parágrafos do texto sem menção à fonte produtora da informação, o jornalista não disponibiliza qualquer outro dado, que não o seu próprio juízo de valores morais.

Embora a criminalidade, a falta de aparelhos públicos e serviços urbanos tais como hospitais e transporte público tenham sido elementos de fato enfrentados pela população do bairro e citados ao longo da reportagem, a descrição de Castro acaba por responsabilizar os cidadãos que residem no território pelos problemas com os quais convivem, tal como na frase “*eles* ficam distantes de tudo, até da saúde”; além disso, o autor trata a violência como uma questão endêmica, uma espécie de característica intrínseca à região.

Após esta primeira apresentação, que cumpre o papel de uma vista panorâmica, a reportagem repercute ainda quatro pequenas histórias de personagens distintos. A exposição de atrocidades e crimes hediondos cometidos por residentes é descrita com ar de certa naturalidade, fazendo parecer que fossem também encarados pelos habitantes de Cidade Tiradentes como infrações comuns, parte do cotidiano experimentado por aqueles indivíduos; impunidade e ineficiência da polícia são tópicos também abordados nas retrancas da página; o autor ainda aborda o que chama de “decadência” de uma família que, em decorrência da alta dos aluguéis nos raios centrais, foi empurrada “para o **pior bairro da cidade**” [grifo nosso].

A lauda conta ainda com cinco fotografias que nem sempre fazem referência direta ao conteúdo das histórias que se lê no texto, mas complementam as principais ideias apresentadas pelo autor. Abaixo alguns exemplos de legendas:

“Menina brinca em terreno da Cidade Tiradentes: **bairro não tem centro, nem infraestrutura e é reduto de criminosos**”;

“Menino de sorte: O policial Valadares entra correndo no posto de Assistência Médica de Cidade Tiradentes com Alexandre, três anos, nos braços. **O menino, atropelado, não quebrou nada e ainda teve a sorte de ser socorrido pelo atropelador – uma cena rara no bairro**”;

“Rapaz resiste à batida: **polícia não é respeitada**”⁵ [grifos nossos].

Nestes trechos o retrato falado essencial do morador de Cidade Tiradentes, nas palavras de Castro, é representado pela figura de um contraventor, desobediente, insensível às consequências lesivas de suas próprias ações, além obviamente de sua aparentemente inevitável face criminoso. Mesmo em pequena nota sobre um acidente veicular, o jornalista não perde a oportunidade de apontar uma característica negativa, que defende como generalizada, ao informar que a assistência às vítimas de incidentes de trânsito por parte dos motoristas trata-se de “cena rara no bairro”, engrossando assim a massa de infratores do “reduto de criminosos”.

O sentido e a visão elaborados nesta reportagem ressurgem reformulados em outras notícias de periódicos diversos e em temporalidades distintas. Ainda que a linguagem, o tom e a intenção se modifiquem, permanecem centrais temas como a criminalidade e a distância do bairro em relação ao centro, este último parece delimitar de maneira geral áreas que podem ser consideradas habitáveis e mesmo civilizadas dentro do espaço da cidade de São Paulo. Veremos a seguir dois breves exemplos de notícias veiculadas entre os anos de 1995 e 1997, respectivamente.

⁵ *Idem.*

Sob o título *Cidade Tiradentes enfrenta o preconceito*⁶, a jornalista Cláudia Fontoura, em uma reportagem para o Jornal O Estado de São Paulo, que data de março de 1995, questiona estereótipos e tenta aclarar a nódoa impregnada à reputação do bairro, àquela altura já estigmatizado. No subtítulo da matéria de meia página observamos que o posicionamento da autora vai na contramão da notícia veiculada seis anos antes no mesmo periódico: “A 40km do Centro, bairro da Zona Leste **nascido há 12 anos tornou-se uma espécie de síntese do que a cidade tem de pior**, mas essa imagem, apesar dos muitos problemas, **não faz justiça ao lugar e aos seus moradores**”⁷ [grifos nossos].

O notável esforço de Fontoura em contrapor uma imagem aparentemente cristalizada do bairro e de seus habitantes acompanha todos os argumentos apresentados pela jornalista ao longo do texto. A autora contesta desde dados estatísticos populacionais, até especulações quanto às raízes capazes de justificar a fama de bairro violento. Fica evidente, nesta matéria, que o discurso jornalístico construído em torno do bairro até aquele momento, normalmente por sujeitos externos ao cotidiano do território, apoiou-se menos em evidências e mais em narrativas alarmistas:

O bairro da Zona Leste é um mito paulistano. Todo mundo já ouviu falar mal do lugar. Para muita gente o bairro é uma pequena ‘boca quente’. Ninguém vai lá para passear. Não há nada para ver, dizem, além dos milhares de habitantes que se distribuem em prédios, casas e barracos e se espremem nos ônibus.⁸ [grifos nossos].

Para desenvolver e elucidar a ideia da construção de um *mito paulistano*, Fontoura demonstra por exemplo como a estimativa da população residente do bairro divergia entre as instituições: de um lado os próprios moradores e o administrador regional contavam mais de 450 mil habitantes, de outro, a COHAB apontava para o total de 130 mil. Ou seja, ainda que ninguém soubesse informar muito bem o dado correto, depois de alcançar o status de *mito*, noção defendida pela jornalista, pouco importava a exatidão numérica acerca do fato. Para compor e confirmar o *mito*, sustentar a narrativa de um amontoado de pessoas poderia ser um caminho viável.

Na tentativa de desvincular a origem do bairro à presença do crime organizado, a autora comenta sobre a falsa suspeita de que membros do Comando Vermelho carioca teriam tentado se estabelecer em São Paulo a partir da Cidade Tiradentes, e como mesmo após esta constatação a má fama da região ainda perdurava. Na intenção de questionar também este mito, arremata:

⁶ FONTOURA, Cláudia. *Cidade Tiradentes enfrenta o preconceito*. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Ano 116, n. 37.034, 12 mar. 1995. Cidades. p.C1.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*.

“A violência está presente em Cidade Tiradentes como em outros bairros de São Paulo”⁹

[grifo nosso], e traz ainda a fala de um coronel da divisão de Comunicação Social do Comando da Polícia Militar, que compara a situação do bairro com outra área da cidade “É melhor do que muitos lugares da Zona Sul”.

No centro da reportagem observamos um pequeno mapa da capital paulista, onde se destacam dois pontos. Um indica a região central, Praça da Sé, o outro indica o bairro de Cidade Tiradentes. Abaixo do mapa lemos ainda: “Bairro tem menos crimes que outros”. O empenho da jornalista em se afastar de representações estereotipadas acerca do bairro, parece-nos acabar por reforçar em alguma medida a existência deste *mito paulistano*. Ao rebater informações infundadas – a exemplo da falsa suposição da presença do Comando Vermelho no bairro, e mesmo através da comparação dos índices de violência com outros bairros do município – prevalecem centrais em sua exposição tanto a relação direta entre violência e o bairro Cidade Tiradentes, quanto a ideia de um território longínquo representado através do mapa e presente no subtítulo do texto – que se inicia com o período “**A 40km do Centro [...]**”.



Imagem 1 – Mapa informativo, OESP.

Ao fim da matéria Fontoura investe em um movimento que muito nos interessa quando elenca, a partir da fala dos próprios moradores, fatores que representam as dificuldades por eles enfrentadas, cita como exemplos “a distância do centro, a falta de médicos, hospital e área de lazer”. Neste trecho, pela primeira vez, a jornalista tenta trazer à cena percepções e demandas elaboradas pelos personagens frente à realidade que experienciam, articulando ao texto

⁹ *Idem.*

jornalístico mais que o “disse me disse” corrente na cidade comumente formulado a partir da percepção de quem está fora. Fontoura inverte timidamente a dinâmica discursiva ao perguntar ao morador de Cidade Tiradentes o que ele próprio considera que pode melhorar em seu bairro.

Dois anos após a publicação desta reportagem escrita por Fontoura, e oito anos do texto de Castro, em março de 1997, o jornal Folha de São Paulo noticiava na seção Cotidiano de sua edição diária um texto curto, sob o título *Periferia de São Paulo mata mais que Cáli*.¹⁰ A matéria compara os índices de violência observados na cidade de Cáli, na Colômbia, aos bairros da periferia da metrópole paulistana. Naquele momento, de acordo com a notícia, Cáli era considerada uma das mais violentas cidades do mundo. Os dados, segundo Wilson Tosta, que assina a reportagem, haviam sido comparados em uma pesquisa apresentada durante o Seminário Sobre Violência Criminal Urbana, promovido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O estudo no qual se baseia a matéria estava em andamento desde o ano de 1996 e foi finalizado em 1999. Tratava-se de um dos projetos apoiados pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH previu como parte de sua execução a produção de registros que pudessem orientar o enfrentamento da violência e a alocação de recursos públicos. Assim, três projetos distintos se destacaram. Um deles, levado a cabo pelos pesquisadores Aylene Bousquat e Marco Akerman, elaborou os chamados mapas de risco de violência para quatro cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba. O objetivo, de acordo com os autores, era identificar diferenciais intraurbanos em relação à violência. “Os resultados mostraram diferenças entre os bairros de cada cidade no que diz respeito à qualidade de vida, aos padrões de criminalidade, etc.”¹¹

Voltemos à notícia. Ao contrário das duas matérias analisadas anteriormente, o texto escrito por Tosta se limita a reproduzir os dados apresentados nas pesquisas expostas durante o Seminário Sobre Violência Criminal Urbana. O jornalista fundamenta toda a sua exposição nos mapas de riscos criados por Bousquat e Akerman:

Em São Paulo, em 1995, aconteceram 111,52 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes no Jardim Ângela, 101,68 em Grajaú, 96,80 em Parelheiros (todos na zona sul), **88,83 em Cidade Tiradentes** (por 100 mil) (zona leste). **O índice geral de**

¹⁰ TOSTA, Wilson. *Periferia de São Paulo mata mais que Cáli*. Folha de S. Paulo, São Paulo. Ano 77, n. 24.807, 04 mar. 1997. São Paulo. p. 3.2.

¹¹ AKERMAN, Marco; BOUSQUAT, Aylene. *Mapas de Risco de Violência*. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 13, N. 04. Ano: 1999.

homicídios para a cidade de São Paulo, em 1995, foi bem menor que o de sua periferia: 42,59 assassinatos para cada 100 mil habitantes/ano.¹² [grifos nossos].

No ranking dos bairros mais perigosos de se viver – o índice é baseado no número de assassinatos em universo de 100 mil habitantes – a Cidade Tiradentes ocupou no ano de 1995 a quarta posição. O ponto alto da pesquisa, e da notícia, está no argumento de que as diferentes condições de vida dentro do espaço urbano impactam diretamente os índices de violência e a forma como o fenômeno da violência se manifesta, e por isso, o tema deveria ser tratado não de forma absoluta, e sim de maneira pormenorizada. A coleta e comparação de dados estatísticos obedecendo uma lógica distrital, como a produzida por Bousquat e Akerman, ofereceria neste sentido uma análise mais ampla e acurada:

Qualquer ação pública no sentido de enfrentar os problemas de sua região de forma eficaz não pode desconhecer essas diferenças [das condições de vida], pois as **áreas com maior probabilidade de seus habitantes sofrerem maiores danos ou segregação devem ter por parte de sua administração um cuidado diferenciado.** [...]

Vale assinalar que **não basta apenas indicar áreas onde o problema é mais grave; o que importa é a busca de uma nova articulação entre espaços distintos.**¹³ [grifos nossos]

A análise distrital se justifica na medida em que objetiva oferecer, de acordo com os pesquisadores, novas estratégias de administração de segurança pública, como identificar áreas focais onde a violência poderia estar associada à carência de serviços públicos, por exemplo. No caso de São Paulo os autores sugeriram àquela época uma estratégia intersetorial, depois de compreender que seria mais eficaz se os sistemas de informação de dados estatísticos das Polícias Civil e Militar fosse integrado; além disso indicaram que distribuição de recursos de segurança fosse de acordo com os tipos de delitos cometidos em cada área, após ao verificarem que mais viaturas e polícias eram alocados de forma desbalanceada nos bairros mais nobres, onde os crimes mais comuns são atentados ao patrimônio, tais como roubos e furtos. Ao contrário, onde as taxas de homicídios e crimes violentos eram mais elevadas, faltava presença e atuação mais articuladas.

O período de oito anos que separa a primeira e a última reportagem registra mudanças significativas não apenas na maneira de apresentar o recém-nascido bairro da borda periférica paulistana, mas a compreensão de como questões sociais complexas, tais como a violência urbana, exigem elaborações igualmente robustas, e ainda, o modo como estas questões podem

¹² TOSTA, Wilson. *Periferia de São Paulo mata mais que Cáli*. Folha de S. Paulo, São Paulo. Ano 77, n. 24.807, 04 mar. 1997. São Paulo. p. 3.2.

¹³ *Idem*.

ser abordadas tanto pela mídia quanto pelo conjunto da sociedade como um todo. Podemos constatar pelo uso de afirmações pejorativas elaboradas para descrever o bairro de Cidade Tiradentes, por exemplo, o nuançar das percepções: a linguagem agressiva e alarmista usada na primeira notícia analisada cede lugar, primeiro a um texto mais ponderado e contestador em 1995, para depois se transformar em um texto sóbrio, menos emocionado em 1997. Declarações carregadas de julgamentos de valores morais escritos por observadores externos perderam espaço para discursos mais comedidos e cuidadosos, apoiados em pesquisa científica e estudos sociais.

Demonstramos nos capítulos anteriores como a ausência da oferta de serviços e equipamentos públicos de fato contribuiu para a organização de grupos de moradores no interior do bairro de Cidade Tiradentes. Neste capítulo lidaremos com o confronto direto desta memória produzida e propagada pela grande mídia, apoiada pela *memória oficial*, externas ao bairro; e das memórias que os próprios moradores têm do bairro onde habitam, bem como uma certa memória que o Grupo de Teatro Pombas Urbanas buscou organizar e difundir a partir de sua inserção dentro do complexo habitacional.

3.2 “O Pombas Urbanas sempre foi essa ave que voa. Nosso sonho era voar!”

“Semear Asas” parece ter sido justamente o que fez Lino Rojas ao coordenar o projeto cultural de mesmo nome realizado em 1989, subsidiado pela Secretaria da Cultura do Estado e ofertado na Oficina Cultural Luiz Gonzaga – à época um importante aparelho cultural do bairro de São Miguel Paulista. Através do projeto, Rojas objetivava “formar atores orgânicos a partir da **investigação da origem de cada um, de sua cultura, suas relações e construir uma linguagem que expressasse a poética do jovem urbano da periferia.**”¹⁴ [grifos nossos] Compõem, na atualidade, o Instituto Pombas Urbanas, com sede no galpão Centro Cultural Arte em Construção (CCAC), localizado no bairro de Cidade Tiradentes, os atores e atrizes que, formados através deste primeiro projeto, fundaram em outubro do mesmo ano – 1989 – a *Companhia Artística Pombas Urbanas*¹⁵, e construíram a partir desse momento possibilidades para intervenção e difusão da arte, entendendo-a como motor de transformação social.

¹⁴ SOUSA, Fabiana Peixoto de. *Centro Cultural Arte em Construção: cultura e transformação em Cidade Tiradentes*. III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina. São Paulo, 2010. v. 3 n. 3. p. 477-488. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/issue/view/5919>. p. 4.

¹⁵ SANTOS, Waldir. *O Legado Artístico de Lino Rojas*. Cavalo Louco - Revista de Teatro da Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz. São Paulo, Ano 9, n. 14. p. 18-22. Julho 2014.

Antes de nos determos, no entanto, à chegada dos Pombas Urbanas – como chamam também a si próprios os integrantes da companhia de teatro – em Cidade Tiradentes, cabe aqui uma breve retomada à figura de Lino Rojas, uma personagem central para o desenrolar da história do grupo. Lino Rojas Perez nasceu no Peru, no ano de 1942. Ator, dramaturgo e diretor de teatro, Rojas se estabelece na cidade de São Paulo em meados da década de 1970, deixando sua terra natal em um momento de repressão política, dada a deflagração do regime militar em 1968, pelo general Juan Velasco Alvarado.¹⁶

Rojas traz consigo de Lima, além da formação em Artes Cênicas pelo Instituto Nacional Superior de Arte Dramática – onde esteve matriculado a partir do final nos anos 1960 em uma série de cursos livres –, experiência na militância jovem contra a ditadura, que enfrentou coletivamente irmanando-se ao grupo *Cuyac: Cultura y Rebelión*, um coletivo de estudantes e trabalhadores que atuou entre os anos 1971 e 1978. Dentre as atividades promovidas pelo coletivo destacam-se exposições de filmes no cineclube local e em bairros mais afastados do centro, bem como montagens teatrais amadoras.¹⁷ Conforme Diba (2012, p. 74), Lino Rojas deixaria seu país, no ano de 1975, pressionado pela repressão da ditadura militar.

Rojas entrega-se à causa revolucionária cultural por cinco anos. Vistos com desconfiança tanto pela situação como pela oposição, ele e os colegas bolam exposições de documentários vietnamitas ou cubanos, recitam poemas, montam esquetes, rodam um jornal e tentam **atrair principalmente os povoados, as famílias dos trabalhadores em bairros distantes do Centro**. Quando o cerco institucional aperta, ele tem 33 anos e deixa o Peru acompanhado pelo ator e diretor conterrâneo Hugo Villavicencio, com quem desembarca na estação da Luz em outubro de 1975 para contracenar com outra ditadura e outra realidade cultural. Eis o caráter visionário de um artista que transitará pelo Teatro Universitário e pelo Teatro de Rua com alunos da USP, pelo Teatro em Comunidade em interação com estudantes da UNESP de Marília e finalmente conseguirá depurar sua utopia rumo ao Leste paulistano.¹⁸ [grifos nossos].

Em São Paulo, Rojas coordenou diversos projetos culturais, atuando em inúmeras parcerias com as Secretarias Municipal e Estadual de Cultura desde a década de 1980 até sua morte, em meados dos anos 2000.¹⁹ Rojas lecionou também na Universidade de São Paulo,

¹⁶ Ver: RIBEIRO, V. V. *Do Plan Inca ao Plan Verde: o Peru de uma ditadura militar nacionalista a outra ditadura civil-militar neoliberal (1968-2000)*. Scientia Plena. vol. 10, n.12. Dezembro/2014.

¹⁷ SANTOS, Walmir. *O Legado Artístico de Lino Rojas. Cavalo Louco - Revista de Teatro da Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz*. São Paulo, Ano 9, n. 14. p. 18-22. Julho 2014. Disponível em: <https://issuu.com/terreira.oinois/docs/cavalo_louco_14>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

¹⁸ SILVESTRE, Neomisia. *Esumbaú, Pombas Urbanas! 20 anos de uma prática de Teatro e Vida*. São Paulo: Instituto Pombas Urbanas, 2009. p. 12.

¹⁹ *Grupos assumem direção artística de teatros em SP. Folha de São Paulo*, 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u17858.shtml>>. Acesso em: 15 de jun. de 2021; PAREJA, Luciana. *Grupos ocupam seis teatros com programação para o público local. Folha de São Paulo*, 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u19487.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 15 de jun. de 2021; Cia. *Pombas Urbanas se apresenta em São Paulo. Folha de São Paulo*, 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u33465.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

onde foi diretor de dramaturgia.²⁰ Segundo Sousa (2010, p. 4), os primeiros registros da atuação de Rojas em um grupo de atores datam do ano de 1979, quando foi convidado por três centros acadêmicos, o CEPEGE (Centro Paulista de Estudos Geológicos), o CAPSI (Centro Acadêmico de Psicologia) e o Centro Acadêmico da Economia da USP, para formar um grupo de teatro, que posteriormente ficou conhecido como *Treta*. O peruano ministrou ainda cursos livres no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).²¹

O trabalho e legado de Rojas, no entanto, parecem ressoar e permanecer no mundo através do modo de fazer artístico e teatral do pequeno grupo de homens e mulheres formados por Lino – como é chamado pelos seus pupilos, integrantes do grupo Pombas Urbanas. As asas semeadas em 1989 continuariam a voar.

Entre outubro de 1989 e dezembro de 1990, durante o período de aproximadamente um ano, Lino Rojas dirigiu uma equipe de três pessoas: Jaime Kuk, biólogo, mestre de Tai Chi Chuan e ator; Mariza Pinto, atriz; e o músico Armando Fernandes. Juntos, os quatro, sob a orientação de Rojas, conduziram o projeto cultural Semear Asas, na Oficina Cultural Luiz Gonzaga. A proposta consistia em oferecer oficinas gratuitas de teatro para jovens periféricos que nunca tivessem feito aulas de teatro antes. As oficinas compunham módulos trimestrais, e estes últimos um programa completo de formação artística idealizado por Rojas.

Aproximadamente oitocentos jovens se inscreveram para participar das oficinas de formação. São Miguel Paulista, como atesta a literatura, e como fazem questão de pontuar os próprios Pombas Urbanas em publicação independente, na primeira edição da Revista Semear Asas em 2008, é um bairro localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo “**habitado principalmente por migrantes nordestinos e negros**”²²:

Lino estava à procura de jovens interessados no fazer teatral, que carregados de uma bagagem cultural expressivamente brasileira e de vivências significativas desde a mais tenra infância, poderiam desenvolver um compromisso com o Teatro. **Com esses meninos e meninas, ele desenvolveria um processo que aprofundasse a construção de um ator, de uma linguagem cênica e de uma dramaturgia gerados a partir de uma identidade genuinamente brasileira, urbana e periférica.** [grifos nossos].

Dos oitocentos inscritos inicialmente, poucos cursaram o programa inteiro. Dentre estes últimos, um pequeno núcleo de 11 artistas passa a congregar – ainda sob o teto da Oficina

²⁰ SANTOS, Walimir. *Lino Rojas Vive à margem do Teatro*. **O Diário de Mogi**, 1992. Disponível em: <<https://teatrojournal.com.br/1992/07/lino-rojas-vive-a-margem-do-teatro/>> Acesso em: 15 de jun. de 2021.

²¹ TEIXEIRA, Adailton Alves. *Identidade e Território como norte no processo de criação teatral de rua: Buraco d’Oraculo e Pombas Urbanas nos limites da Zona Leste de São Paulo*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012. p. 50.

²² *Como crescem, voam e se multiplicam Pombas Urbanas*. Revista Semear Asas. Ano 01, n. 01, 2008. p. 46.

Cultural Luiz Gonzaga – a Trupe de Pombas de Rua Cucurucucu, primeiro nome do grupo Pombas Urbanas, cumprindo desta maneira um dos objetivos iniciais do projeto Semear Asas, que já previa em seu escopo a formação de um grupo de teatro. A primeira geração dos Pombas Urbanas, fundado em 1989, era formada por Adriano Mauriz, Andréia de Souza, Beto Alves, Gislaine Ribeiro, Lindiane Moretti, Luciana Melo, Marcelo Palmares, Maria da Penha, Marta Guedes, Paulo Carvalho e Valmir Santos.²³

[...] é Trupe de Pombas de Rua porque como a gente às vezes não tinha espaço pra ensaiar, a gente ia ocupar as praças, os espaços públicos. A gente já tava fazendo teatro de rua porque o Lino vinha de uma experiência muito forte na USP de teatro de rua que deu origem ao Grupo Treta, que foi um dos grupos pioneiros em 1978. Ele dirigiu e atuou nesse grupo. [...] A oficina do Lino em 89 chamava **Teatro e Comunidade**. O projeto no qual o Lino deu aula na USP e depois ele foi dar aula na UNESP em Marília, chamava **Teatro Comunitário**.²⁴ [grifos nossos]

O trecho citado acima é parte do relato concedido por Marcelo Palmares, ator e um dos fundadores do grupo, da primeira geração formada em São Miguel Paulista. Assim como os dois outros atores entrevistados para esta pesquisa, Adriano Mauriz e Paulo Carvalho, Palmares denomina *Pré-Pombas* o período de sua vida que antecede a fundação do grupo, e narra os caminhos individuais até o encontro com o Projeto Semear Asas e o peruano carismático Lino Rojas. Palmares conta que até os 16 anos nunca tinha ido ao teatro e que sua primeira experiência, em uma excursão promovida pela escola em que estudava, não lhe rendera boas impressões e lembranças. A peça se chamava Xandú Quaresma, era protagonizada por Antônio Fagundes e foi apresentada no Teatro Cultura Artística, no centro da cidade. Para Marcelo, a plateia de adolescentes que em sua maioria, assim como ele, nunca tinha assistido a uma peça teatral reagiu a experimentação com a euforia própria das descobertas, fazendo uma “algazarra enorme! Durante todo o espetáculo a gente comentava, a gente queria se comunicar”.²⁵

A resposta dos atores em cena à ferveja vinda do auditório foi imediata. Fagundes rompeu por instantes a atuação de sua personagem, paralisou a peça, ofereceu um sermão ao público como advertência ao comportamento inusual – em sua perspectiva nada adequado ao ambiente do teatro – e concluiu sua fala com as seguintes palavras, como rememora Marcelo: “Bom, agora nós vamos retomar o espetáculo e eu nunca mais vou convidar uma escola pra vir assistir os meus espetáculos!” Encolhido, depois de levar uma bronca, Marcelo se levanta com o baixar das luzes e retruca por fim: “Mas quem falou que a gente vai querer voltar?”.

²³ Em 2022, ano de conclusão da pesquisa, o grupo já havia sofrido algumas reconfigurações. Dos atores e atrizes que fizeram parte da formação inicial, restavam apenas três integrantes, eram eles: Adriano Mauriz, Marcelo Palmares e Paulo Carvalho.

²⁴ Relato de Marcelo Palmares, em entrevista realizada pela autora no dia 17 de novembro de 2022.

²⁵ *Idem*.

Após este primeiro contato, Marcelo de fato repeliu a ideia inicial de participar das oficinas de teatro oferecidas no bairro em que morava. Ainda assim, um colega insistia em incentivá-lo. Primeiro porque segundo este colega Marcelo “levava jeito”, segundo porque na Oficina Cultural Luiz Gonzaga havia “um cara muito legal que tá dando aula de teatro, o nome dele é Lino Rojas, ele é peruano.” Ao que Marcelo respondia: “Imagina! Na única experiência em que eu vi teatro o cara quase me pôs pra fora. Não vou. **É uma coisa que eu não gosto. Não sabia nem que existia teatro, imagina teatro peruano**” [grifo nosso].

A resistência se transformou em encantamento após a primeira etapa do concorrido processo seletivo para participar do Projeto Semear Asas. Ao chegar pela primeira vez na Oficina Cultural, Marcelo presenciou a finalização de uma oficina de poesia, na qual os alunos representavam os textos produzidos durante o curso. Em suas palavras: “Parece que eles tinham uma liberdade de se expressar, eu achei aquilo incrível! Pensei: quero fazer teatro!”. Marcelo foi selecionado, um entre os aproximadamente oitocentos candidatos inscritos, recebeu um telegrama informando sobre sua aprovação.

Assim como Marcelo, outros integrantes do grupo compartilharam experiências *Pré-Pombas* pouco convidativas no que diz respeito ao ambiente e à prática teatral. O universo das artes visuais e do Teatro, em si, pareceram à primeira vista pouco aderentes ao comportamento daqueles jovens exploradores em sua primeira experiência de acesso à linguagem cênica, no caso de Marcelo Palmares; no caso de Paulo Carvalho, por exemplo, que ansiava por uma oportunidade de desenvolver habilidades de expressão corporal, deparar-se em sua primeira vivência artística com um ambiente competitivo, comercial e pouco acolhedor, frustrou as expectativas de se tornar ator.

Para ambos, e para muitos integrantes da primeira geração Pombas Urbanas, o encontro com Lino Rojas em São Miguel Paulista representou uma virada de chave na concepção pessoal do que é, para quê e a quem serve a Arte, com A maiúsculo, afinal de contas. A Trupe de Pombas de Rua Cucurucucu não dura muito. Permanecem os atores e atrizes, o propósito do grupo de teatro, mas o nome se transforma porque não soava exatamente agradável aos ouvidos quando o grupo se apresentava ao final de intervenções artísticas: “Eu dizia pra eles: ‘Gente, que careta isso! Eu falava que tinha muito cu, então a gente teve que cortar. Era cu demais! Cu - cu - cu - cu, 4 cus!’”²⁶.

Nasce então, em 1989, a Cia. Artística Pombas Urbanas. O grupo vem ao mundo sem teto, e se cria na veia das intersecções práticas e teóricas existentes entre o Teatro de Rua, um

²⁶ *Idem.*

gênero teatral, e a discussão crítica de questões sociais, instigadas principalmente pela experiência de Lino Rojas, e a relação estabelecida entre este último e os adolescentes paulistanos:

O Lino trouxe essa questão da formação do ator, da pesquisa de linguagem e de dramaturgia. E uma linguagem, uma dramaturgia, que expressasse essa poética dos jovens do bairro. Então, nos espetáculos que a gente fez antes da Cidade Tiradentes, sempre falavam do nosso território, do lugar que a gente habita, a partir do nosso senso crítico, de como a gente vê aquele local.²⁷

Após a finalização do Projeto Semear Asas e a consequente fundação da Cia. Artística Pombas Urbanas ao fim da década de 1980, o núcleo de artistas que permaneceu ativo com Lino Rojas “viveu um grande período, como grupo, se deslocando em busca de um espaço, até encontrar esse galpão que estava em ruínas”²⁸ [onde atualmente é a sede do grupo, no bairro de Cidade Tiradentes]. Ocorre que a Oficina Cultural Luiz Gonzaga, depois de finalizado o contrato com Rojas e sua equipe, não cedeu mais o espaço físico de suas instalações para os ensaios do grupo recém-formado. De praça em praça, alternando locais de encontro temporários, ensaios incertos e moradias para o grupo, os Pombas Urbanas finalmente pousam na Cidade Tiradentes no ano de 2003, em um galpão abandonado, onde funcionou por muitos anos o Supermercado Tattá, um dos primeiros mercados da região.

Quando chega em Cidade Tiradentes, o grupo Pombas Urbanas já contava mais de dez anos na estrada, um portfólio considerável de espetáculos escritos e apresentados, com objetivos e identidade artística coesos e bem definidos, e algum reconhecimento da comunidade artística paulistana. As influências da dramaturgia latino-americana e os elementos que consideramos centrais do modo de fazer teatro herdado de Rojas, cite-se as discussões e cruzamentos entre temáticas como identidade e território, guiaram as criações e intervenções propostas pelo grupo desde o primeiro voo alçado em São Miguel Paulista:

No primeiro espetáculo eram *Os Tronconenses*. Tronconenses era um grupo crianças tentando explicar o que é o Brasil. Então elas representavam cenas do mundo dos adultos, pra demonstrar como adulto é muito louco. E o Lino era peruano, então ele quando vem pra cá, ele foi dar aula em Marília, na Unesp, e tinham muitos japoneses, tem uma colônia muito grande de japoneses lá. E aí ele foi perguntar pra uma japonesa porque o Brasil se chamava brasil, e ela queria explicar que vinha do pau brasil: ‘O brasil é tronco, né?’ Então quem mora em Tronconé... são os tronconenses. E aí vem essa história dos tronconenses. **Mas sempre assim, era um pouco isso: a gente falando do nosso universo, em todos os espetáculos.** *Ventre de Lona*, que inclusive é o nome do nosso teatro, foi uma peça. A gente na época ocupou um espaço, que hoje é um centro Cultural, chamado Tendal da Lapa, lá tinham famílias que vinham de desapropriações, e teve a história de que acharam um bebê dentro de uma lixeira lá. E aí o *Ventre de Lona* fala de uma criança abandonada em um teatro abandonado. E aí

²⁷ Relato de Adriano Mauriz, em entrevista realizada pela autora no dia 28 de outubro de 2022.

²⁸ *Idem*.

a gente fala da questão do abandono em todos os aspectos, da educação, dos espaços culturais. É um espetáculo que fala sobre o abandono. E o Pombas sempre teve isso. O Mingau de Concreto falava sobre o centro da Cidade. A gente sai de São Miguel pela ausência de espaços culturais e ocupa uma rua do centro, a São João. E a gente fica 30 dias fazendo um espetáculo, que é o Mingau de Concreto. [grifos nossos].²⁹

Apesar do longo percurso trilhado pelo grupo, as atrizes e atores da companhia artística aterrissam em Cidade Tiradentes no ano de 2003 na qualidade de forasteiros. Adriano Mauriz e Marcelo Palmares destacam em seus relatos o estranhamento, curiosidade e mesmo a desconfiança dos moradores do bairro em relação à chegada destas personagens consideradas tanto inusitadas como exóticas. Mauriz comenta sobre a existência de um mapeamento produzido na década de 1990 que orientava a transformação do galpão localizado em uma das principais avenidas bairro, onde havia funcionado um antigo mercado, em um espaço cultural, iniciativa esta que visava ‘reverter a situação de exílio que a população se encontra, em relação à vida cultural da cidade’³⁰. Ao que se recorda, ainda que a demanda por aparelhos culturais no bairro tenha sido em algum momento discutida pelos residentes de Cidade Tiradentes e registrada através do documento produzido neste mapeamento, a reação coletiva à chegada e instalação do grupo no galpão abandonado contou com certa resistência das figuras de lideranças comunitárias. Esta percepção aparece nos relatos de todos os entrevistados do grupo, e pode ser elucidada no trecho que se segue:

Quando a gente chegou na Cidade Tiradentes o Pombas já tinha 10 anos, já tinha viajado a América Latina, mas ninguém aqui sabia o que era Pombas Urbanas. E **todo mundo era muito desconfiado aqui nessa época**. A desconfiança era assim: ‘**Quem são esses que vão chegar, vão fazer alguma coisa e vão embora?**’ A gente dizia: ‘Mas a gente não vai embora, a gente vai ficar’; ‘Não, mas todo mundo que vem aqui vai... Nós somos [na visão de quem vem de fora] os miseráveis, nós somos os pobres. **As pessoas vêm aqui e depois de dois ou três meses elas vão embora.**’ ‘Mas a gente não vai embora...’ Então rolava essa desconfiança. [grifos nossos].³¹

Se por um lado os Pombas Urbanas foram encarados como estrangeiros ao chegarem na Cidade Tiradentes, por outro, já vinham de uma experiência semelhante quando passaram pelo Centro da cidade e se depararam naquela ocasião com outro tipo de resistência, desta vez vinda da comunidade artística. Marcelo Palmares nos traz, por meio de seu relato, a sensação experimentada individual e coletivamente, naquele momento em que parecia emergir de todos os lados o lembrete de que os Pombas Urbanas não pertenciam ou se encaixavam muito bem nem no Centro, nem na periferia da cidade: “Nós éramos os excluídos porque a gente não cabia em lugar nenhum. Sempre perguntavam pra gente: ‘Mas que escola vocês fizeram?’”, ao que

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Idem.*

³¹ Relato de Marcelo Palmares, em entrevista realizada pela autora no dia 17 de novembro de 2022.

respondíamos: ‘A gente fez Oficina Cultural Luís Gonzaga!’. ‘Ah não, então vocês não podem atuar. Vocês não são atores! Você não pode ser atriz!’”³²

Para a comunidade artística era assim: ‘O Pombas Urbanas não é mais um grupo de teatro, **agora eles trabalham com os pobres. Eles são uma ONG assistencialista, porque a gente veio trabalhar com os pobres. E os pobres éramos nós, é sempre bom lembrar!** [Dando gargalhadas] Porque quem faz teatro parece que você está numa outra esfera, que você deixa de ser uma pessoa comum... você é exótico. E nós não éramos exóticos! **Nós éramos descendentes de nordestinos, assim como eles [se referindo aos moradores de Cidade Tiradentes], filhos de migrantes nordestinos, do bairro de São Miguel Paulista! Pro centro nós éramos: ‘Quê? Pombas Urbanas?’, chegava aqui [na Cidade Tiradentes]: ‘Quê? Pombas Urbanas?’ A gente não era de era de lugar nenhum! A gente era tipo um ornitorrinco: você não sabe se é mamífero porque bota ovo; mas bota ovo e dá leite? A confusão na cabeça de todo mundo. E o Pombas Urbanas sempre foi essa ave que voa. Nosso sonho era voar!**’ [grifos nossos].³³

O reconhecido pioneirismo de Rojas, bem-visto na contemporaneidade e estimado pelos artistas, dramaturgos e diretores, seus coetâneos do Teatro de Rua paulistano, não foi unânime entre o meio artístico e teatral daquele período. Da mesma maneira, o grupo formado por Lino Rojas, não contou com ampla aceitação do que chamaremos de alto escalão comercial de artistas formados pelas grandes e renomadas escolas de teatro da cidade de São Paulo. Ser artista nos anos 1990, como afirma Marcelo Palmares, era atividade para quem sabia “falar com uma voz empostada”, como fizera Antônio Fagundes na desastrosa experiência inaugural do futuro ator:

Nós éramos atores populares, a gente saiu de São Miguel Paulista, então a gente ouvia Luís Gonzaga e já rebojava, já mexia o quadril. A gente nasceu aí, ouvindo Luiz Gonzaga, Raul Seixas, Legião Urbana. Até quando a gente veio pra Cidade Tiradentes, um dia veio um grupo super reconhecido aqui e eles disseram: ‘Mas a gente não entende. O que vocês são?’, e a gente respondia: ‘Nós somos um grupo de teatro!’; ‘**Não é possível que você seja do teatro. Isso não é o Teatro!**’. Isso já em 2008.³⁴ [grifos nossos].

Remando contra o evidente preconceito de origem e formação artística de um lado, entre a parcela dos artistas que não o reconheciam enquanto grupo de teatro; e a desconfiada antipatia de outro, entre os moradores de Cidade Tiradentes que não concordavam ou não compreendiam muito bem o propósito e a urgência da presença de um aparelho de cultura institucionalizado dentro do bairro, os Pombas Urbanas se instalam nos escombros de uma construção abandonada.

Após a falência do Supermercado Tattá, até a chegada dos Pombas Urbanas – um hiato de aproximadamente dez anos –, o galpão abrigou um ferro velho e foi palco de incêndios no

³² *Idem.*

³³ *Idem.*

³⁴ *Idem.*

período em que esteve completamente abandonado.³⁵ No ano de 2003 a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo faz a cessão do espaço ao Instituto Pombas Urbanas por regime de comodato, por vinte anos.³⁶ Sousa afirma que o grupo teria recebido a proposta de ocupação do galpão durante a realização de uma capacitação junto aos moradores de um conjunto habitacional localizado na Zona Sul da cidade; Teixeira, em pesquisa aprofundada sobre o grupo, sustenta – a partir de entrevistas feitas com os integrantes do Instituto – que a cessão do galpão pela COHAB seria fruto do projeto *Da comunidade ao teatro, do teatro à comunidade*, contemplado pelo Programa de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo. O referido projeto tinha como objetivo, de acordo com a autora, a ocupação de um espaço em Itaquera – bairro da Zona Leste, a aproximadamente dez quilômetros de distância de Cidade Tiradentes – este, no entanto já era ocupado por uma comunidade espírita. Os Pombas Urbanas julgaram por bem “não misturar as coisas, por sentirem certa resistência dos religiosos em dividir o espaço. A COHAB, então, oferece ao grupo outro galpão em Cidade Tiradentes”³⁷.

Em entrevista, Marcelo Palmares relembra como foi a chegada do grupo ao galpão de 1.600m², sem telhas, chão de terra batida e apinhado de entulho. Os reveses, no entanto, eram todos refutados por Rojas, que vislumbrava possibilidades extraordinárias e convidava o grupo à ação:

A gente vem pra cá com um projeto chamado *Da comunidade ao teatro, do teatro à comunidade*. Era um projeto de dois anos, apoiado pela Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo. Chegamos aqui e começamos a organizar esse galpão: todo o recurso que a gente tinha a gente investiu no galpão, porque a gente tinha um contrato de comodato com validade de vinte anos, que foi renovado agora no governo Haddad por mais vinte. Então a gente reformou o espaço com recurso nosso. As pessoas vinham perguntar: ‘O quê que é aí?’. O Lino falava: ‘Esse lugar é mais que um espaço pra um grupo de teatro, isso aqui dá pra ser um Centro Cultural!’, e a gente falava: ‘Nossa, o Lino pirou né? Tá tudo quebrado!’; ‘Lino, mas é muito longe!’, eu lembro da gente falando pra ele. ‘Longe de onde? Vocês moravam aqui em São Miguel Paulista. Longe do Centro, onde vocês estão agora? Vocês não têm a cultura do Centro, vocês têm o costume. Costume não é cultura. A cultura de vocês não é a do Centro – Ele respondia. **Aí a gente falou: ‘Lino, mas tem 5 toneladas de entulho pra tirar daqui!’**, ele falou: **‘E o que vocês estão esperando pra começar a tirar?’ Então todas as nossas respostas eram derrubadas pela vida, pela prática vivencial que o Lino trazia.** [grifos nossos].³⁸

³⁵ SOUSA, Fabiana Peixoto de. *Centro Cultural Arte em Construção: cultura e transformação em Cidade Tiradentes*. III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina. São Paulo, 2010. v. 3 n. 3. p. 477-488. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/issue/view/5919>. p. 4.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ TEIXEIRA, Adailton Alves. *Identidade e território como norte do processo de criação Teatral de rua: Buraco d’oráculo e Pombas Urbanas nos Limites da Zona Leste de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Artes): Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012. p. 140.

³⁸ Relato de Marcelo Palmares, em entrevista realizada pela autora no dia 17 de novembro de 2022.

O olhar treinado de Lino Rojas foi certeiro. Lino transmitira aos Pombas Urbanas, junto ao método todo intuitivo e combativo de produzir teatro, a perspectiva sensível de um observador atento à realidade e o faro apurado às grandiosas histórias que, para se tornarem espetáculos, carecem de apenas uma pitada de fantasia: “Vocês não estão entendendo... **se a gente quer fazer teatro, o teatro que a gente faz, as histórias estão aqui!**” [grifo nosso], dizia Rojas incansavelmente aos pupilos para convencê-los. (TEIXEIRA, 2012, p. 140).

Rojas surge enfim, nos relatos de nossos interlocutores, como a figura de um diretor que buscou explorar lugares de alteridade. Desde o idioma materno, que ao invés de atrapalhar a comunicação entre os atores por ele formados e dirigidos, possibilitou a ampliação e descoberta de uma compreensão e linguagem que fossem comuns a um grupo heterogêneo de pessoas; até as fronteiras culturais observadas por Rojas, um peruano vivendo em São Paulo, investigando e representando através do corpo dessemelhanças e compatibilidades tanto no âmbito local – nos aspectos ligados à experiência paulistana, brasileira –, quanto no âmbito internacional – ao localizar e relacionar o cenário brasileiro à uma perspectiva mais ampla, latino-americana especificamente:

O Lino contou que as imagens mais impressionantes que ele teve quando chegou aqui em São Paulo foram, primeiro, a de um menino de rua na Praça da Sé, em situação de rua, preto, que o policial pegou pelo pescoço, deu uma chave e tentava dar com o cacete na cabeça dele. O menino, mesmo preso, tinha uma agilidade para se desviar e o policial acaba de auto batendo. A outra imagem que ele nos dava era a dos surfistas de trem, que tinha muito nos anos 80. Ele no dizia: ‘O cara que consegue surfar num trem e que consegue se desvencilhar de um policial para não ser agredido na cabeça é capaz de explodir as máscaras da comédia e Dell’Arte. Não há expressividade que contenha esse jovem!’

Lino Rojas é assassinado no ano de 2005, vítima de latrocínio, assalto seguido de morte. Os Pombas Urbanas a partir de então levariam adiante os ensinamentos do mestre e passariam a colorir e descobrir os dias em Cidade Tiradentes. Junto à morte de Lino, necessidades e reponsabilidades tais como a autogestão financeira e estratégica, escrita e direção dramáticas, se impuseram ao grupo. Em determinado momento, após a morte de Rojas, surge e se alastra na cena teatral da cidade a falsa notícia do término do grupo, que pelo contrário tentava se manter ativo, a perseguir a prática e o ideal artísticos apreendidos com Lino:

Perdemos o Lino em 2005. Daí a gente passa a ter que cuidar do galpão, dar aula, e a gente não tinha espetáculo mais. [...] Então a gente começa a cuidar do balcão e começa a rolar um burburinho de que o Pombas tinha acabado enquanto grupo de teatro. Aí em 2006 a gente recebe uma ligação do MTR, que é o Movimento de Teatro de Rua de São Paulo falando assim: ‘A gente quer fazer uma mostra de teatro e a gente queria fazer uma homenagem pro Lino, então vai ser uma mostra de Teatro de Rua e o Lino foi muito relevante pro Teatro de Rua de São Paulo. Assim surge a Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas no ano de 2006. A gente faz uma consulta com a família do

Lino, pra saber se estava tudo bem, e a única reivindicação que eles colocam é que a Mostra termine na periferia. Eu lembro de uma fala do Diego e do Daniel, que são filhos do Lino: ‘Meu pai sempre trabalhou pela descentralização do teatro, então a gente quer que a Mostra termine na periferia. Daí o MTR topa e o encerramento da Mostra é aqui na Cidade Tiradentes. [ele chora] [grifos nossos].³⁹

A reação do grupo à perda trágica de Rojas foi a imediata reclusão. Durante aproximadamente uma semana os moradores de Cidade Tiradentes se perguntaram sobre o paradeiro daquelas personagens, que àquela altura já faziam parte do cotidiano do bairro. Palmares conta do momento em que a mãe de uma criança que frequentava o galpão, líder comunitária, em nome da coletividade, sugere a retomada das atividades no Centro Cultural Arte em Construção, ela os dizia: “A história de vocês passa a ser parte das histórias do bairro. Essa tragédia que vocês estão vivendo é parte das tragédias que se vive aqui em Cidade Tiradentes, mas eu gostaria muito de pedir pra vocês repensarem a atitude de manter o galpão fechado porque a minha filha está chorando em casa.”⁴⁰ A partir deste momento o status e percepção dos moradores do bairro em relação ao grupo começa a se transformar. Em consonância, os Pombas Urbanas passam a ocupar os espaços e as feiras públicas do entorno para divulgar o trabalho que desenvolviam, promover intervenções teatrais e trocar com as instituições educacionais.

Em dezembro de 2008 o grupo Pombas Urbanas lança mão da primeira edição da Revista de Semear Asas. De publicação anual, a iniciativa fez parte do projeto *Arte em Construção: Semeando Asas na Comunidade*, que foi contemplado pelo Programa de Democratização Cultural do grupo Votorantim. A revista nasce, de acordo o editorial, com o objetivo de registrar as atividades realizadas naquele ano, além de servir como “documento imprescindível à travessia junto ao público local”. A proposta era que o periódico servisse como um canal para a comunidade e o entorno, e numa busca ousada intentava ainda demarcar “espaço cativo às diferentes experiências acerca da prática e da recepção do Teatro Comunitário no Brasil e na América Latina”.

O anuário conta com dezesseis artigos de assuntos variados: desde o histórico de ocupação do bairro de Cidade Tiradentes e a agenda internacional de um congresso mundial de teatro, até a trajetória do grupo Pombas Urbanas e o perfil de personagens relevantes para a cena artística do bairro. Interessa-nos nesta publicação, no entanto, o trecho da última matéria, intitulada *Como crescem, voam e se multiplicam Pombas Urbanas*. Neste texto as fases do

³⁹ Relato de Marcelo Palmares, em entrevista realizada pela autora no dia 17 de novembro de 2022.

⁴⁰ *Idem*.

percurso trilhado pela companhia de teatro são apresentadas de maneira análoga aos estágios da vida biológica de um ser humano: nascimento, adolescência e juventude, e por fim reprodução.

Na fase de reprodução, quando os Pombas Urbanas se multiplicam, o editorial expõe os frutos dos cursos de formação e aprofundamento às técnicas teatrais lecionados no espaço do Centro Cultural Arte em Construção, e assinala o nascimento do Núcleo Cultural Filhos da Dita. A forma como são descritos os integrantes do novo núcleo, a compreensão do papel atribuído à figura do ator, e os impactos da atuação dos Pombas Urbanas no bairro são aspectos que nos chamam a atenção:

Jovens, em sua maioria de origem nordestina e negra, carregados de histórias, memória e da cultura representativa de nosso país (assim como os adolescentes de Lino) conhecem o Teatro e decidem atuar dentro e fora dos palcos. São atores da comunidade, da vida, porta-vozes do Teatro dentro de seu território, referências para outros adolescentes e crianças; além de parceiro no exercício de aprofundar e fazer crescer o que Lino nos ensinou. Com eles trilhamos intensos dias de festa, trabalho, superação e muito aprendizado. A palavra que melhor define todos o processo é TRANSFORMAÇÃO. **Com o projeto, por diversas vezes, o bairro saiu das páginas policiais e entrou nos cadernos e roteiros culturais da cidade de São Paulo.**

Estamos contentes a caminho dos 20 a caminho dos 20 anos do grupo. Temos consciência de que o sentido de ‘ser Pombas Urbanas’ envolve muita gente. As asas pelas quais o Lino tanto lutou e insistiu para nascerem em nós continuam batendo e sendo semeadas em outros jovens. **Ser ator é lidar com as especificidades humanas, no campo dos sonhos e das relações, é compreender a lágrima, o riso, a dor e a alegria. Mas também é compreender nossa história, vincular-se profundamente à realidade, ao tempo presente. Semear asas é criar diálogos, é ser coletivo, é sempre dar espaço ao aprendizado.** Em 2009 novos capítulos virão e continuaremos nosso caminho, fazendo Teatro, buscando sempre melhorar e melhorar a vida! [grifos nossos].⁴¹

Os atores e atrizes do grupo Pombas Urbanas se reconhecem e identificam com a população do bairro de Cidade Tiradentes especialmente porque encontram nesta última características que dialogam com sua própria origem. Tanto no trecho acima destacado, como no relato de Marcelo Palmares transcrito nas páginas anteriores, a origem migrante, especificamente nordestina, surge como fator que orienta a compreensão da experiência e aproxima as vivências destes indivíduos.

Em uma matéria curta do jornal Folha de São Paulo, de setembro de 2003, intitulada *Cidade Tiradentes é memória negra*, Valter Hylário, identificado pelo jornal como diretor de políticas públicas de uma Sociedade Comunitária e morador do bairro, comenta sobre o processo de gentrificação de bairros centralizados a exemplo da Casa Verde, Limão, Vila

⁴¹ *Como crescem, voam e se multiplicam Pombas Urbanas*. Revista Semear Asas. Ano 01, n. 01, 2008. p. 49.

Prudente, Ipiranga, Vila Formosa e Jabaquara, e a consequente expulsão da população negra destas regiões. O espraiamento de parte deste contingente, de acordo com Hylário, passaria a residir no Conjunto Habitacional porque não conseguir suportar o custo de viver na região central: “Sem querer, acabaram unindo várias populações negras de São Paulo. Cidade Tiradentes é a memória do negro. A partir da consciência desse fato, criamos uma identidade cultural criativa”.⁴² Em 2020, por exemplo, a Cidade Tiradentes ocupou a quinta posição no ranking dos distritos com maior população preta e parda da cidade de São Paulo, seguida pelo bairro de Itaim Paulista, na sexta posição.⁴³ Não por acaso, os Pombas Urbanas enxergavam um pouco de si mesmos quando aportaram em 2003 no galpão que passaria a abrigá-los, apesar da resistência inicial dos moradores do bairro à chegada do grupo.

Inserir, por fim, o bairro de Cidade Tiradentes na rota cultural da cidade e a partir deste movimento observar não apenas a apropriação positiva de uma florescente identidade periférica, mas verificar sobretudo que, ao contrário dos textos jornalísticos analisados no início deste capítulo, era possível e necessário se afastar do *mito*, expandir tópicos e produzir conteúdos sobre o bairro que transcendessem as páginas policiais dos grandes jornais.

3.3 “Vou dizer, vou falar, o *Café Memória* é pro povo relembrar as histórias lindas que passou neste lugar”



Imagens 2 e 3: Convites produzidos pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas para divulgação dos Eventos Café Memória.

Entre os anos de 2013 e 2015, por aproximadamente dois anos, o grupo Pombas Urbanas articulou encontros em diferentes espaços no interior do bairro de Cidade Tiradentes. Estes

⁴² *Cidade Tiradentes é a memória negra*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 21 set. 2003. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2109200303.htm>. Acesso em 10/12/2022.

⁴³ *Mapa da Desigualdade*. Rede Nossa São Paulo, 2020. p. 12.

eventos foram chamados *Café Memória* e fizeram parte do processo de pesquisa e escrita dramáticas do grupo, para a posterior construção de um espetáculo. Através de sua criação, os Pombas Urbanas intentaram promover um espaço de trocas e diálogo entre a população residente do bairro. As discussões geradas nestas reuniões, as histórias e memórias compartilhadas ressurgem na linguagem teatral, através da peça *Cidade Desterrada*, lançada em 2014, que em contraposição ao que o grupo chamou de *história oficial do bairro* – aquela institucional sobre a qual nos debruçamos no primeiro capítulo – buscou responder questões tais como: “O que era aqui antes? [da COHAB]”; “Que histórias mostram a *identidade* deste território? Quais histórias acontecem ali, na luz acesa daquele apartamento?” [grifos nossos].

O movimento e a criação dos *Cafés Memória*, que surge a partir da necessidade primeira do grupo de conhecer tanto o ambiente do bairro, como as vivências de seus moradores, provocou – e aqui defenderemos que pressupôs – a organização e difusão *de uma certa memória* que fosse comum aos moradores de Cidade Tiradentes. A pesquisa e reconhecimento de campo já faziam parte também do método e do processo de criação dos próprios artistas.

É possível enxergar nas falas, proposições e provocações dos integrantes do grupo durante esses encontros, uma preocupação não só com a apreensão de uma memória em teoria já fixada ou de alguma maneira estabelecida entre os habitantes do bairro, mas com a organização, registro e difusão de uma memória que se atentasse em enfatizar o caráter militante dos moradores para transformar o bairro de Cidade Tiradentes nessa espécie de “milagre” – um morador usou essa expressão durante uma das rodas das quais tivemos acesso na pesquisa – observada no momento de produção dos encontros. Os moradores falam de terem sido “jogados” na Cidade Tiradentes, citam em certo momento o governo Maluf como protagonista desse “despejo”, porque não havia lugar mais barato pra ir. É milagrosa a transformação de um bairro que, tão abandonado quanto o galpão que se tornaria o Centro Cultural Arte em Construção, nasce realmente bairro e comunidade habitável através da percepção dos moradores de uma necessidade de agirem em conjunto para conceber a Cidade Tiradentes tal qual era possível observar após 30 anos de sua fundação, no ano de 2014.

O modo de fazer teatro dos Pombas Urbanas – pensando aqui em todas as etapas do processo de criação do grupo, desde a pesquisa inicial até o produto final, o espetáculo – reflete, como argumenta Teixeira, os anos de aprendizagem e prática ao lado de Lino Rojas:

Desde o princípio, o grupo tinha a preocupação de estar integrado com a comunidade. Durante as oficinas com Lino Rojas em São Miguel Paulista, uma das tarefas era observar os lugares e as pessoas para demonstrar aos demais colegas. Por isso, as

primeiras performances refletiam o universo no qual estavam inseridos. Uma das primeiras criações chamava-se **Os pássaros chorões que vieram da Bahia.** Era uma intervenção que apresentava dois pássaros que pousavam na praça após chegarem da Bahia, eram saudosistas e refletiam sobre si. Por não haver casa de espetáculo em São Miguel Paulista, Adriano Mauriz, na citada entrevista, afirmou que a rua foi o caminho esperado, natural. Tudo o que criavam acabava sendo experimentado na praça. **Merecem destaque os elementos identitários, a busca pela própria história, que desde o princípio eram trabalhados por Lino Rojas, o que, no decorrer do processo de formação dos jovens atores, levou-os à consciência de si e da própria realidade.** Ainda segundo Adriano Mauriz, nessa mesma entrevista, Lino Rojas trabalhava a formação de atores aliando a pesquisa de linguagem e de dramaturgia; por isso quase todos os espetáculos criados por eles, em parceria com o mestre, foram elaborados em um processo coletivo. [grifos nossos]. (TEIXEIRA, 2012, p. 48)

Neste sentido, é possível perceber não apenas método, mas também intenção no fazer teatral herdado por Rojas. Este modo de fazer parece evidente justamente na concepção e realização dos eventos *Café Memória*: a pesquisa sobre o bairro, aliada a pesquisa coletiva de linguagem e dramaturgia do grupo, servem ao diálogo com a comunidade para a percepção da realidade social, e sobretudo para a construção conjunta de uma certa memória e identidade sociais ligadas à Cidade Tiradentes e aos seus moradores.

Embora o formato dos encontros promovidos pelos eventos *Cafés Memória* fosse inédito, a concepção que movia as atividades desenvolvidas pelos Pombas Urbanas já buscava conectar a realidade social observada no bairro de Cidade Tiradentes à linguagem teatral, bem como aos textos dramáticos escolhidos para a produção de novos espetáculos. Adriano Mauriz, em entrevista, dá o exemplo da escolha do texto *Histórias para serem contadas*, do dramaturgo argentino Osvaldo Dragún:

Por exemplo, o *Histórias para serem contadas* são várias histórias, mas uma história em especial é muito relevante, que é a sensacional história do homem que virou cachorro. É a história de um cara que nunca conseguia nenhum emprego e aí um dia morre um cachorro numa fábrica, que era o cão que ficava lá de segurança. E então esse cara fala: 'Eu posso ser esse cachorro', e aí ele arruma um emprego de cachorro, e assim ele vai virando um cachorro, ele se torna um cachorro. Um dia eu tinha ouvido uma história aqui dum cara, ele falou que era o primeiro dia dele como segurança e não apareceu ninguém pra cobrir ele. Ele tinha ficado já 12 horas, e aí ficou mais 12. Voltou o turno dele e ele ficou mais 12. Ele ficou 36 horas acordado. E ele achou que estavam testando ele: 'Acho que ninguém vai me cobrir pra eles verem se eu vou ficar mesmo. E aí ele teve um problema, entrou em colapso, surtou lá, e ele teve que se aposentar esse cara, porque ele ficou 36 horas trabalhando. Eu escutei essa história na fila do banco, aqui em Guaianazes, e era um cara da Tiradentes. **A gente sempre ouvia muitas histórias dessa precarização do trabalho de uma maneira muito intensa. A Cidade Tiradentes como um bairro dormitório, em que a pessoa demora três horas pra chegar no trampo, mais três horas pra voltar; se submete às vezes a situações terríveis de trabalho, de precarização, porque tem que**

sobreviver. Então eram histórias recorrentes que a gente ouvia, e aí a gente pegou esse texto.⁴⁴ [grifos nossos].

Este esforço tem que ver com o entendimento das funções do ator e do teatro na perspectiva do teatro comunitário, e com a prática levada a cabo sob a direção de Rojas. Após sua morte, o grupo leva um tempo para começar a escrever e dirigir os próprios espetáculos. A peça *Cidade Desterrada* marca este retorno, que por sua vez se associa diretamente ao percurso trilhado inicialmente através dos *Cafés Memória*:

Então o primeiro espetáculo que a gente retoma essa prática, que a gente mesmo se dirige já sem o Lino, é o *Cidade Desterrada*. O *Cidade Desterrada* é um espetáculo que vai falar da **memória** e da **identidade** de Cidade Tiradentes, e pra isso a gente faz um trabalho de pesquisa e de escuta das pessoas da comunidade. Sempre teve no espaço uma participação da comunidade, a gente chamava de festas comunitárias. Era a festa junina, o samba de roda. São espaços que a gente não tinha que fazer a programação, a própria comunidade fazia a programação do galpão. Sempre teve uma escuta para que os projetos partissem do que emergia da própria comunidade. E aí nesse espetáculo a gente faz esse espaço de contar histórias, que se chama *Café Memória*. **Foi uma maneira que a gente criou para que as pessoas que a gente já convivia aqui no bairro tivessem um lugar pra contar sua história.** Durou mais de um ano, dois anos pelo menos. Mesmo depois de estrear a gente manteve, porque foi uma coisa muito gostosa, foi um espaço muito acolhedor. Se tornou um lugar muito daora, inclusive da galera cobrar de a gente fazer: ‘Vocês não vão fazer mais?’ **O Café Memória era isso, era um espaço que a gente escutava as histórias e a gente tinha o exercício de organizar algum exercício que a gente achou daora, numa escrita dramatúrgica, e encenar isso num outro Café.** Às vezes como uma performance, às vezes nem era tão bem escrito assim, a gente improvisava, mas a gente partia das histórias contadas. **A ideia é que as histórias das pessoas poderiam ser representadas por nós.** O Lino quando ele chegou aqui ele queria fazer uma mostra de cinema, aí ele tirou uma foto dos prédios aqui de trás. A mostra seria exatamente na semana que ele morreu, mas a gente cancelou. Mas cada janela ele pôs um olho. E aí ele falava: ‘Olha, se a gente quer contar histórias, aqui tá cheio de história’. **Então isso sempre permeou um pouco um desejo nosso de trazer essas histórias pra cena. E aí o Cidade Desterrada acaba falando do bairro, mas tem três eixos: memória, identidade e território.**⁴⁵

Enfim, sobre as dinâmicas do *Café Memória*: os encontros aconteceram com frequência espaçada variável durante pouco mais de dois anos, em diversos espaços de formação cultural formais e informais do bairro, alguns encontros aconteceram também a céu aberto, em praças públicas. O grupo, em cada encontro, apresentava uma performance/encenação inicial e provocativa que delinearía os rumos e tema da conversa. Constantemente, os Pombas Urbanas também intervinham na discussão, instigando e mediando o debate. Sempre em roda, as pessoas compartilhavam então o que viesse à mente, fossem memórias do passado ou anseios para a vida futura, o cotidiano como moradores do bairro de Cidade Tiradentes, os problemas sociais,

⁴⁴ Relato de Adriano Mauriz, em entrevista realizada pela autora no dia 28 de outubro de 2022.

⁴⁵ *Idem*.

as preocupações, as conquistas, as ações, embates com os poderes públicos, e enfim, toda a gama de assuntos que permeava a realidade social vivenciadas por estes sujeitos:

O *Café Memória* é isso aí: a gente faz um café, convida as pessoas do lugar e troca ideia sobre temas que tenham a ver com esse lugar. E através disso a gente vai pesquisando pra escrever um texto. O texto ainda não tá escrito, hoje a gente ouviu algumas histórias, a gente improvisou uma cena. A gente cria na semana.⁴⁶

Este material, portanto, repleto da presença de antigos e novos moradores do bairro, caracteriza-se como fonte preciosa para a escuta das memórias destes sujeitos e sobretudo para compreender como buscou articular *memória e identidade* o Grupo de Teatro Pombas Urbanas com a criação do espaço simbólico representado pelos eventos *Café Memória*.

3.4 “Adeus velho sertão que deixou a gente e viva a atual Cidade Tiradentes”

Mobilizados por um propósito central de reconhecimento do ambiente em que passaram a atuar desde o ano de 2004 e pela necessidade de dialogar com as pessoas que habitavam o bairro, os Pombas Urbanas elencaram temas caros à construção das futuras narrativas teatrais que, em retorno, apresentariam à comunidade:

[...] A gente quer pegar como tema *Território, Memória e Identidade*, então o *Café Memória* surge como um lugar... porque se a gente não sabe essa história, também a gente não constrói essa **identidade** desse lugar que nós estamos falando. Muitos lugares que a gente vai os próprios jovens não têm claro o quê que é o bairro, qual a história, onde nasceu, quê que tem aqui, nem se é bairro mesmo ou se não é. [...] **Construir uma identidade é fundamental até pra gente ir pra frente, né?** Onde eu moro? Como é onde eu moro? Se eu não conheço como eu vou pra frente?⁴⁷ [grifos nossos].

Nesta equação devemos somar também um outro fator: como responder às perguntas das crianças e jovens que, por acaso, em uma das aulas ministradas pelas atrizes e atores do grupo no CCAC, questionassem sobre a história do bairro em que moram? Se o estabelecimento de uma relação com a população jovem de Cidade Tiradentes figurava enquanto objetivo central dos Pombas Urbanas, era preciso saber comunicar. Como, através da arte, situar indivíduos no tempo? No desenrolar histórico? O fio condutor da memória parece ter servido enquanto uma das respostas.

⁴⁶ Fala de Adriano Mauriz, integrante do Grupo de Teatro Pombas Urbanas, no *Café Memória* realizado em abril de 2014, no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

⁴⁷ *Idem*.

Se compreendermos, junto a Halbwachs, a memória enquanto fenômeno coletivo e, portanto, construído coletivamente⁴⁸ – deste modo sujeito a flutuações, transformações e constantes mudanças –, é possível interpretar e encaixar a ação dos Pombas Urbanas no âmbito de uma mediação institucional, que por meio de ações culturais buscou viabilizar justamente a efetiva elaboração e reelaboração desta memória. Ainda assim, o grupo não procede de forma definitiva entregando como resposta uma memória concludente, fixa. Pelo contrário, a ação é interrogativa: convida à construção, e obviamente, sugere olhares e ênfases possíveis.

Brincar com a realidade pode ser tarefa fácil ao teatro, talvez figure até como objetivo. A realidade dos moradores de Cidade Tiradentes por vezes dialoga com uma sensação de exílio quanto ao resto da cidade, abandono do Estado, a percepção e o convívio com as altas taxas de criminalidade, violência, preconceito de origem social, racismo e tantos outros atravessamentos que emergem nos sujeitos como reflexos de estruturas sociais desiguais – estes coeficientes ficam evidentes em muitas falas de moradores antigos. Os Pombas, no entanto, ao conversarem com todas essas questões, buscavam imprimir e enfatizar outros aspectos da existência dos moradores do bairro.

Neste sentido, ao relembrares momentos áureos e por vezes os infortúnios do bairro, os moradores, enquanto teciam e organizavam coletivamente a memória de Cidade Tiradentes, forneciam ao grupo os retalhos que seriam costurados nos próximos espetáculos. Antes da aquisição de terrenos pela COHAB ao fim da década de 1960, o território hoje conhecido como Cidade Tiradentes, abrigou famílias de pequenos produtores, trabalhadores da terra. Nos encontros *Café Memória* os relatos de Dona Marcília ecoaram como importante elo de conexão entre paisagens e tempos dissonantes – seus relatos, na verdade, foram os únicos a abordar o período mais distante anterior a chegada da COHAB no material em vídeo recuperado durante a pesquisa. Marcília nos dá notícias do que foi posto abaixo para que os prédios padronizados se erguessem:

Se caísse naquele tempo no rio com a boca aberta engolia o peixe vivo! [todos riem]
E a gente ia andando dentro da água assim e os caranguejos vinham com um ferrãozinho no pé pra morder [faz o movimento com o corpo em referência ao caranguejo]. Agora não, agora se cair aí, meu Deus do céu... tem que fazer uma lavagem logo se não morre intoxicado. [todos riem]. Mas eu tô muito feliz, muito contente, agradeço a Deus por eu estar nessa idade ainda andando por aqui e contando as minhas histórias e arrumei uma enorme família. [...] A minha família mora longe, mas eu tenho uma enorme

⁴⁸Ver: HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

família. [referindo-se aos amigos feitos no espaço do Centro Cultural Arte em Construção].⁴⁹

Poetisa, Marcília Ribas Sodré compartilha com seus interlocutores as memórias de sua infância, que por vezes são expostas inclusive em forma de poesia. Rios limpos, a dinâmica das feiras livres, a presença de animais que já não se arriscam em meio aos prédios e até as lendas correntes de criaturas extraordinárias, fazem parte dos assuntos rememorados por Dona Marcília, como era chamada pelos amigos artistas e pelos moradores do bairro. Presença marcada nos *Cafés Memória*, a poetisa pôde por mais de uma vez narrar as modificações que observou no território após a chegada da COHAB. Tais mudanças, como recorda, não foram apenas físicas: a relação com a terra e com a natureza de forma geral, bem como as relações sociais e comerciais mudaram à medida que uma nova paisagem se impôs no horizonte.

Neste último trecho de fala podemos destacar ainda um outro aspecto de partilha que se torna possível através dos encontros periódicos dos eventos *Café Memória*: a formação de novas redes de apoio, para além da reafirmação das redes já existentes. Marcília fala de uma “enorme família” com quem pôde compartilhar suas histórias, regadas de poesia e muito bom humor.

Multiartista, se assim podemos chamá-la, Marcília compartilhou no encontro anteriormente citado uma canção escrita por ela. *O tempo*, versa sobre essas passagens e transformações:

Quando eu era menina onde eu morava não tinha nada
Não tinha ônibus, nem tinha estrada

Para estudar era uma caminhada
Pensando em ser um dia alguém
Passou o tempo tão de repente
Envelheci, não fui ninguém

Fui boa filha e boa esposa
Cumprir os meus deveres
Mas uma boa mãe eu nunca pude ser
Não pude dar aos meus filhos o que sempre sonhei

Os filhos já cresceram e todos se casaram
Eu ainda continuo no lugar onde nasci
De sertão virou cidade, *o progresso* está aí

Os rios que eram lindos
Água limpa e corrente
Que bebiam e nadavam e também pegavam peixe
Hoje é só esgoto da cidade Tiradentes

Nas matas que se ouviam

⁴⁹ Fala de Marcília Sodré, moradora do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em abril de 2013, no Centro Cultural Arte em Construção.

os pássaros cantando
Hoje é só barulho de carros passando

Adeus velho sertão que deixou a gente
e viva a atual Cidade Tiradentes.⁵⁰

Espaço de troca, de diálogo, construção e reconstrução de uma memória coletiva, o ambiente do *Café Memória* também acolhia e buscava acolher as percepções e recordações individuais, alinhavando desta maneira uma certa identidade.

3.5 “Eu gostaria de ter nascido dentro dos movimentos sociais”

A oferta de comércios, equipamentos sociais e serviços públicos de educação, saúde e transporte, como vimos nos capítulos anteriores, não acompanhou a construção dos conjuntos habitacionais. Este foi um grave problema que a população residente do bairro enfrentou nos primeiros anos de estadia. Neste sentido, o tema da ausência destes equipamentos e serviços foi recorrente nas conversas e encontros do evento *Café Memória*, frequentemente também acompanhado das histórias de luta e mobilização coletivas para a responsabilização dos poderes públicos e sequente implementação de uma infraestrutura social básica para atender a população residente de Cidade Tiradentes, que cresceu exponencialmente a partir dos anos 1980.

Pollak atenta para uma ligação estreita entre a memória e o sentimento de identidade.⁵¹ O autor define três elementos constituintes das memórias individual e coletiva: em primeiro lugar estão os *acontecimentos* vividos pessoalmente ou “por tabela”, estes são aqueles vividos pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer e não necessariamente experienciados no espaço-tempo de vida de um sujeito determinado; em segundo lugar, estão as pessoas, *personagens*, que podem ser de fato encontradas ao longo da vida, ou que também por tabela se transformam em pessoas conhecidas; por último, a memória também é constituída por *lugares de memória*.

Podemos dizer que o espaço físico e simbólico criado pelos *Cafés Memória*, ao viabilizar estes encontros comunitários, deu conta de reunir, através dos relatos das moradoras e moradores do bairro, os três elementos da memória destacados por Pollak. Além disso, tornou possível a transferência por tabela destas memórias às pessoas, jovens e crianças, que não

⁵⁰ Optamos por combinar a transcrição feita a partir do vídeo com o texto que foi publicado na íntegra na Revista Semear Asas, em 2008.

⁵¹ POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

participaram dos eventos narrados por moradores mais antigos, mas que associariam a partir de então lugares, personagens e acontecimentos à uma memória de Cidade Tiradentes.

“Cidade Tiradentes me fez ser de fato tudo o que eu queria ser pra mim, foi Cidade Tiradentes que me fez!”⁵², assim comunica Maria Auxiliadora, conhecida entre seus interlocutores como Baixinha. Moradora do Conjunto Prestes Maia, Baixinha brincou em um dos *Cafés Memória* sobre ter feito o caminho inverso: formou-se primeiro nos movimentos sociais, a graduação em assistência social veio depois:

Eu falo que eu gostaria de ter nascido dentro dos movimentos sociais. Hoje eu só tenho quinze anos de militância, mas já me serve pra alguma coisa: pelo menos pra conhecer o território onde eu moro pra que eu possa defender. [...] **Tudo que tem em Cidade Tiradentes foi luta de grandes movimentos sociais que tiveram lá desde a década de 1970 pra cá, então não é à toa que Cidade Tiradentes tá aí, trinta anos [...].**⁵³

Maria Auxiliadora é maranhense, de Bacabal, criada no Piauí. Chega em São Paulo contando dezenove anos de idade. Ao se apresentar, duas informações centrais surgem com frequência em seu relato, o fato de ser migrante de origem nordestina e seu engajamento nas causas sociais: “Então, tô aqui [em São Paulo] já há 34 anos, construí uma família, tenho um filho, sou casada, e construí aí uma trajetória na questão da militância das lutas sociais há 21 anos. Eu falo que eu queria ter nascido dentro dos movimentos, mas eu tenho já 21 anos de luta.”⁵⁴

No âmbito da coletividade, Maria Auxiliadora se esforça em reiterar que a prosperidade e desenvolvimento do bairro não aconteceram naturalmente, nem “à toa”, mas que são frutos da organização popular, sem a qual o bairro projetado para servir como depósito de gente, não seria na contemporaneidade metade do que se tornou.

Baixinha protagoniza ainda uma discussão acalorada nos encontros promovidos pelos Pombas Urbanas ao colocar em xeque a data de fundação do bairro. O Conjunto Habitacional Prestes Maia, onde mora, fora vinculado pela prefeitura ao distrito de Cidade Tiradentes apenas em 2006. Embora o conjunto faça parte do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes construído pela COHAB na década de 1980, a municipalidade o anexou até o ano de 2006 em âmbito administrativo ao distrito de Guaianazes. Ocorre que o Conjunto Prestes Maia foi primeiro a ser construído pela Companhia Habitacional, as obras foram iniciadas em 1975. Neste sentido, Baixinha reclamava, entre os moradores, nos encontros realizados no Centro

⁵² Fala de Maria Auxiliadora, moradora do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em novembro de 2014, no Centro Cultural Arte em Construção.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ Relato de Maria Auxiliadora, em entrevista realizada pela autora em 21 de julho de 2021.

Cultural Arte em Construção, a reconsideração da data de aniversário da Cidade Tiradentes, que em sua perspectiva, torna-se ao menos dez anos mais velho quando da anexação do Conjunto Prestes Maia pela prefeitura.

A proposição não é bem aceita. Com o microfone aberto e a palavra à disposição de quem quisesse compartilhar seu ponto de vista com o grupo, vemos a disputa pela conformação de uma memória que parecia inabalável, estremecer, virar uma interrogação, que, contudo, não chega a ruir. A possibilidade de alteração da idade do bairro conflitava com questões diretamente associadas a marcos e atividades que conferiam coesão e coerência à identidade dos moradores de Cidade Tiradentes, a exemplo dos desfiles cívicos de aniversário:

Esse *Café Memória* é bom porque já tivemos vários depoimentos, pessoas que esteve aqui na Cidade Tiradentes desde o começo. **Para nós agora tá surgindo uma preocupação, principalmente pra mim, que tem um grupo de pessoas aí, de quatro ou cinco pessoas que querem mudar a história do bairro. Então estão chegando aqui querendo mudar, querendo mudar inclusive os desfiles cívicos que nós temos aqui, então é uma questão política e partidária.** Estão querendo mudar a história do bairro de Cidade Tiradentes e nós não estamos admitindo isso. Eu já tenho conversado com as pessoas, eu acho que a gente tem que levar isso até adiante, se possível, nós vamos pedir um plebiscito. Não adianta quatro ou cinco pessoas, não vai falar pra 400 mil habitantes de Cidade Tiradentes. Essa população tem que saber disso, nós não vamos deixar que isso aconteça, porque eles querem a data de aniversário de Cidade Tiradentes com Prestes Maia, então nós sabemos que Prestes Maia veio primeiro que Cidade Tiradentes, Prestes Maia era distrito de Guaianazes, depois da implantação das subprefeituras, Prestes Maia passou a fazer parte de Cidade Tiradentes. Então Cidade Tiradentes é Cidade Tiradentes, Prestes Maia agora é um braço de Cidade Tiradentes. **Então nós não podemos mudar a nossa data, a nossa identidade de Cidade Tiradentes pra ser Prestes Maia!**⁵⁵

O trecho transcrito acima é parte da fala de Geralda Marfisa, que responde ao questionamento feito por Maria Auxiliadora. A partir desta discussão observamos como memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Pollack, neste sentido, argumenta que “Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”

Este confronto pela memória citado por Pollack, além de ser disputado em nível intergrupais, ocorreu também a um nível intragrupal, se tomarmos o conjunto dos moradores de Cidade Tiradentes. No exercício de compartilhamento e estabelecimento de memórias comuns, os moradores de Cidade Tiradentes tomam como aspectos centrais características que se distanciam, por exemplo, daquelas elencadas pela grande mídia associadas somente à

⁵⁵ Fala de Geralda Marfisa, moradora do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em novembro de 2014, no Centro Cultural Arte em Construção.

criminalidade. Ao mesmo tempo, negociam no espaço dos *Cafés Memórias*, o que aceitar e o que rejeitar da memória dita oficial. As escolhas efetuadas no interior do grupo são também escolhas políticas, como assinala Geralda, e demonstram quão heterogêneos são os indivíduos, frente a tentativa de construção de uma memória homogênea.

A organização popular, à revelia de qualquer conflito interno, parece o aspecto mais reafirmado nestes encontros:

Aquilo [o bairro de Cidade Tiradentes] foi construído pra viver assim... casa de pombo: morar em cima um do outro. Ela [a Cidade Tiradentes] não foi planejada pra você ter um carro, malemá uma bicicleta. **Só que eles num imaginou que a população se reúne, se organiza e cresce. A partir que a comunidade, a sociedade, se organiza, ela passa a crescer.** [...] Só que a Cidade Tiradentes é assim ó ‘o cara vai ter um jegue lá, uma bicicleta, o máximo que chegar’. Hoje a Cidade Tiradentes, você vai passar na Metalúrgicos [uma das maiores e mais importantes avenidas do bairro], tá a Avenida Paulista. Hoje a Cidade Tiradentes virou a Avenida Paulista na Metalúrgicos, gente! [gesticula de maneira bastante enfática, tom de indignação na voz] Eu não passo mais por lá! Dou a volta pelo Barro Branco. O problema: foi mal planejado! [alguém da roda assopra: isso aí é democracia, sobre o acesso da população de baixa renda ao transporte particular] E aí, além do mal planejamento tem outra história. O nosso governo, que antecipou a Dilma, e agora vão empurrar a Dilma, o que é que fez, né? Deu poder de compras melhores, salários melhores, empregos melhores, mais empregos: a coisa virou! Eles não pensavam que um dia ia ter um governo assim, democrático, em prol do pobre, pra melhorar a Cidade Tiradentes. E aí tá a situação: o abacaxi pra descascar, é difícil pra gente fazer. Melhorou e piorou, essa é a realidade.⁵⁶

Zé de Matos é para nós personagem já conhecido, o apresentamos ao leitor no capítulo anterior. Em tom de quase fofoca, Zé de Matos faz, no referido *Café Memória*, fez repasses de informações importantes quanto à construção do monotrilho – discussão que estava acalorada no contexto daquele encontro –, ao mesmo tempo em que lembrou os interlocutores que a “briga” da população do bairro sempre foi pela chegada do metrô. Ironicamente, o governo do Estado, nas palavras de Matos, “passou o trator” por cima do projeto inicial. Nem metrô, nem prazo, até o ano de 2014 nada tinha sido entregue aos moradores do bairro.

Neste trecho, Zé de Matos argumenta como apesar do mal planejamento do bairro e da falta de recursos, a organização coletiva e popular, junto as intervenções de políticas públicas

⁵⁶ Fala de Zé de Matos, morador do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em abril de 2014, no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

mais atentas às classes trabalhadoras, foram capazes de promover mudanças significativas no padrão de vida dos trabalhadores. A aquisição de automóvel particular pela classe trabalhadora, surge em neste trecho de sua exposição, como elemento que, para ele, atesta a elevação deste padrão de vida. Quando de sua chegada à Cidade Tiradentes a presença de automóveis particulares não era só rara, mas também pouco esperada inclusive para os engenheiros que dirigiram os projetos de construção dos conjuntos habitacionais: o número de garagens cobertas disponíveis em cada condomínio, por exemplo, não contemplava todos os moradores.

Em consonância com a perspectiva de Pollak, entendemos que a memória é elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”⁵⁷ Produzida em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, a identidade, ainda segundo Pollak, é um fenômeno que se constrói por meio da interlocução e negociação. Negociar e conformar experiências foi exatamente o que fizeram os moradores do bairro em oportunidade dos encontros no galpão do Centro Cultural Arte em Construção.

Neste sentido, buscamos enfatizar a importância da ação do Grupo de Teatro Pombas Urbanas, que ao promover o debate e diálogo entre os moradores de Cidade Tiradentes através dos eventos *Café Memória*, criou um meio possível para a organização, reconstrução e difusão de uma memória do bairro diretamente atrelada às experiências de luta e mobilização dos sujeitos.

A chegada dos Pombas Urbanas no bairro de Cidade Tiradentes, em 2003 causou certo estranhamento mesmo nas personagens mais politicamente ativas e envolvidas nas associações de bairro, como vimos. Ora, faria mesmo sentido priorizar a instalação de um equipamento cultural quando em pontos mais afastados e recentemente ocupados do bairro faltava saneamento básico? Ou quando faltavam vagas em creches e escolas municipais da redondeza para atender a população? A inauguração do Hospital Cidade Tiradentes data do ano de 2007. Somente no ano de 2007, após massiva mobilização da população do bairro⁵⁸, que o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina recebe a implementação de um hospital. “E teatro por acaso enche barriga?”; “Desde quando teatro cura ferida?” Se perguntavam os moradores do bairro.

⁵⁷ POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 5.*

⁵⁸ Em mais de um encontro dois moradores do bairro falam sobre o abaixo assinado que reuniu mais de 15 mil assinaturas de residentes do bairro e região para exigir a implantação de um hospital em Cidade Tiradentes.

Geralda Marfisa, no já citado *Café Memória* em que compartilha a história do ponto de ônibus que “andava”, ao rememorar alguns acordos e atitudes solidárias que faziam parte do cotidiano dos moradores do bairro, a exemplo da divisão de despesas dos enterros dos vizinhos na década de 1980, comenta justamente sobre sua desconfiança inicial com relação a chegada do grupo à Cidade Tiradentes:

Antes não entrava na cabeça da gente que a cultura podia amenizar a violência, que podia acabar com isso daí, mas hoje nós temos que investir muito e nós temos que cobrar muito dos nossos governantes pra investir na cultura. Eu acho que a Cidade Tiradentes merece e se depender de nós, né Pedro e de Matos [dirige a fala aos antigos companheiros de luta], nós vamos brigar cada vez mais pra investir na cultura em Cidade Tiradentes.⁵⁹

Assim como o galpão sede do instituto, a história da relação entre os Pombas Urbanas e os moradores do bairro de Cidade Tiradentes se construiu aos poucos, passo por passo na passagem dos dias. Dia a dia também o pequeno grupo de atrizes e atores formado por Lino Rojas em 1989 teve a oportunidade de mostrar a quem e ao que serve o chamado teatro de rua produzido no velho “Ventre de Lona”.

Das sementes lançadas por Lino em 89, os Pombas Urbanas foram os primeiros a brotar. Depois deles e por conta deles, outras duas companhias de teatro e uma companhia de circo nasceram na Cidade Tiradentes, formados pelo método Lino Rojas e pelas mãos dos, outrora aprendizes, hoje também mestres Pombas Urbanas.

Devemos argumentar, por fim, sobre o verdadeiro trabalho de enquadramento da memória realizado pelo grupo através do projeto *Café Memória*. As experiências dos moradores da periferia paulistana muito se distanciam da memória oficial da cidade, esta última se organiza, na verdade, justamente a partir do afastamento físico, simbólico e prático destas populações. Ao reconhecer isto e perceber a possibilidade da organização de uma memória do bairro vinculada a uma identidade social de mobilizações e lutas, os Pombas Urbanas forneceram, a partir dos encontros nos *Cafés*, a possibilidade e o espaço necessário à negociação, reconstrução e difusão da memória do bairro de Cidade Tiradentes.

Finalmente, há quem diga enfim que a arte pode curar:

Eu acho, Geralda, que quando você fala que a doutora Célia falou que o bairro precisa de cultura, é porque cultura é isso que a gente fez agora, é a manifestação livre das pessoas, é isso que cura. Geralda, é isso que cura! Quando tem cultura a gente se cura! Eu acho que quando a doutora Célia falou da cultura, da necessidade cultura, é um

⁵⁹ Fala de Geralda, moradora do bairro de Cidade Tiradentes, no *Café Memória* realizado em abril de 2013, no Centro Cultural Arte em Construção.

espaço de encontro, é um espaço de diálogo que a gente vai construindo todos os dias!⁶⁰

A construção cotidiana do espaço e das relações firmadas entre os moradores do bairro de Cidade Tiradentes e o Grupo de Teatro Pombas Urbanas, nesta perspectiva de cultura, se aliou à busca pela conformação de uma memória que pudesse ser também fator de recomposição política, e ao mesmo tempo de organização comunitária em um novo contexto histórico, com novas demandas e novas compreensões do que era e poderia ser a experiência de viver na periferia da cidade de São Paulo. Do mesmo modo, o espaço dos *Cafés Memória* serviu para o compartilhamento de valores percebidos como comuns pela população, bem como à elaboração conjunta de uma identidade que transcendesse a visão externa da cidade em relação ao bairro e aos seus moradores.

⁶⁰ Fala de Marcelo Palmares, integrante do Grupo de Teatro Pombas Urbanas, no *Café Memória* realizado em abril de 2013, no Centro Cultural Arte em Construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intentamos, ao longo deste trabalho, identificar redes de apoio construídas e articuladas pelos moradores do bairro de Cidade Tiradentes em virtude do contexto vivido e compartilhado por estes sujeitos no interior do território. Nossa hipótese inicial supunha que conexões situadas no campo da experiência, tais como noções e práticas baseadas no local de moradia, trabalho e uma origem migrante comum, pudessem pesar na possibilidade de constituição de um senso comunitário.

Através da análise de composição da população do bairro, como vimos no primeiro capítulo, compreendemos que a Cidade Tiradentes representa espaço privilegiado de acesso às histórias e experiências de migrantes nacionais que se estabeleceram na cidade São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980. A chegada e fixação no bairro do contingente expressivo de trabalhadores migrantes, em especial de migrantes oriundos da região Nordeste do país, é atestada não apenas por dados estatísticos, mas pelo fator de percepção e auto reconhecimento dos próprios moradores, que ao elaborarem narrativas sobre si e rememorarem os anos iniciais de fundação do bairro – tanto durante as entrevistas realizadas durante a pesquisa, quanto nos registros preservados dos eventos *Café Memória* –, remetem à categoria migrante enquanto categoria relevante de auto identificação e, por consequência, de análise histórica.

Paulo Fontes, para se afastar da imagem de uma migração desordenada, irracional, quase animalesca e desesperada presente no imaginário social brasileiro a respeito dos deslocamentos de trabalhadores nordestinos em direção a São Paulo, apresentou em seu trabalho, o quadro de atrativos que operou na racionalidade destes fluxos entre décadas de 1940 e 1950: para além do emprego e salários mais elevados, os direitos trabalhistas e os benefícios associados à cidade grande como ampla infraestrutura hospitalar e educacional, por exemplo, foram fatores de grande apelo, uma vez que estas condições se diferenciavam das precariedades do trabalho no campo no mesmo período.¹

Temos condições, neste momento, de estender a compreensão dos desdobramentos do quadro de atrativos da migração proposto pelo autor. Isto porque o planejamento de milhares de famílias que vislumbraram, através do movimento migratório, a possibilidade de fruição da

¹ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002.

malha dos serviços urbanos fornecidos pela cidade, não necessariamente tiveram suas expectativas atendidas. Ao chegar na cidade de São Paulo e se estabelecer no bairro de Cidade Tiradentes, por exemplo, estes indivíduos tiveram que recalcular a rota: a noção de ter que lutar para conquistar o acesso a esses serviços norteou a lógica e as práticas destas pessoas, que na maioria das vezes já haviam inclusive gozado da oferta de melhor infraestrutura em serviços coletivos em outros bairros.

Devemos, neste sentido, esgarçar o argumento de Fontes. Se a promessa da oferta de serviços urbanos no espaço da cidade figurou enquanto fator decisivo para o deslocamento do significativo contingente populacional de migrantes, a percepção da ausência dessa oferta pelos moradores do bairro de Cidade Tiradentes os mobilizou em torno do cumprimento do que estes agentes julgavam se tratar de direitos a serem atendidos. Mais do que isso, propuseram soluções possíveis para problemas cotidianos, a exemplo do Sacolão do Trabalhador; do projeto de redução de desperdício nas escolas públicas do bairro, pensado e executado pelas mães; e as tantas ações e decisões tomadas coletivamente, no interior do território e em diálogo com toda a cidade de São Paulo. A noção de cidadania elaborada e reelaborada nos círculos da militância da periferia paulistana, longe de ser uma cidadania passiva, pressupôs constante participação popular. Ao relembrar as conquistas e o momento de desfecho do Movimento de Defesa da Cidade Tiradentes, Georgina Carvalho demonstra, neste sentido, a sensação compartilhada pelo grupo que compunha o MDT diante da vivência e dos aprendizados coletivos experimentados durante o período de atuação da organização:

Então, o que é que a gente guarda do MDT? Primeiro um sentimento de poder que você só descobre que tem quando se junta! Ninguém sabe que tem esse poder até ter um conjunto organizado! Não é poder de quebrar porta de banco, não é isso. Depois nós descobrimos um sentimento evangélico, e evangélico não significa crente ou católico, significa evangelho bíblico, evangélico. O que é que Jesus falou? Jesus disse: ‘Primeiro busque o reino de Deus e a sua justiça’ E a justiça do reino de Deus é essa, é atender na terra os seus cidadãos. Isso é justiça!²

Vimos emergir, no segundo capítulo, uma série de movimentos populares. Nestes movimentos, as demandas giravam em torno do acesso a equipamentos e serviços públicos considerados básicos naquele momento: malha eficiente de transporte automotivo, rede educacional e hospitalar, abastecimento. Apesar das influências partidárias, da presença da

² Relato de Georgina Maria de Oliveira Carvalho, 69 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

igreja católica por meio da chamada Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, as motivações que nortearam os agrupamentos e atividades empreendidas no interior do bairro, parecem justificar-se mais pela emergência de um novo modelo de participação das chamadas camadas populares, que se quis descentralizado e alinhado aos demais movimentos, que pululavam em toda a cidade de São Paulo.

Eder Sader, ao fim da década de 1980, argumentou sobre a eclosão de uma nova configuração das classes populares no cenário público.³ De acordo com o autor, o fim dos anos 1970 assistiu à uma nova configuração de classes: “Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos, pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, *anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores*”, que contrastava com o que se observara no início do século, ou com o pós 1945.

Em Sader, este *novo sujeito* se justifica, em primeiro lugar porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática colocou-os, na visão do autor, como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar porque tratava-se de um sujeito coletivo e descentralizado. Por último, porque ser um sujeito que, embora coletivo, não se apresentava como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro e vetor das ações sociopolíticas, e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.

Neste sentido, buscamos ainda inserir nesta lógica os movimentos observados e descritos nos primeiros capítulos. O esforço das pessoas entrevistadas em se desvincular da institucionalidade de qualquer organização que pudesse representar mais do que importava ao coletivo do bairro, revela semelhanças com a descrição de Sader. Nas fontes jornalísticas também, a realidade do bairro ocupa a principal preocupação dos grupos reunidos no território de Cidade Tiradentes.

Gostaríamos de frisar, por fim, a utilidade de organizar coletivamente a memória. O trabalho de enquadramento e organização da memória empreendido pelo Grupo de Teatro Pombas Urbanas, nos parece dialogar, sobretudo, com a tentativa de reunir politicamente os moradores do bairro em um contexto já distinto daquele apresentado no segundo capítulo. O espaço dos *Cafés Memória* permitiu e representou não apenas o movimento de conservar viva

³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

as memórias dos mais velhos, que lutaram pelo bairro, mas parece ter oferecido os subsídios para uma espécie de continuidade destas lutas.

As demandas coletivas, ao que nos parece, se transportaram da centralidade de questões básicas para outras reivindicações, tais como a oferta do aparelhamento cultural, bem como de espaços e equipamentos de lazer, ocorrendo a possibilidade de ser tratada em termos de *identidade* – nordestina, negra – e memórias. Neste âmbito, devemos considerar ainda as mudanças geracionais. Os primeiros moradores do bairro de Cidade Tiradentes tiveram demandas diferentes, ao fim da década de 1980, daquelas observadas no início dos anos 2000, com a chegada dos Pombas Urbanas ao bairro, e mais tarde, em meados dos anos 2010, quando dos encontros promovidos pelo grupo no Centro Cultural Arte em Construção.

Por último, deixamos o leitor com o seguinte trecho de entrevista de Anaide Maria de Andrade, em que ela relembra com paixão as expectativas e sonhos que trouxe consigo em sua mala desde o primeiro movimento migratório – primeiro da Bahia em direção ao Rio de Janeiro, e posteriormente o percurso até a Cidade Tiradentes:

Eu me apaixonei, eu não sei. Mas eu sentia que aqui era promissor. Eu sentia que a gente ia ter condições de melhorar a vida. Sabe? De criar os filhos com mais liberdade, com uma vida mais saudável. [...] **Foi a favela que me fez entender que precisava lutar! Que precisava ir à luta e que precisa organizar pra ir pra luta. Foi lá onde eu aprendi os primeiros passos de organização!** Mas quando eu cheguei aqui, eu sonhava com a casa própria! Era o meu sonho. Ter a minha casa, criar meus filhos livres na rua, de poder correr, brincar sem a gente ter medo de repente um tiroteio, sabe? Então foi isso que me fez me apaixonar!⁴

Anaide, assim como tantos outros residentes do bairro de Cidade Tiradentes entrevistados durante esta pesquisa, nos informam como os sonhos de uma vida digna, pautados na organização coletiva, na busca ativa pelo cumprimento de direitos conquistados pelas camadas populares, e na criação de mecanismos em benefício da população do bairro, nortearam as ações dos agentes históricos mobilizados em torno do desenvolvimento do território.

⁴ Relato de Anaide Maria de Andrade, 60 anos, em entrevista realizada pela autora no dia 21 de dezembro de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Livros e Artigos

AKERMAN, Marco; BOUSQUAT, Aylene. *Mapas de Risco de Violência*. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 13, N. 04. Ano: 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400012>.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, Eliseu; MARRA, Renner; SOUZA e, Geraldo Silva. *Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010*. Revista de Política Agrícola. Ano XX – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2011.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAENINGER, Rosana. *Fases e Faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo; PATARRA, Neide. (orgs.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997.

_____. *São Paulo e suas migrações no final do século 20*. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300008>.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia. *Distribuição espacial da população brasileira: Mudanças na segunda metade deste século*. IPEA, 2000.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. 6ª ed. São Paulo: FAPESP/ Estação Liberdade, 2013.

CANTERO, João Alberto. *A questão da qualidade arquitetônica dimensional e do custo no planejamento habitacional de interesse social: a produção da COHAB-SP na década de 1990*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2004.

CASTILHO, Edmilson Peres. *A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CONSTANTITNO, Carlos Adriano Santos. *A COHAB-SP e uma nova política habitacional: o período 2001-2004*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo: São Paulo, 2007.

CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia popular na periferia da cidade de São Paulo – Projetos e trajetórias (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *A formação do sujeito periférico: Cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. São Paulo, 2013.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e migração para São Paulo*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1973.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002.

GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HIRAO, Silvia Eri. *Ser jovem na Cidade Tiradentes: um estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2008.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

IMAEDA, Ricardo Yukio. *Formulação e implementação de uma política pública em uma agência local: a COHAB/SP e a regularização de ocupações (1989/1992)*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Faculdade Getúlio Vargas: São Paulo, 1993.

KLINTOWITZ, Danielle; ROLNIK, Raquel. *(I) mobilidade na cidade de São Paulo*. Revista Estudos Avançados, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

LAVOS, Ana Paula Alves de. *Sociabilidades em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral e migrações: Método, Memória, experiências*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste. Visões Sobre A História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

- MAGNAVITA, Luiz Arnaldo Souza. *COHAB-SP 1965-1990: processos construtivos/análise de uma questão sem resposta*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1994.
- MANDELLI, Sueli Cacilda; SILVA, Rosana de Oliveira Pithan e; SOUZA, Rubens Antônio Mandetta de; TASCOS, Adriana Mariolino Pagotto. *Comercialização Hortícola: análise de alguns setores do mercado varejista de São Paulo*. Revista Informações Econômicas, São Paulo. v. 28, n. 10. outubro, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Desafios da História Oral Latino-Americana: O Caso do Brasil*. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- NOVAIS, Vitória Maria. *Vou pegar o asador e daqui ribar: Experiências e expectativas de retorno de migrantes nordestinos do bairro de Cidade Tiradentes – São Paulo (1980-2020)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2020.
- PATARRA, Ivo. *O Governo Luiza Erundina: Cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- REIS, Márcio dos; SIQUEIRA, Marcimar Barbosa de. *Formação do bairro Cidade Tiradentes*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Camilo Castelo Branco: São Paulo, 2014.
- RIBEIRO, V. V. *Do Plan Inca ao Plan Verde: o Peru de uma ditadura militar nacionalista a outra ditadura civil-militar neoliberal (1968-2000)*. Scientia Plena. vol. 10, n.12. dezembro/2014.
- RICOUER, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- RIGAMONTE, Cristina Rosani. *Sertanejos contemporâneos: entre a metrópole e o sertão*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Fapesp, 2001.
- RIZZON, Renata Cristina. *A condição periférica e a construção do estigma territorial em Cidade Tiradentes, São Paulo*. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho: Presidente Prudente, 2022.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTHIAGO, Ricardo. *Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade*. Saeculum – Revista de História. João Pessoa, jan/ jun., 2008.

SANTOS, Walmir. *O Legado Artístico de Lino Rojas*. Cavalo Louco - Revista de Teatro da Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz. São Paulo, Ano 9, n. 14. p. 18-22. Julho 2014.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Edusp, 1998.

SILVA, Márcio Rufino. *Mares de Prédio e Mares de gente: Território e Urbanização crítica em Cidade Tiradentes*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

SILVA, Maria da Graça Plenamente. *A “irregularidade” na produção de conjuntos habitacionais de interesse social: o caso da COHAB-SP*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2004.

SILVA, Uvanderon Vitor da. *Velhos caminhos, novos destinos: Migrante nordestino na Região Metropolitana de São Paulo*. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVESTRE, Neomisia. *Esumbaú, Pombas Urbanas! 20 anos de uma prática de Teatro e Vida*. São Paulo: Instituto Pombas Urbanas, 2009.

SLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: A abordagem do poder público na construção da cidade. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da COHAB-SP (1965-1999)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SOUSA, Adriano José de. *Cotidiano e lutas sociais na periferia de São Paulo: Agentes históricos da Urbanização de São Mateus*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2022.

SOUSA, Fabiana Peixoto de. *Centro Cultural Arte em Construção: cultura e transformação em Cidade Tiradentes*. III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina. São Paulo, 2010. v. 3 n. 3. <https://doi.org/10.5841/extraprensa.v1i1E.81>.

SPOSITO, Marília Pontes Sposito. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

TEIXEIRA, Adailton Alves. *Identidade e Território como norte no processo de criação teatral de rua: Buraco d’Oraculo e Pombas Urbanas nos limites da Zona Leste de São Paulo*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, instituto de Artes, 2012.

Telles, Vera da Silva. *Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas*. In: KRICHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. *A Igreja nas bases em tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTES

Documentos

COHAB – São Paulo. *Carta Anual de Políticas Públicas*. Disponível em: https://cohab.sp.gov.br/arquivos/CARTA_ANUAL_DE_POLITICAS_PUBLICAS_E_DE_GOVERNANCA_CORPORATIVA_DEZEMBRO2021.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

Como crescem, voam e se multiplicam Pombas Urbanas. Revista Semear Asas. Ano 01, n. 01, 2008. p. 46.

IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. *Tabela – População Recenseada, Taxas de crescimento populacional e densidade demográfica: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais*. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/ Departamento de Produção e Análise de Informação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265. Último acesso em 14 de abril de 2022.

Mapa da Desigualdade. Rede Nossa São Paulo, 2020.

SEADE. *São Paulo Outrora e Agora: Informações sobre a população paulista do século XIX ao XXI*. São Paulo: 2004.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: Prefeitura do Município de São Paulo. *Histórico Demográfico do Município de São Paulo*. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_nao_nat.php. Acesso em: 26/09/2022.

Jornais

AFONSO, Nathália. *#Verificamos: É falso que vacinas contra a Covid-19 contêm microchip que permite controle externo a partir de antenas 5G*. Revista Piauí: Rio de Janeiro. Publicação em 04 de Outubro de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/08/04/verificamos-vacina-5g-microchip/>. Acesso em: 14 de março de 2022.

CASTRO, Moacyr. *Cidade Tiradentes, sob o signo da rejeição*. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Ano 110, n. 35.118, 13 ago. 1989. Cidades.

Cia. Pombas Urbanas se apresenta em São Paulo. **Folha de São Paulo**, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u33465.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

Cidade Tiradentes é a memória negra. Folha de S. Paulo. São Paulo, 21 set. 2003. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2109200303.htm>. Acesso em 10/12/2022.

FONTOURA, Cláudia. *Cidade Tiradentes enfrenta o preconceito*. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Ano 116, n. 37.034, 12 mar. 1995.

Grupos assumem direção artística de teatros em SP. **Folha de São Paulo**, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u17858.shtml>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

PAREJA, Luciana. *Grupos ocupam seis teatros com programação para o público local*. **Folha de São Paulo**, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u19487.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

SANTOS, Walmir. *Lino Rojas Vive à margem do Teatro*. **O Diário de Mogi**, 1992. Disponível em: <https://teatrojornal.com.br/1992/07/lino-rojas-vive-a-margem-do-teatrao/>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

TOSTA, Wilson. *Periferia de São Paulo mata mais que Cáli*. Folha de S. Paulo, São Paulo. Ano 77, n. 24.807, 04 mar. 1997. São Paulo.

Entrevistas

Adriano Mauriz, em entrevista realizada pela autora no dia 28 de outubro de 2022.

Anaide Maria de Andrade, em entrevista realizada pela autora no dia 21 de dezembro de 2021.

Georgina Carvalho, em entrevista realizada pela autora no dia 12 de novembro de 2021.

Georgina Maria de Oliveira Carvalho, em entrevista realizada pela autora no dia 29 de outubro de 2021.

Marcelo Palmares, em entrevista realizada pela autora no dia 17 de novembro de 2022.

Maria Auxiliadora, em entrevista realizada pela autora em 21 de julho de 2021.

Pedro Carvalho, em entrevista realizada pela autora no dia 17 de novembro de 2022.

Pedro Monteiro, em entrevista realizada pela autora no dia 30 de setembro de 2021.

Pedro Monteiro, em entrevista realizada pela autora no dia 19 de outubro de 2021.

Pedro Monteiro, em entrevista realizada pela autora no dia 22 de novembro de 2021.

Oscar Soares, em entrevista realizada pela autora no dia 19 de outubro de 2021.

Acervo Documental pessoal de Georgina Maria de Carvalho

As Lideranças não morreram. Destaque Popular, São Paulo, Ed. Mensal: 15 de julho/15 de agosto de 1992.

Caderno de Ata da Comissão Pró-Sacolão de Cidade Tiradentes.

Carta do MDT à Prefeita Luíza Erundina, setembro de 1991..

Documento do Movimento de Educação – Zona Leste São Paulo, novembro de 1991.

E.C. Morro Disso, uma história de amor. Jornal Destaque Popular. São Paulo, 05 de julho de 1992.

MDT organiza plenária sobre saneamento. Jornal Destaque Popular. 15 de julho de 1992.

Panfletos de circulação MDT.

ANEXO I

¹ Em 1980 mineiros e baianos se mantêm na liderança. Quanto aos outros locais de origem, “destacam-se os nascidos nos estados de Pernambuco, Paraná, Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba. Entre 1970 e 1980, o número de paranaenses e cearenses quase triplicou e houve perda de representatividade dos mineiros, cujo percentual passou a 24,2% do total, pouco superior ao observado para os baianos. [...] A distribuição dos naturais de outros estados e residentes na capital apresentou algumas alterações importantes no período. O número de pessoas provenientes da Bahia aumentou continuamente e chegou a quase 800 mil, em 2000, constituindo-se no principal grupo, que representa 26,3% do total dos naturais de outros estados, enquanto o de mineiros diminuiu para 16,5% (487 mil pessoas), pouco maior que o de pernambucanos (464 mil), que, desde 1970, quase triplicou seu número, cujo percentual passou de 12,1% para 15,7%, nesse período. Na quarta posição, mas bem abaixo dos três estados anteriores, vinham os cearenses que no decorrer do tempo ultrapassaram os paranaenses, cujo maior percentual foi observado em 1980 (9,1% do total), decorrente da grande migração ocorrida nos anos 70. Em 2000, os cearenses equivaliam a 7,9% das pessoas naturais de outros estados residentes na capital, enquanto os paranaenses eram 6,7% do total. Em seguida destacam-se os naturais da Paraíba, que em 1970 representavam apenas 2,9% da população e chegaram a 5,5% em 2000, ultrapassando os naturais de Alagoas, que, nesse período, apresentaram percentuais em torno de 5%, e do Rio de Janeiro, que passaram de 4,0% para 2,6%. Entre os demais estados, destacam-se os outros que compõem a Região Nordeste, como o Piauí, cujo percentual passou de 1,2% para 3,2%, e o Maranhão, que saltou de 0,4% para 1,9%. Rio Grande do Norte e Sergipe têm percentuais próximos de 2% cada um, em 2000. Ainda que nos últimos anos os naturais de outros estados tenham apresentado pequena diminuição percentual na população total, chegando a 30% em 2000, sua presença permanece muito importante. Assim, São Paulo aparece com alguns dos maiores contingentes de determinadas naturalidades, superando mesmo as populações de várias das maiores cidades dos estados de origem. Em 2000, era a segunda maior cidade do Brasil em número de baianos – quase duas vezes maior que Feira de Santana, a segunda em população da Bahia –, a terceira em número de pernambucanos, alagoanos, paraibanos e piauienses, a quarta de mineiros, a sexta de potiguares, a sétima de sergipanos e a oitava de paranaenses.”